

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V- ESCRITOR JOSÉ LINS DO REGO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARCIA TAIZE ABREU MORAIS

ANÁLISE CRÍTICA DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NA SOMÁLIA: ENTRE 1990 E 2007

JOÃO PESSOA

2026

MARCIA TAIZE ABREU MORAIS

ANÁLISE CRÍTICA
DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NA SOMÁLIA: ENTRE 1990 E 2007

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento ao requisito final para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional.
Linha de Pesquisa: Política Externa e Segurança.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

JOÃO PESSOA

2026

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M828a Morais, Marcia Taize Abreu.

Análise crítica das intervenções humanitárias na Somália [manuscrito] : entre 1990 e 2007 / Marcia Taize Abreu Morais. - 2022.

109 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Colonização da Somália. 2. Intervenção humanitária. 3. Análise crítica. I. Título

21. ed. CDD 341.584

Elaborada por Elesbao S. Neto - CRB - 15/347 BSC5/UEPB

MARCIA TAIZE ABREU MORAIS

ANÁLISE CRÍTICA DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NA SOMÁLIA: ENTRE 1990 E 2007

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e Segurança.

Aprovado em: 21 / 10 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br FABIO RODRIGO FERREIRA NOBRE
Data: 26/02/2026 11:35:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
gov.br ALEXANDRE CESAR CUNHA LEITE
Data: 26/02/2026 14:01:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
gov.br VICO DENIS SOUSA DE MELO
Data: 26/02/2026 13:05:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo (Participante Externo)
Instituição Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Documento assinado digitalmente
gov.br MIGUEL MIKELLI LUCAS ALVES RIBEIRO
Data: 27/02/2026 18:48:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Mikelli Marzzini Lucas Alves Ribeiro (Participante Externo)
Instituição Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Ao meu filho Pedro, Luz da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus que nunca me abandonou e me deu forças ao longo de todo o processo, sempre me mantendo firme e resiliente diante de todas as mudanças e contratempos. Até aqui a tua mão me sustentou.

Ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, por possibilitar tanto conhecimento e oportunidades de enriquecimento intelectual, profissional e pessoal. Um agradecimento de modo geral a todos que compõem o PPGRI, e que acolhem os alunos de forma tão humana.

Um agradecimento especial ao meu orientador, prof. Fábio Nobre, por ter aceitado o desafio de me orientar e desde o início ter sido tão paciente e compreensivo comigo; por todo o conhecimento compartilhado, por todos os apontamentos para melhorias, por toda a sua empatia e humanidade - que são gigantes. Agradeço por todas as vezes em que acreditou em mim, até mais do que eu mesma.

À banca de qualificação, prof. Paulo Kuhlmann, prof. Alexandre Leite, prof. Mikelli Marzzini, por todas as observações e sugestões, que me proporcionaram enxergar por outras lentes os problemas abordados na pesquisa, afim de melhorá-la.

Aos meus colegas de mestrado, que juntos, enfrentamos um dos momentos mais atípicos da humanidade, uma pandemia e um modelo de estudo remoto, mas sempre com um apoio mútuo e sincero.

Aos meus amigos que vivenciaram comigo um dos períodos mais desafiadores da minha vida, e me apoiaram incondicionalmente em todos os momentos (incluindo madrugadas). Em especial agradeço aos meus amigos mais íntimos João Kaio, Mairla Nascimento, Rayssa Mendes, Ana Clara, Pedro Benevides, Izabel Almeida me faltam palavras para expressar minha gratidão por tanto acolhimento e ajuda.

Agradeço à minha família, e em especial à minha mãe, Maria, que sempre acreditou em mim, me ajudou e me ajuda de tantas formas, e que sempre está comigo em todos os momentos (bons e ruins). Eu te amo eternamente. E por fim, mas nunca menos importante, agradeço ao meu filho, Pedro, que ainda nem entende o que é o mundo, mas já transforma o meu de uma forma avassaladora desde o dia em que nasceu. O seu sorriso ilumina a minha vida, o seu amor me salvou e me salva todos os dias, e todo o esforço até aqui, foi por você. Para sempre nós!

Quando os ricos fazem a guerra, são sempre os pobres que morrem.

(Jean-Paul Sartre)

RESUMO

A Somália ainda sofre com as consequências do seu processo de colonização. Os conflitos no país foram agravados após um golpe de Estado, que gerou uma série de conflitos, levando o país a uma guerra civil, desestabilizando sua estrutura interna. Nesse mesmo período a Organização das Nações Unidas atuou no caso somali através de intervenções humanitárias, embora estas tenham se provado pouco eficientes. Com isso, o primeiro capítulo realizará uma análise histórica do processo de colonização e formação do Estado Somali, destacando a origem do golpe militar e seu impacto no fracasso das intervenções humanitárias encabeçadas pela Organização das Nações Unidas no País. O segundo capítulo foca especificamente no desenvolvimento e implementação das intervenções da ONU em território somali, considerando as mudanças de cada uma delas e a importância de análise dos estudos para a paz para compreender o conflito. Por fim, o terceiro examina de forma crítica, como ocorreram essas intervenções, desde o objetivo central delas até o impacto deixado pela retirada das missões, que agravou ainda mais a fome e pobreza extrema do país. Foca-se, particularmente, em analisar de que forma as constantes intervenções na Somália que priorizam o desenvolvimento numa perspectiva liberal, afetam as dinâmicas locais do país. A metodologia utilizada neste trabalho é de caráter qualitativo, se utilizando de material bibliográfico e documental. O método utilizado será o dedutivo, que analisa o processo das intervenções através de uma análise histórica do conflito e das intervenções, até chegar ao objeto central que são as críticas às intervenções que ocorreram na Somália.

Palavras-Chave: Colonização da Somália; Intervenção humanitária; Análise crítica.

ABSTRACT

Somalia is still suffering from the consequences of its colonization process. The conflicts in the country were aggravated after a coup d'état, which generated a series of conflicts, leading the country to a civil war, destabilizing its internal structure. In this same period the United Nations Organization acted in the Somali case through humanitarian interventions, although these proved to be inefficient. With this, the first chapter will conduct a historical analysis of the colonization process and the formation of the Somali state, highlighting the origin of the military coup and its impact on the failure of humanitarian interventions headed by the United Nations in the country. The second chapter focuses specifically on the development and implementation of the UN interventions in Somali territory, considering the changes of each of them and the importance of peace studies analysis to understand the conflict. Finally, the third chapter critically examines how these interventions occurred, from their core purpose to the impact left by the withdrawal of the missions, which further exacerbated the country's famine and extreme poverty. In particular, it focuses on analyzing how the constant interventions in Somalia that prioritize development from a liberal perspective affect the local dynamics of the country. The methodology used in this work is qualitative, using bibliographic and documental material. The deductive method used will analyze the process of interventions through a historical analysis of the conflict and the interventions, until it reaches the central object, which is the criticism of the interventions that have occurred in Somalia.

Key words: Colonization of Somalia; Humanitarian intervention; Critic analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do Tempo com os principais eventos que ocorreram na Somália (1940-1992) 27
Figura 2 – Distribuição Clânica na Somália 32
Figura 3 – Grupos Étnicos da Somália 33

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Território da Somalilândia de domínio Britânico 25
Mapa 2 – Território da Somalilândia de domínio Italiano 26
Mapa 3 – Mapa político da República da Somália 29
Mapa 4 – Região de Ogaden em 1974 42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Justificativa de Intervir com Missões de Paz 75
Quadro 2 – Operações de paz na Somália e sua duração (1992-2022) 79
Quadro 3 – Bancos de Dados para a Paz e suas principais observações sobre a Somália 93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACDI	Agência Americana para a Cooperação de Desenvolvimento Internacional
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AFRICOM	O Comando dos Estados Unidos para a África
AMISOM	African Union Mission to Somalia
ASS	Aliança de Salvação Somali
ATMIS	Missão de Transição da União Africana na Somália
BM	Banco Mundial
CS	Conselho de Segurança
CSR	Conselho de Segurança Revolucionário
CSU	Congresso Somali Unido
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
EUTM	European Union Training Mission in Somalia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSDS	Frente de Salvação Democrática da Somália
GFS	Governo Federal da Somália
GFT	Governo Federal de Transição
GPP	Geneva Peacebulding Plataform
IPEU	Instituto de Paz dos Estados Unidos
KIIPS	Kroc Institute for International Peace Studies
LEA	Liga dos Estados Árabes
MNS	Movimento Nacional Somali
NSSP	Programa Nacional de Estabilização da Segurança
OCI	Organização da Conferência Islâmica
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG´S	Órgãos Não-Governamentais
ONUSOM I	Organização das Nações Unidas na Somália I
ONUSOM II	Organização das Nações Unidas na Somália II
OREUL	Observatório de Relações Exteriores da Universidade de Lisboa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Americana
PEO	Peace Enforcement Operations
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PKO's	Peacekeeping Operation
R2P	Responsability to Pretect
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
TFIS	Instituições Federais de Transição
UA	União Africana
UN	United Nations
UNAMIR	United Nations Assistance Mission for Rwanda
UNICEF	Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNITAF	Unified Task Force
UNOMOZ	United Nations Operation in Mozambique
UNOSOM	United Nations Operation in Somalia
UNPROFOR	United Nations Protection Force
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 15

1. HISTÓRICO DA SOMÁLIA: DA COLONIZAÇÃO AO FRACASSO DAS INTERVENÇÕES 24

1.1 Como ocorreu o processo de colonização da Somália 24

1.2 Antecedentes do golpe (1969) e o papel dos militares 38

1.3 O impacto do golpe de 1969 no fracasso das intervenções humanitárias 46

2. HISTÓRICO DAS INTERVENÇÕES NA SOMÁLIA 52

2.1 Origem das intervenções 52

2.2 ONUSOM I 54

2.3 UNITAF 58

2.4 ONUSOM II 63

2.5 AMISOM 68

3. RESULTADO DAS INTERVENÇÕES 75

3.1 A AMISOM em perspectiva: análise comparada com as missões anteriores 75

3.2 O que mudou na implementação das missões da ONU em trinta anos 81

3.3 Críticas a visão *Mainstream* 87

CONSIDERAÇÕES FINAIS 94

REFERÊNCIAS 100

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Somália é um país que sofre com as mazelas da pobreza extrema desde a sua existência enquanto colônia, situação que junto às consequências do seu processo de colonização[1], foi agravada mesmo após a sua independência formal[2]. No início do século XX, Itália e Grã-Bretanha passaram a ocupar territórios da então Somalilândia com o discurso de proteção da região. Todavia, essa proteção compartilhada foi abalada quando a Itália resolveu invadir em 1940 o território de domínio britânico, o que fez com que eles invadissem um ano depois o território italiano de volta (VICENTE, 2009, p. 2).

Vale lembrar que as relações entre a Somalilândia de domínio britânico e de domínio italiano eram conturbadas, visto que, ambas tinham interesses nos territórios somalis que possuíam, mas também visavam a anexação de mais territórios. Diante disso e de tal forma, em meio a Segunda Guerra Mundial no coração da Europa, imersos no clima de rivalidade entre os Aliados e o Eixo, inflamaram ainda mais os ânimos, o que fez com que ocorresse a invasão – em 1940 e 1941 respectivamente – dos italianos ao território de domínio britânico e dos britânicos invadindo a Somalilândia de domínio italiana (VICENTE, 2009, p. 2).

Passado todo esse conflito, a Somalilândia de predomínio italiano, foi renomeada e passa a ser chamada de Somália, adquirindo direito à autonomia e, posteriormente, dando margem à independência, quando em 1960, as zonas de influência Britânica e Italiana tornam-se independentes, se uniram e formam a República Unida da Somália (VICENTE, 2009, p. 2). Esse acontecimento marcou a história do país, pois representou a união de etnias com objetivo único de buscar a independência nacional (KI-ZEERBO, 1982).

Desse modo, após anos de conflitos entre seus colonizadores, a independência se apresentou como forma de libertação colonial, entretanto, deixando como herança marcas pelo seu modo de colonização, fato este que influenciou diretamente na formação do Estado somali e reverberou por anos com a influência de seus colonizadores.

Os conflitos no país se tornaram constantes após um golpe de Estado em 1969, que desencadeou uma série de conflitos, levando o país a uma guerra civil, que de acordo

[1] Colonização é o termo usado para se referir ao processo de expansão, anexação de terras, conquista de colônias, e submissão de povos ou Estados, utilizando a força ou o poderio econômico para "legitimar sua superioridade", sob territórios habitados por povos diferentes dos seus colonizadores ou potência colonial e que não partilham da mesma organização do sistema de dominação (BOBBIO, 1998).

[2]Apesar de ter conseguido a independência, a Somália ainda vive rodeada de interferências diretas e indiretas dentro do país. O que torna mais difícil a tomada de decisões para resolver os problemas internos, sendo que na maioria das vezes, não se considera fatores como: cultura; identidade; processo histórico etc. Tudo isso acaba por vezes agravando os problemas ao invés de sancioná-los (MACQUEEN, 2004, p. 127).

com Corrêa (2016), tornaram-se a forma primária de todo o conflito geral, desestabilizando a estrutura interna do país. Esse golpe em 1969 foi liderado pelos militares, devido à insatisfação destes com o desempenho do governo, considerado péssimo por eles, em resolver os problemas internos, particularmente na melhoria das condições de vida da população (ISMAIL, 2010). Essa seria a justificativa adotada pelos militares para a aplicação do golpe no país, tendo interesses muito mais profundos velados, como será visto no decorrer dos capítulos.

Assim, o então presidente eleito, Abdirashid Ali Shermarke, acabou sendo assassinado por um de seus guarda costas e, sem tempo para reação política, os militares tomaram o poder, liderados pelo general Muhammad Siad Barre[3]. (ZABLONSKY, 2018, p.394). De acordo com Haper (2012, p. 54), aparentemente o assassinato do então presidente Shermarke, não teve ligação com o posterior golpe político, e sim, com alguma revanche ligada a disputa de clãs. Dessa forma, uma enorme gama de problemas internos resultou na iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) em intervir nesses conflitos, gerando um cenário de frustração e inferiorização do ambiente de atuação da instituição.

A partir de uma leitura crítica, é possível entender que as intervenções humanitárias como a que viria a ser implementada na Somália, trazem consigo uma carga de interesses políticos dos países detentores do discurso dominante, como Estados Unidos, Inglaterra, Itália, nas quais eles propõem medidas paliativas[4], para tentar resolver em curto prazo os problemas que apresentam características históricas e sociais profundas. Essas intervenções também são repletas de pré-conceitos sobre o local de atuação, e fatores locais como a cultura, a política, as identidades, e o processo de formação dos próprios países influenciado pelo modo de colonização sofrido por eles.

Assim, um dos objetivos da pesquisa é caracterizar a relevância que o tema em questão possui, abrindo margem para um debate mais profundo sobre o processo de colonização da Somália, que foi marcado pela expansão do capitalismo industrial e pela Conferência de Berlim[5] que ocorreu em 1884, e em como ele afetou primordialmente no

[3] Muhammad Siad Barre, governou a República Democrática da Somália entre 1969 e 1961; ficou no poder por aproximadamente 22 anos (MORENO, 2014, p. 45).

[4] Resoluções em curto prazo, que tem como real objetivo amenizar os problemas em um primeiro plano para posteriormente atuarem com as reais intenções – nesse caso de viés político, e assim poderem exercer mais uma vez a sua influência sobre aqueles que não dispõem da atenção e de voz no cenário internacional, se não como exemplos subjugados de países necessitados e sem poder de decisão (CARNEIRO, 2012, p. 8).

[5] A Conferência de Berlim foi composta por diversos países, com o objetivo de fazer a partilha da África, entre os próprios países que participavam da conferência; o objetivo era além de tomar posse das terras

desenvolvimento da Somália em suas áreas sociais, econômicas, educacionais; diante dos processos de intervenções (PREISS, 2005). De acordo com Zablonsky (2018), a violência da descolonização por parte dos colonizadores e colonizados se tornou instrumento de coerção contra a população, utilizado pelo próprio Estado. Assim, na África pós-colonial os africanos assumiram o papel de colonialistas, o que explicaria muitos fatos dos conflitos na Somália.

Desse modo, o discurso reproduzido mais uma vez pela ONU enfatiza a necessidade de intervenções humanitárias e entra em consonância com o discurso dominante, que veem essas intervenções não só como soluções para os países em crise, mas também as enxergam como necessárias para a paz local. Ressalta-se, aqui o caso específico da Somália uma vez que todas as intervenções dirigidas ao país acabaram fracassando, o que agravou ainda mais os problemas internos no país. Vale nesse caso, uma análise mais profunda a respeito de como apesar de tantas intervenções, o país continua em conflitos constantes.

De que forma as constantes intervenções na Somália que priorizam o desenvolvimento numa perspectiva liberal, afetam as dinâmicas locais do país? Essa é a pergunta base proposta para nortear o trabalho de pesquisa. Apesar dos países serem soberanos e reconhecidos como tal perante o sistema internacional, a ONU pode atuar com o papel de manter a ordem, quando países tidos como Estados Falidos[6]; fracassados, ou sem um governo eficaz, não conseguem exercer a sua soberania e consequentemente exercer a sua função que seria o de garantir um Estado de paz e estabilidade local.

Nesse caso, os somalis são colocados de lado a respeito da sua própria história, devido às guerras civis que o tornam incapazes de exercer a vida política e social do país, se não, com amparo internacional pelos países detentores da narrativa dominante (MORENO; FERNANDEZ, 2014, p. 61).

A Somália é marginalizada por muitos países devido ao seu processo de colonização. Essa marginalização ocorre pela construção social de inferioridade denominada pelos países desenvolvidos, sendo vistos como aqueles que não se encaixam ou não possuem um desenvolvimento satisfatório, ou seja, igual ao dos países desenvolvidos. No caso somali, com o golpe 1969, se iniciou um longo período de

ricas em matéria-prima, conseguir também controlar essas terras para evitar conflitos futuros (BRUNSCHWING, 2004).

[6] Estados Falidos é uma expressão ocidental e poderia ser substituído pelo termo Estados Colapsados, que são por definição Estados que não conseguem ou não irão salvaguardar domesticamente condições mínimas, como paz, ordem, segurança, etc (JACKSON, 1998).

instabilidade e de conflitos internos, que fizeram o país chegar a um grande descontrole nas estruturas sociais e políticas, levando-o a atingir o nível da miséria no decorrer dos anos, por diversos agravantes (PENNA, 2011).

Com tudo isso, o quadro político, social e econômico do país tornou-se um caos, justificado pela visão colonialista da falta de um Estado, nos termos do desenho institucional ocidental, o que acabou aumentando a situação de insegurança, gerando, posteriormente, a guerra civil do país, que deixou marcas visíveis. Os conflitos passaram a ser produzidos logo após o golpe, através da formação de grupos clânicos, em que eles reivindicavam o poder para si, e se opunham contra o governo, eles tinham como objetivo a queda do general Barre, além de alguns grupos tentarem a iniciativa de reformas políticas em prol de um regime liberal (PENNA, 2011, p. 46).

Toda essa oposição ao governo, fez com que os clãs se tornassem alvo do novo governo (que liderou o golpe), e através da mídia, foi difundido o discurso de que todo o caos interno era provocado pelos clãs, onde eles não aceitavam respeitar a hierarquia no governo Barre.

O grande interesse dedicado à Somália e suas questões internas por parte da agenda internacional pode ser justificado, por exemplo, por elementos geopolíticos. O país dispõe de uma localização estratégica que possui saída para o Mar Vermelho. É também o ponto mais oriental do continente africano, conhecido como Chifre da África (MAXTED; ZEGEYE, 2001).

Essa é também uma rota de grande importância para o comércio do petróleo, "por onde transitam cerca de 15,5 milhões de barris de petróleo por dia, o que representa um terço de todo o petróleo que circula mundialmente por via marítima" (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2011[7]). Fato este, que em si, levanta muitas questões a respeito de interesses a serem investigados, pelos países que junto a ONU, desenvolvem missões interventoras na Somália.

Desse modo, nos anos que sucederam o início do século XXI, a Somália continua enfrentando problemas em sua estrutura política interna. As guerras civis ainda são presentes no país e o estado de miséria, abaixo da linha da pobreza, ainda é um fator relevante na sociedade somali. De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1987 a 1991, a Somália foi considerada um dos países mais pobres do mundo (REBOLLO, 2017, p. 17).

[7] Ver mais em:< https://www.eia.gov/totalenergy/data/annual/pdf/aer.pdf>.

Esses índices também são reforçados através do Banco Mundial (BM), destacando através dos seus dados que, quase metade da população somali vive no que é considerado abaixo da linha da pobreza – essa mensuração de pobreza por dólar varia bastante de acordo com o país e o período em que é avaliado – segundo o próprio Banco Mundial, sendo considerado 1,25 dólar por dia, com isso, os dados sobre a Somália se tornam ainda mais alarmantes quando considerados os números de mortalidade infantil, contando com um expressivo número de 106 óbitos a cada mil crianças nascidas vivas, chegando a ser um dos maiores do mundo.

Embora as intervenções tenham sido criadas com a intenção de cessar o confronto e salvaguardar o povo, a visão colonialista por vezes acabava não garantindo a eficácia das missões, sendo necessária uma análise bem mais profunda a respeito dos conflitos. Diante disso, surge um interesse para trabalhar com as intervenções que ocorreram na Somália, sendo este, um campo pouco explorado a partir de uma visão crítica, além de destacar a negligência e a forma diferenciada que países como a Somália recebem do sistema internacional, corroborando com a ausência de produção sobre o Chifre da África, que não ganha tanta atenção ou espaço.

Então, considerar nesse caso que tema de "cooperação" e "desenvolvimento" são exclusivos da área de Estudos Africanos, é demonstrar uma desorientação ideológica que caracteriza uma mentalidade imperial[8] (MATA, 2014, p. 34). Esses termos anteriormente citados serão amplamente utilizados, partindo de uma análise crítica, sobre a construção dos discursos coloniais que sempre são usados. Toda essa desvalorização do objeto de estudo local, – colocado aqui como literatura decorrente dos países subjugados como periféricos, é fruto do não reconhecimento e oposição eurocêntrica[9] à abertura para outras literaturas que não a dos "países de centro" (MATA, 2014, p. 36).

Esse tema se torna relevante diante das muitas questões importantes abordadas nele, sendo a Somália um dos países que mais tem sofrido com a fome nos últimos anos, e sendo a fome uma responsabilidade social global. Ou seja, o caso da Somália é uma responsabilidade de todos nós enquanto sociedade, partindo do princípio global de comunidade internacional.

---

[8] Mentalidade imperial está diretamente relacionada ao imperialismo, que foi ou é uma forma de política expansiva em diversos setores como o cultural, econômico e social, em que a nação dominante se sobrepõe a outras. Um exemplo foi o império Romano.

[9] Visão eurocêntrica faz parte do eurocentrismo, que tende a colocar a cultura Europeia como superior a todas as outras, desse modo os interesses e tudo que se relacione a ele é melhor e mais importante do que todos os outros (MATA, 2014, p. 32).

Tudo isso nos mostra a necessidade de abertura e receptividade para literatura local desses países em conflito, como no caso da Somália, que teve sua história contada de acordo com a visão colonialista e eurocêntrica, ignorando as identidades[10] locais, e colocando a visão do "eu" sobre o "outro" – nesse caso a história contada pelos detentores do discurso, os países desenvolvidos e seus colonizadores – como mais importante.

Segundo Estre (2011, p. 10), vale ressaltar que nas intervenções humanitárias na Somália, a primeira atitude da ONU foi associar o caos interno do país à falta de uma estrutura estatal, ignorando as questões coloniais, assim como a influência das grandes potências no Pós-Guerra Fria, que teve como objetivo central a obtenção de poder e difusão ideológica, tornando o ocidente mais uma vez, legítimo ao posto de protetor dos direitos humanos.

Assim, há uma necessidade de (re)descoberta a respeito das intervenções, em um Estado que perante o sistema internacional, é reconhecido pela completa desordem oriunda de conflitos internos, praticados por grupos rivais internos que almejam cada vez mais poder e controle de territórios. Com isso, este estudo pode contribuir para o desenvolvimento de novas teorias de cooperação humanitária, que facilitariam os estudos e ações futuras, para evitar ou sancionar de forma consistente (a médio e longo prazo) os conflitos locais, além de promover um debate acadêmico acerca do tema.

A proposta de pesquisa em análise visa trazer o debate acerca das intervenções humanitárias na Somália, através do método qualitativo e descritivo, e do método do estudo de caso[11], de acordo com Yin (2001), o estudo de caso é um dos vários métodos que podem ser utilizados no desenvolvimento de pesquisas em ciências sociais, sendo que cada estratégia utilizada apresenta suas vantagens e desvantagens.

Desse modo, esses estudos de caso acabam se mostrando preferenciais por trabalharem com questões do tipo "como" e "por que", justamente quando o pesquisador acaba não tendo tanto domínio sob as circunstâncias que podem surgir, assim como para eventos contemporâneos associados a algum contexto da vida real (YIN, 2001, p. 19). Esse tipo de pesquisa ajuda a trabalhar de forma mais objetiva.

---

[10]A identidade está ligada a construção e formação de tudo o que somos e nos tornamos, é ela que caracteriza os nossos hábitos, e que está ligada à nossa interação em sociedade. Ou seja, é ela quem define a nossa própria identidade cultural, social, de gostos, costumes, sobre como nos vemos e como enxergamos o outro (MATA, 2014).

[11] Para Ventura (2007), o estudo de caso possui várias formas de aplicação, dessa forma possibilita ao pesquisador que um caso seja estudado de forma profunda e dentro de um determinado período, o que justificaria a sua utilização em se falar da intervenção somali.

Destarte, será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagens teóricas das Relações Internacionais, para os estudos de Cooperação através das intervenções, para que assim seja possível aprofundar os debates que muito pouco são trabalhados nas Relações Internacionais enquanto disciplina, e definir um sistema de análise para uma melhor compreensão da necessidade de trabalhar com as intervenções humanitárias na Somália.

De acordo com Bellamy; Wheeler (2005), existe uma grande contradição no setor dos estudos das RI´s quando se fala em intervenções humanitárias. Essas contradições chocam-se no ponto em que dois conceitos conhecidos da área aparecem: soberania e proteção aos direitos humanos. Embora estes não sejam opostos ou eliminatórios, apresentam-se sempre como concorrentes e de difícil harmonia.

Desse modo para cada um dos elementos, será feita uma coleta de dados específica a fim de compreender como estes se desenvolvem no local de estudo que é a Somália, para, posteriormente, testá-los na análise de suas atuações – como ocorre o processo de cooperação e até que ponto isso pode ou não, afetar a soberania do país. Dessa forma, será feita uma revisão das referências, em todas as etapas de desenvolvimento da pesquisa acerca do marco teórico.

Assim, essa pesquisa irá analisar as intervenções na Somália através de uma abordagem crítica. Essa perspectiva ajudará a não só enxergar os conflitos internos do país por outra lente, mas também a dar voz à narrativa outrora silenciada das minorias abordando de forma crítica o discurso dominante. Utilizar-se-á de um recorte temporal onde será analisado o período em que as intervenções ocorreram no final do século XX quando foram desenvolvidas pela ONU, passando pelo período da Guerra-Fria, chegando ao início do século XXI, mais especificamente o ano de 2007, que contou com mais uma iniciativa de intervenção humanitária na Somália.

Assim, o objetivo central será analisar não só o porquê de as intervenções na Somália não serem bem-sucedidas, mas de que forma isso afetou o país em suas estruturas internas - políticas, sociais e econômicas.

Será utilizado o método dedutivo que analisará o processo das intervenções através de uma análise histórica, até chegar ao objeto central que são as específicas intervenções que ocorreram na Somália. Logo, a estrutura principal desta pesquisa se guiará através de uma análise histórica; a contextualização dos conflitos internos; passando pela ótica das intervenções da ONU na Somália, até chegar à crítica a essas intervenções e a análise do debate sobre cooperação e soberania, utilizando uma abordagem crítica para toda essa

investigação.

De acordo com MATA (2014), a visão crítica tenta não só desconstruir, mas como dar voz a outras narrativas que não às utilizadas e propagadas por aqueles que através da colonização de outros se apossaram da verdade dos fatos. Além de tentar desconstruir o caráter da inevitabilidade, universalidade e neutralidade das normas contemporâneas internacionais quando aplicadas por meio da atuação das operações de paz em território somali (BIZARRIA, 2012).

Através do discurso é que se constitui e se reforça a narrativa sobre a condição de periferia (PUREZA, 2011, p. 14). Essa apresentação de um ambiente caracteristicamente agressivo e indisciplinado, leva consigo a necessidade de pacificação, que no caso da Somália e das demais sociedades africanas, são colocadas como intrinsecamente conflituosas pela presença de tribos clânicas – conhecido também como tribalismo, o que influencia na ineficácia das tentativas ocidentais para pacificação e garantia do Estado Africano (MORENO, 2014, p. 44).

Dessa maneira, "inconsciente é, na verdade, como se pode caracterizar o gesto de naturalização da subalternidade, da exclusão e do estatuto periférico" (MATA, 2014, p. 30). Sendo necessário em tempos de guerra e conflito, a interferência de países Ocidentais que tenham e/ou possam utilizar de todos os meios necessários para garantir a restauração do Estado aflito, ou seja, países descritos pejorativamente de subdesenvolvidos se transformam em palco de "missões civilizatórias" pelos países considerados do centro do sistema (PUREZA, 2011, p. 14).

Segundo Dutra (2014), no que tange às intervenções humanitárias no pós-Guerra Fria, elas ocorreram baseadas em diversas justificativas, não existindo um consenso sobre os motivos e características da implementação delas ao longo dos anos, sendo assim, sem existir um padrão, e sem nenhuma regra que tivesse que ser aceita por toda a comunidade internacional, ou até mesmo pelo próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), isso se justifica até os dias atuais, apresentando peculiaridades em cada país (local da missão) se fazendo impossível uma justificativa padrão desde as intervenções em 1990.

Ao longo de toda a pesquisa a revisão de literaturas se faz importante, trazendo a visão crítica, que investiga a iniciativa das intervenções humanitárias e todo o contexto histórico no qual as missões estão inseridas, sendo importante o fator histórico para compreender como os problemas locais partiram de uma vertente bem mais profunda, que foi ignorada pelas missões desde a sua implementação.

Para isso, foram propostos objetivos complementares que orientam a pesquisa e ajudam na elaboração de respostas para atingir o objetivo geral. São elas: contextualizar o processo histórico de colonização da Somália e seus conflitos internos; examinar as estratégias utilizadas nas intervenções; e discutir criticamente o impacto das intervenções na Somália que afetaram negativamente sob uma perspectiva liberal de desenvolvimento. **O Primeiro objetivo ajuda a estruturar a construção do primeiro capítulo** (I) HISTÓRICO DA SOMÁLIA: DA COLONIZAÇÃO AO FRACASSO DAS INTERVENÇÕES**, que faz uma análise inicial do processo de colonização e seu impacto na formação do Estado somali. Já o segundo objetivo está ligado a investigação do segundo capítulo, intitulado** (II) HISTÓRICO DAS INTERVENÇÕES NA SOMÁLIA**, este, voltado a análise histórica da implementação das intervenções e as mudanças ocorridas ao longo dos anos nas trocas das intervenções no país. Por fim, o terceiro objetivo está atrelado diretamente ao capítulo três, intitulado** (III) RESULTADO DAS INTERVENÇÕES**, que trabalha com a crítica direta às intervenções humanitárias na Somália e os impactos deixados, reforça a falta de representação local na narração da sua própria história. A organização dos capítulos segue uma ordem cronológica para facilitar a compreensão dos fatos narrados.**

1 HISTÓRICO DA SOMÁLIA: DA COLONIZAÇÃO AO FRACASSO DAS INTERVENÇÕES

> A independência do país é representada como um momento de libertação colonial, deixando o povo em euforia pela tão almejada liberdade, sendo ao mesmo tempo, a caixa de Pandora para o que logo mais seria a tragédia nacional, fator este, que marca a história do seu povo com o próprio sangue (VICENTE, 2009, p. 2).

1.1.Como ocorreu o processo de Colonização da Somália

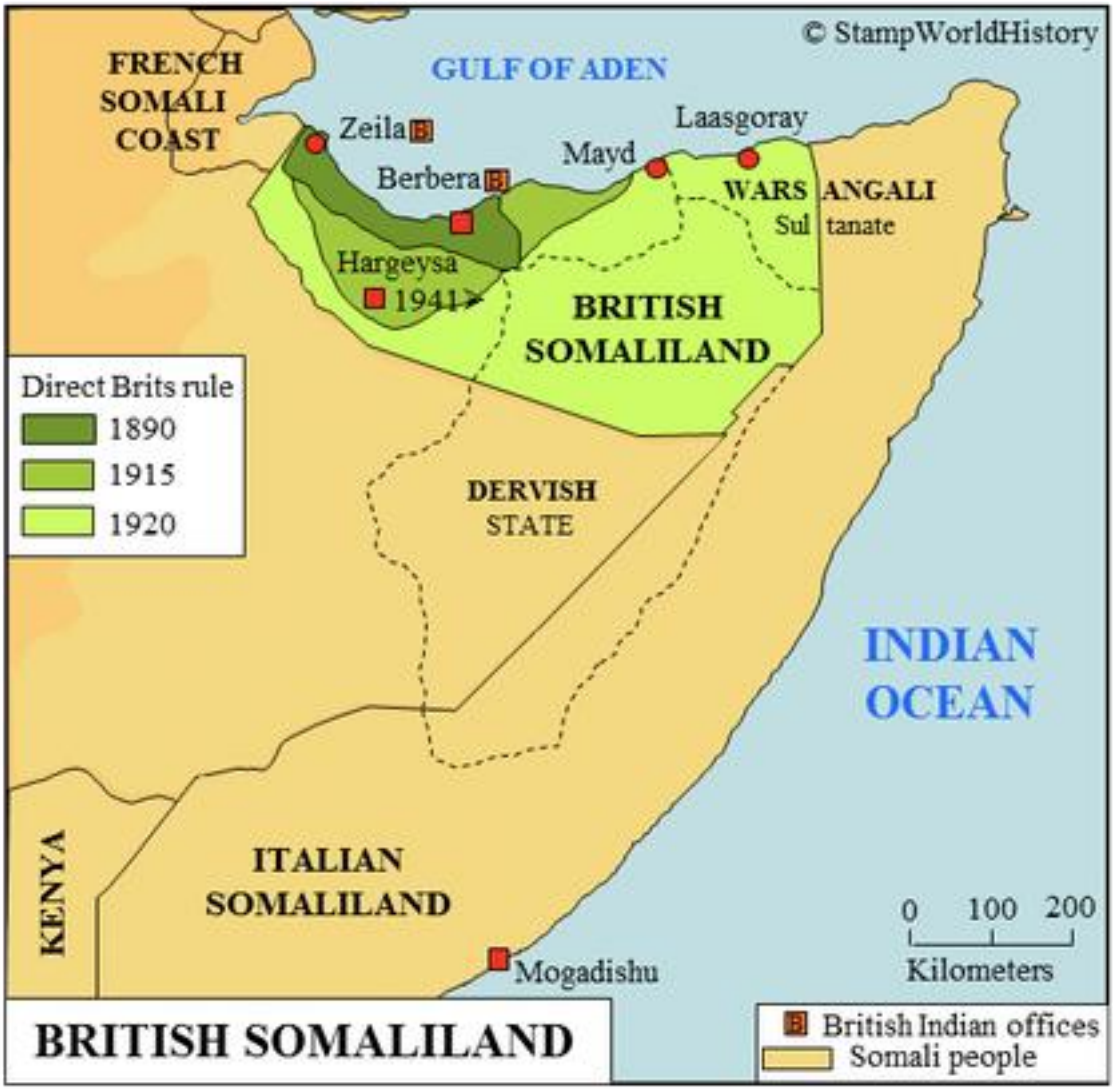
O Continente Africano teve indícios da sua colonização no início do século XIV, sendo marcada pela conferência de Berlim e pela expansão do capitalismo (PREISS, 2005). De acordo com Preiss (2005), a partilha do continente foi feita de forma autoritária e arbitrária, sem considerar ou respeitar as particularidades culturais e étnicas de cada povo, apenas segregando os grupos de acordo com suas rivalidades internas, como forma de colonizar tendo um maior controle e domínio sobre toda a população.

Vale ressaltar que essa partilha ocorreu entre as nações mais poderosas e influentes da época, fazendo com que um novo ciclo histórico se iniciasse, logo, os interesses políticos e econômicos dos colonizadores estava intimamente ligado aos posteriores chefes tribais; clãs; unidades políticas destes governantes locais, mesmo após o processo de independência (EMERENCIANO, 2015, p.15). A influência da colonização foi muito forte nos países africanos que mesmo após conseguirem a sua independência, não conseguiam se desligar do modo subjugado ao qual viviam frente aos países desenvolvidos.

A colonização da Somália seguiu o mesmo modelo dos demais países africanos, tendo um processo demorado que teve início por volta de 1905, sendo o cenário de conflitos transfronteiriços e repartições de terras algo recorrente desde o final do século VX, no caso da Somália, as grandes potências europeias tomaram posse do território Somali e o dividiram entre si (ver mapa 1. e 2.) suas zonas de influência[12] (VICENTE, 2009). Nos mapas abaixo, é possível ver a divisão de protetorados entre Itália e Grã-Bretanha.

[12] O território Somali teve sua divisão com o Egito ocupando a costa do país, a França que se encontrava nessa disputa ficou com a parte que hoje é o Djibouti e com isso, os maiores interessados anunciaram um protetorado sobre o restante do país, ficando o Reino Unido com boa parte do que junto com a Itália chamaram de Somalilândia, ficando estes com a parte norte e a Itália com o Sul (VICENTE, 2009, p. 2). Iniciam-se aí os conflitos que mais tarde resultaram no processo de independência.

Mapa 1 – Território da Somália de domínio Britânico



Fonte: StampWorldHistory (2015)[13]

No início do século XX, Itália e Grã-Bretanha passaram a ocupar territórios da então Somalilândia com o discurso de proteção da região. Todavia, essa "proteção compartilhada" foi abalada quando a Itália resolveu invadir em 1940 o território da Somalilândia britânica, o que fez com que eles invadissem um ano depois a Somalilândia Italiana (ver mapa 2.) de volta (VICENTE, 2009, p. 2). Abaixo podemos ver o mapa que mostra o território da Somália pertencente a Itália.

[13] Ver mais em:< British Somaliland. Disponível em: http://www.stampworldhistory.com/country-profiles2/africa/british-somaliland/>.

Mapa 2 – Território da Somalilândia de domínio Italiano



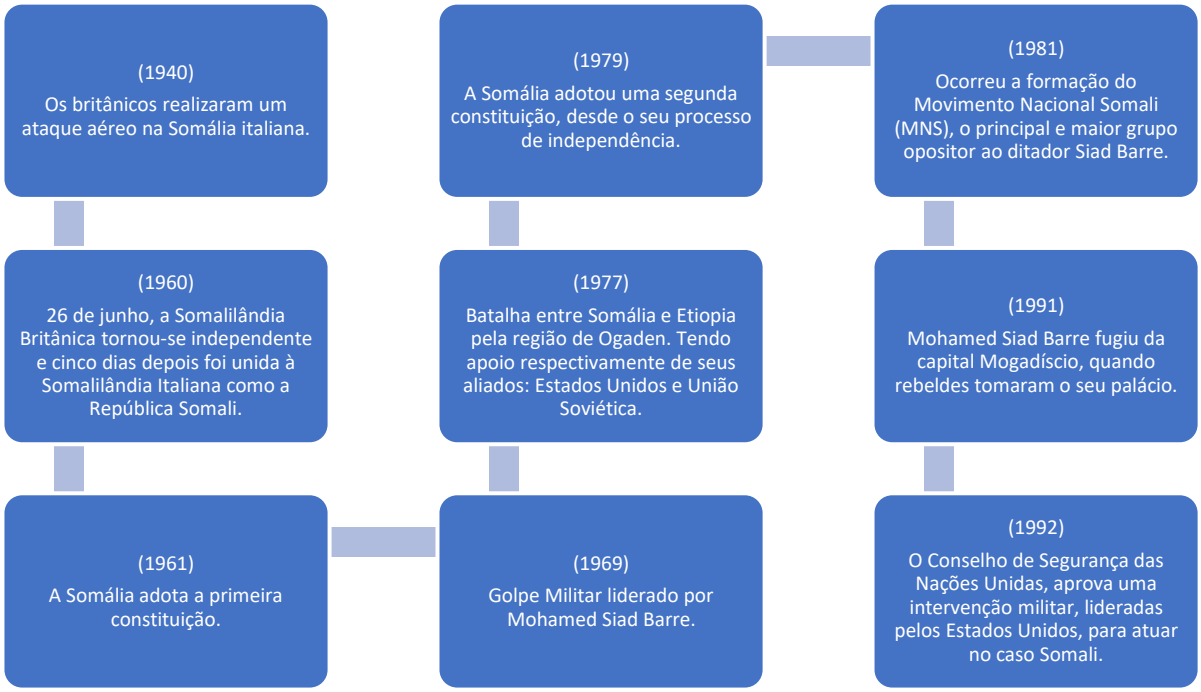
Fonte: StampWorldHistory (2015)

Segundo Zablonsky (2018, p. 101), a principal diferença entre o norte e o sul da Somália seria a estruturação da população, que se dividia entre nômades ao norte – envolvidos em pastoreio, e grupos fixos ao sul – que trabalhavam com comércio,

agricultora e pastoreio em escala menor. O período entre 1900 e 1920, Itália e Grã-Bretanha controlaram a região da Somália, até 1960[14] (LEWIS, 2008).

Podemos visualizar melhor abaixo (Ver figura 1.), os principais eventos que ocorreram na Somália, desde a sua condição enquanto protetorado britânico e italiano em 1940, passando pela sua independência em 1960, até a primeira intervenção da Organização das Nações Unidas em 1992.

Figura 1. Linha do Tempo com os Principais Eventos que ocorreram na Somália (1940 – 1992)



Fonte: Elaborado pela autora, com base na *Timeline of History Database*[15]

De acordo com Omar (1992, p. 16), durante todo o período em que a Somália esteve como protetorado de domínio italiano (e britânico), muitas histórias foram passadas de pais para filhos, sobre como os colonizadores – sobretudo italianos – torturavam, chicoteavam e humilhavam os somalis, fazendo-os de ponte humana, para que os italianos atravessassem os rios, onde muitos deles eram devorados por crocodilos, outras vezes eram açoitados até a morte. Histórias que reforçam o tipo de tratamento dado aos somalis, durante décadas, e que não era incomum quando se tratando de ações por países colonizadores.

[14] Com a Segunda Guerra Mundial, a Itália perdeu o controle da Somália em 1940 para os Britânicos, e só o retomou em 1950 em forma de tutela (LEWIS, 2008, Op. cit., p. 55).

[15] Linha do tempo do Banco de dados histórico. Ver mais em: https://www.timelines.ws/countries/SOMALIA.HTML.

Para Boahen (2010, p.94), a divisão do Estado somali só terminou de fato em 1897, através de muita resistência local e ceifando a liberdade e independência da população, além de ignorar quaisquer interesses do povo, despertando com isso cada vez mais desconfiança e estimulando a união do povo, os fazendo deixar de lado, por um momento, os problemas e discordâncias que os precediam a décadas. Essa união levou anos para se concretizar em uma ação, mas contou com um propósito mais significativo em prol da libertação do seu povo, em um processo de independência que foi sonhado e idealizado por muitos anos.

Segundo Samatar (1994), todos os conflitos estruturais e civis posteriores, se deram ao fato da divisão pelas grandes potências europeias, que ignoraram deliberadamente as diferenças raciais e culturais das tribos africanas, deixando-os à margem de sua própria história, tendo povos diferentes juntos, da mesma forma que grupos de mesma identidade étnica sendo separados.

Através dessa fragmentação do país, os territórios foram transformados em protetorados e colônias, mantendo o povo sob domínio europeu por quase cem anos (EMERENCIANO, 2015, p. 18). Fato este, que refletiu diretamente nos rumos tomados na história de diversos países do continente africano, como no caso da Somália que será explanado mais adiante.

O fator geopolítico foi fundamental na escolha estratégica dessa ocupação, que de acordo com Ranger (2010), facilitava a aproximação com as outras regiões da Costa Africana, Índias e Península Árabe. Além disso, a proximidade da Costa favorecia na troca de mercadorias locais por produtos importados, e esse contato com o comércio estrangeiro – sobretudo com os Persas e Árabes – fez com que os países fixassem postos comerciais em território Somali, fator este que, levou posteriormente a parte da costa se converter voluntariamente ao Islamismo a partir do século VII (HAPER, 2012).

Estas ocupações acabaram gerando grandes mudanças também no modo de viver do povo somali, saindo do tradicionalismo em que viviam e sofrendo como consequência a essas mudanças, um enfraquecimento em suas instituições políticas tradicionais[16], que para muitos, significava a garantia da paz e segurança para os indivíduos locais, sendo a influência externa um dos fatores decisivos (RANGER, 2010). Com isso, é justificável dizer que a Somália se tornou não só um país cobiçado por sua localização geoestratégica,

[16] O tradicionalismo da sociedade somali podia ser visto através de um modelo de partilha de poder, onde nenhuma pessoa tinha mais poder que o outra, sendo todas as decisões deliberadas entre os anciãos e os líderes da comunidade (MOHAMED, 2007).

como também um local que apresentava maior facilidade para ser manipulado, vindo de um contexto de subordinação colonial.

De acordo com Emerenciano (2015, p. 12) a projeção de influência e rotas de saída para o mar, podem ser vistas uma vez que, o leste da costa é banhado pelo oceano índico e o mar arábico, já o norte do país é margeado pelo golfo do Haden, sendo assim economicamente interessante e vantajoso aos países de terem controle e acesso a estas rotas. Segundo Corrêa (2016), a posição geoestratégica da Somália é fundamental, pois é uma das principais rotas de transporte marítimo, onde une Ásia e Europa através do seu comércio, fica localizado no sudeste do território Somali, conhecido como Chifre da África ou Corno da África – esse nome tem origem na mitologia grega, que faz referência a parte pontiaguda. A posição estratégica da Somália pode ser melhor visualizada abaixo (ver mapa 3.).

Mapa 3- Mapa Político da República da Somália



Fonte: Imagem extraída do **Guia Geográfico Turismo no Mundo: África Turismo**[17]. Mapa (1993).

[17] Ver mais em:< http://www.africa-turismo.com/somalia/somalia.htm>.

Para Samatar (1994) após o enfraquecimento do sistema colonial, os poderes formais que antes as grandes potências possuíam sob os países colonizados, tinha simplesmente acabado, causando uma violenta disputa pelo controle político da maioria dos novos Estados Africanos.

Em meio ao início dos conflitos internos locais, as facções que surgiram dentro do que viria a ser o Estado Somali, acabaram ganhando apoio das superpotências mundiais emergentes da época até 1989 (Estados Unidos e União Soviética), que tinham como principal objetivo o controle das principais rotas marítimas – que se concentravam no Canal de Suez, Ásia, e o Oriente Médio (1994). Logo, esse apoio era velado de interesses para com cada Estado que recebia apoio externo, e isso foi confirmado anos mais tarde com as cooperações e alianças feitas entre os países africanos e todos os demais, sobretudo os europeus e americanos.

Segundo Spohr et al. (2012), a independência conquistada pelos Estados africanos não garantia o afastamento da influência europeia, havendo sempre concessões feitas a eles, não dando garantia de estabilidade de atuação dos governos locais, e mantendo uma relação de dependência para com os europeus. Em contraponto a este fato, alguns chefes de estado africanos, aproveitavam das disputas entre as grandes potências e se utilizavam de meios para tentar obter recursos estrangeiros e com isso tentar consolidar seus governos.

Os chefes das elites africanas se valendo de padrões imperialistas europeus a respeito da educação e da administração pública, criaram mecanismos de manutenção de seus privilégios sobre o poder público, tudo isso enfraqueceu os elementos culturais locais que eram vistos como um retrocesso e que precisavam de uma evolução no tempo (ELAIGWU, 2010). Isso era mais uma evidência de como o processo de colonização afetou o desenvolvimento interno dos países.

Os estudiosos Bert F. Hoselitz (1960) e Walt W. Rostow (1952), considerados teóricos da modernização, assumiram a negação eurocêntrica da coetaneidade. De acordo com suas obras, dividiram as sociedades em setores modernos e tradicionais. Hoselitz, utilizou as variáveis-padrão de Parsons, através das quais desenvolveu um esquema classificatório para definir cada setor. Nesse sentido, nas sociedades modernas, os relacionamentos tendem a ser universalistas, funcionalmente específicos, e as pessoas são avaliadas por suas realizações. Contudo, nas sociedades tradicionais, as relações são particularistas, funcionalmente difundidas e as pessoas são avaliadas pelo status atribuído (HOSELITZ, 1960).

Entretanto, no esquema de Rostow (1952), o desenvolvimento consiste em um processo de cinco estágios, da sociedade tradicional para a moderna. Ao utilizar uma metáfora de um avião, os estágios de Rostow podem ser relacionados como: estacionário (sociedade tradicional), pré-condições para decolagem, decolagem, condução até a maturidade e alta sociedade de consumo de massa (sociedade moderna). Diante disso, Rostow e Hoselitz universalizaram o que consideraram ser as características culturais ou os estágios mais avançados de desenvolvimento dos países dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

Assim, semelhante ao teor ortodoxo da teoria da produção dos partidos comunistas, os teóricos da modernização assumiram uma noção de estágios de tempo x espaço eterno x universal pela qual toda sociedade deveria passar. Além disso, eles assumiram a superioridade do "Ocidente" criando um distanciamento tempo x espaço entre as sociedades modernas "avançadas" e o "atraso" das sociedades tradicionais (ROSTOW, 1952).

De acordo com Rodrigues (2007), o modelo de colonização acabou gerando um Estado somali pluriétnico, tornando a convivência de várias etnias sem identificação entre si, obrigadas a um espaço comum de vivência, sem qualquer tipo de sentimento nacional ou pátrio posteriormente, pelo território.

Essa divisão causou problemas entre as tribos[18] e os clãs[19] gerando um grande caos no país, ainda assim, o nacionalismo somali ganhou força e se uniu para o que mais tarde viria a ser o início do processo de independência (NOGUEIRA, 1997). Essa união se deu exclusivamente ao fato de tornarem um "inimigo comum" o ponto de convergência para se unirem.

Para Omar (2002, p. 201), a forma como os colonizadores dividiram os seus protetorados, fez com que anos mais tarde – pós independência – surgissem ainda mais conflitos, colocando países para lutarem entre si, assim como, afastar ainda mais os grupos de clãs dentro do país. Segundo Omar (2002), as atuações e jogos por poder, podiam ter sido facilmente identificados pelos chamados "líderes na África", mas não se

[18] As tribos são definidas como grupos de pessoas que possuem antepassados em comum ou uma cultura em comum e que escolhem viver em um modo particular, seguindo as regras e estilo de vida de seus ancestrais. Ou seja, eles se unem de acordo com interesses de identidades ou culturas em comum. Um exemplo: união de um grupo que tem a mesma língua materna.

[19] Os clãs são característicos da divisão somali, onde é constituído pela união dos indivíduos e seus antepassados, ou seja, união por laços familiares, sendo definido pela descendência de um ancestral comum (MORENO, 2014).

sabe se era conveniente manter esse modelo, e futuramente usar as mesmas táticas contra o próprio povo, como os clãs que já tinham conflitos.

Hinds (2013) destaca que, a maior parte dos somalis pertencem a um grupo de quatro famílias de clãs com descendência paterna, e que são eles: Hawive; Darod; Rahanweyn e Dir, sendo que estes, também são divididos em sub-clãs e outras divisões colocadas como "minorias", mostrando com isso, que existe uma grande complexidade no sistema de Clãs. As chamadas "minorias" são formadas por três grupos sociais diversos: os Benadiri, Bantu e os chamados "grupos ocupacionais", este último podendo ser dividido em mais três grupos: os Gaboye ou Midgan (que são formados por caçadores e coureiros), os Tumal (formado por ferreiros), e os Tibro (especialistas em rituais) (HINDS, 2013). Abaixo podemos ver como ocorre a distribuição clânica na Somália:

Figura 2- Distribuição Clânica na Somália

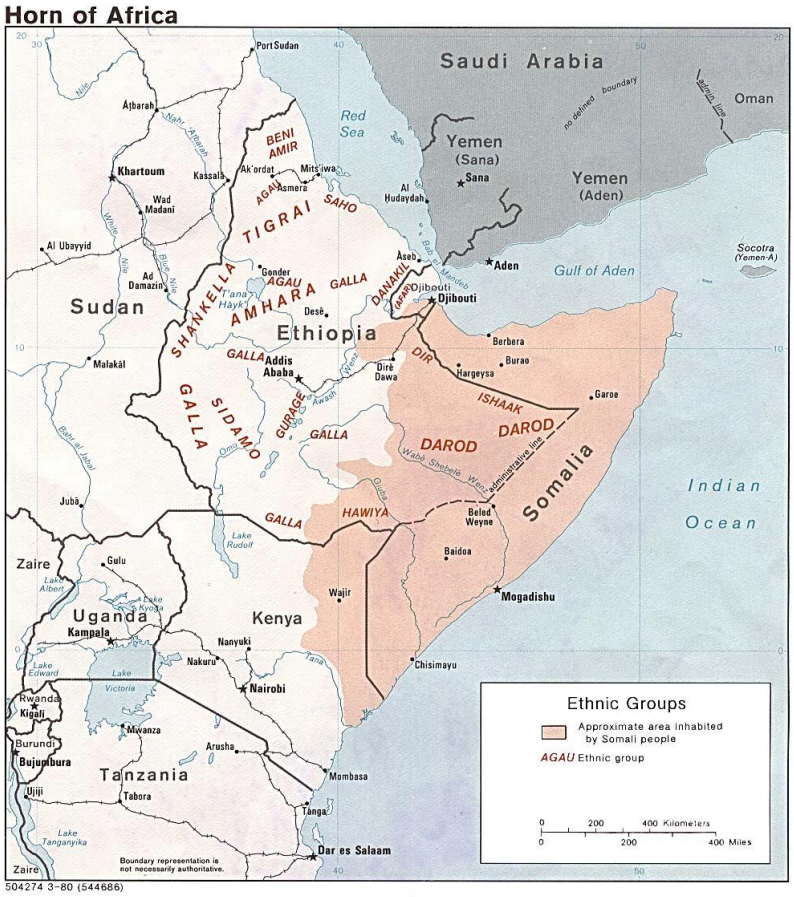


Fonte: Perry-Castañeda (2012)[20]

[20] Distribuição Clânica. Disponível em:< https://maps.lib.utexas.edu/maps/africa/txu-pclmaps-oclc-795784383-somalia_2012_clan_distro.jpg>.

Vale ressaltar que não há uma concordância geral entre os pesquisadores, sobre todos os sub-clãs e grupos de "minorias" existentes, pois há uma falta de aprofundamento e consenso histórico sobre alguns deles (HINDS, 2013). Mas algo que pode ser afirmado diante do que foi a analisado, é que os somalis fazem parte do maior grupo étnico[21] (Ver figura 2.) do país, com cerca de 85% dos habitantes, tendo os outros 15% sendo formados por outros grupos. Sendo assim, não existe uma homogeneidade étnica, apesar do que muitos autores afirmam, considerando a divisão de mais de 500 clãs e sub-clãs, e ainda contar com cinco idiomas diferentes – mais usados, dentro do país, sendo eles: Somali (maay maay); Árabe; Soqotri; Italiano e Inglês (THE ECONOMIST, 2013).

Figura 3- Grupos Étnicos da Somália



Fonte: Perry-castañeda (1980)[22]

[21] Para Barth (1984), a identidade étnica está ligada a identificação de um indivíduo a um determinado local ou grupo, e essa identificação pode ser distinta, sendo ela social, cultural, político, de gênero ou qualquer outra identificação de pertencimento ou semelhança. Tendo a autoafirmação como pilar de fundamentação, a partir do reconhecimento de identificação e pertencimento daquele indivíduo, até a identificação do outros sob esse determinado indivíduo.

[22] Ethnic groups horn of Africa (1980). Disponível em:<https://maps.lib.utexas.edu/maps/africa/horn_ethnic_80.jpg>.

Ainda de acordo com Hinds (2013), os clãs chamados de majoritários (ou seja, os que compões a principal divisão de grupos), podem exercer seu poder sobre as chamadas "minorias", e diante desse poder exercido é que as minorias sofrem uma marginalização e exclusão no âmbito social, político e econômico. Uma vez que, eles passam por exclusão e limitação dos direitos de acesso à justiça e educação, além de outros direitos negados que incluem meios de subsistência, discursos de ódio, e outros (HINDS, 2013, p. 3).

Existem ainda, outras formas de exclusão e marginalização dessas minorias, que são diferentes em cada região, mas que o autor relata ter tido dificuldades para fazer essa coleta mais detalhada de informações, sobretudo, no centro-sul da Somália (HINDS, 2013, p. 21).

Vale ressaltar que, a chefia dos clãs pode ocorrer de forma hereditária, ou seja, passada de pai para filho, ou através de uma eleição feita por um conselho representado por chefes de seções tribais, e ainda, esses chefes podem exercer papéis políticos ou religiosos (LEWIS, 1955). De acordo com Hinds (2013), a sociedade somali é tradicionalmente etnicamente endogâmica, ou seja, mantêm casamentos por laços consanguíneos, logo, o casamento também é utilizado como forma de manter alianças com outro clã ou etnia somali diferente.

Lewis (1994, p. 51) observa que, um estudo avaliou que cerca de 89 casamentos compostos por homens do clã Dhulbahante. 55 desses casamentos (média 62%) eram com mulheres de subclãs Dhulbahante, que não os de seus cônjuges; 30 deles (média de 33,7%), eram com mulheres de outras famílias de clãs, ou clãs vizinhos (Gadabuursi, e Isaaq), e 3 deles (médis de 4,3%), eram com mulheres de outros clãs da família do clã Darod (Ogaden e Marehan). Desse modo, fica claro observar que as o vínculo entre os clãs é perpassado também, através de alianças matrimoniais, que fortalece vínculos entre os diferentes clãs.

Ainda de acordo com Hinds (2013, p. 196-197), todos os homens adultos são classificados como presbíteros e estes, tem o direito de fala no conselho, sobre assuntos que sejam de interesse comum, ainda que, as opiniões divergentes entre estes homens, passam a ter pesos diferentes – em relação a status como riqueza, prestígio herdado, sabedoria, idade e outras características (o respeito está ligado à idade e a antiguidade da linhagem).

Para Ssereo (2003, p. 26), a tradicional sociedade somali, tinha o clã como a principal unidade social e política de organização e governança, tendo seus próprios líderes e conselhos, formados por anciãos, e tendo a terra como propriedade de todos,

todavia, os processos de modernização dos grupos pós-independência, acabaram mudando essas dinâmicas, tornando-as coexistentes com as formas modernas de organização social e política. Ou seja, diante do impacto do modo de separação feito, já no processo de colonização, onde afastou grupos de mesma identidade étnica e juntou outros.

Vale ressaltar também, que existem as tribos, assim como os clãs, fazem parte da história do país. De acordo com Giuseppe (1921 *apud* Omar, 2001, p. 20), a população era dividida em tribos e cada tribo com o seu próprio chefe, e dentre essas tribos ele cita algumas por distritos: Distrito de Shingani, com as tribos Jacub, Amudi, Sedda, Ghedi, Mursola, Asceraf, Rer Scek e Bafadal; Distrito de Wen, com as tribos Baidabo, Morscia, Dauar-Uena, Iscasciat, Scianscia, Calmusciua e Gudmani, e duas tribos que habitavam quase que em um mesmo território, sendo elas a tribo Rer Magno e Rer Fachi.

Segundo Hrbek (2010), foi ainda na década de 1950 que a população somali se encontrava mais descontente com as administrações dos seus protetorados, havendo inclusive, um esforço por parte dos britânicos de reduzir a representação local na administração – fato este que só foi mudado nos últimos quatro anos de administração britânica. Na Somália Italiana o oposto ocorreu, ocorreu a iniciativa de fazer com que os somalis tivessem maior contato com vários partidos políticos, todavia, ainda sendo assuntos militares e externos algo fora do alcance deles nas tomadas de decisão, e contando apenas o domínio italiano a frente (HRBEK, 2010).

Toda a insatisfação popular era abertamente expressada pelo povo no interesse de se unirem exclusivamente em um único Estado, fato que em julho de 1960 veio a se concretizar com a independência e fusão dos dois territórios (Somalilândia britânica e Somália italiana) (HRBEK, 2010).

Após muitos conflitos entre Britânicos e Italianos em busca de domínio pelos territórios somalis, a somalilândia de predomínio italiano, foi renomeada e passa a ser chamada de Somália, adquirindo direito à autonomia e, posteriormente, dando margem à independência. Em 1960, as zonas de influência Britânica e Italiana tornam-se independentes, e após isso se uniram para formar a República Unida da Somália (VICENTE, 2009, p. 2).

Para Ki-Zeerbo (1982) é importante destacar que as diferenças e disputas entre os italianos e os britânicos foi primordial para a independência somali, onde um país incentivava e fornecia mecanismos para uma reação ao protetorado onde se encontravam, surtindo efeito primeiro no protetorado de domínio italiano e depois no britânico.

Esse acontecimento marcou a história do país, pois representou a união de etnias com objetivo único de buscar a independência nacional (KI-ZEERBO, 1982). Ainda de acordo com o autor, os conflitos ancestrais entre as diferentes formações de clãs se intensificaram por não conseguir desenvolver uma identidade comum, fator este que como consequência pelo modo de colonização europeia não proporcionou um Estado autônomo e independente, mas sim, um cenário com um contexto realista onde alguns clãs eram privilegiados e outros não pelos próprios países colonizadores.

Ki-Zeerbo (1972, p. 307) também reforça que, além dos problemas históricos entre eles, a comunicação física entre as duas regiões (que agora formavam um só Estado) eram falhas e de difícil acesso, onde existia menos de 100km de terras pavimentadas entre as principais cidades (Mogadíscio e Berbera), o que consequentemente dificultava o desenvolvimento econômico através do intercâmbio entre as cidades.

Desse modo, após anos de conflitos entre os colonizadores, a independência em 1960 se apresentou como forma de libertação colonial, entretanto, deixando como herança marcas da sua colonização. A independência somali veio através da resistência e insatisfação dos clãs e grupos tribais que se uniram para ir contra o regime da colonização imposto pelos países europeus.

De acordo com Ki-Zeerbo (1972, p. 105), muitos chefes tribais incitaram o embate e resistência contra os europeus, e cientes das rivalidades entre as grandes potências, assinaram acordos e tentaram ganhar com o jogo diplomático uma oportunidade para sua independência, mas logo percebendo que a diplomacia não surtiria efeito, se voltaram a tentativa através do uso da força.

No ano de 1961 foi instaurada a primeira constituição[23] do país, que tinha como principais pilares: a defesa unificada da nação; proteção e paz interna; desenvolvimento e bem-estar do povo somali; a união e preservação da unidade da República da Somália; salvaguardar e respeitar o direito e a liberdade do indivíduo; apoiar a segurança mundial e a cooperação dos povos do mundo; e estabelecer a igualdade entre as pessoas e a justiça social (LEDESMA, 2019).

Para Brandão (2018, p. 358), toda a esperança de mudança pós independência foi rapidamente frustrada pelas crises que atingiram o continente, criando revoltas militares e agitações políticas, chegando a atingir o sistema político, que ainda sofria com

[23] Ver: Constituição da Somália de 1960, World Intellectual Property Organization. URL:https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/so/so002en.pdf.

influência econômica dos países colonizadores, sendo assim, houve a ocorrência de implementação de políticas de descolonização econômica de base socialista.

Após a independência a Somália sofreu os primeiros impactos do seu rompimento com os italianos e britânicos, sob uma perspectiva econômica, através da dependência dos subsídios externos, além de ter que lidar novamente com as disputas internas entre os clãs que visto não ter mais o controle dos europeus, queriam tomar para si o poder do Estado e o controle sob os subsídios estatais (KI-ZEERBO, 1982). Mesmo com a independência o país era um dos mais pobres e atrasados do mundo, apresentando uma grande dependência externa, com o setor econômico pouco diversificado (KI-ZEERBO, 1982).

Ainda após a independência em 1960 (que ocorreu relativamente de forma pacífica e rápida) o país acabou sofrendo uma tragédia que marcou a sua história através de duas guerras (1964 e 1977) na região de Ogaden[24], sendo a maioria de cidadãos somalis (VICENTE, 2009, p. 2). Esses conflitos no país marcam a ruptura de como seria a história da Somália nos anos seguintes a esse fato, e o impacto deixado por elas que não só influenciou diretamente na estrutura política, social e econômica do país, como também no fracasso das posteriores intervenções.

Mesmo com todos os problemas pós-independência, a Somália passou por dois processos eleitorais, logo no primeiro que elegeu Aden Abdullah Osman, seguido por Abdirashiid Ali Shermaarke – aquele que viria a ser o seu sucessor em 1967 (FARAH et al, 2002). Desse modo, o segundo processo de eleições para presidente em 1967, ficou caracterizada por fraudes e por uma série de promessas advindas da independência, que consistia em tentar convencer a população a votar em quem eles acreditavam que faria algo pela população, os dando liberdades que os líderes dos protetorados ceifavam, tudo isso ainda sendo reforçado pelo surgimento do nacionalismo pan-somali[25], que tinha por objetivo a unificação da nação (ZABLONSKY, 2018, p. 394).

Vale destacar que essas eleições sofreram influência direta dos seus colonizadores (Itália e Grã-Bretanha) que apesar de não mais mantê-los em regime de protetorados,

[24] Foi um conflito que ocorreu entre a Etiópia e a Somália no início de 1977, tendo a Somália como reclamante sobre o direito da região do Ogaden, predominantemente habitada por somalis. Nesse conflito, Estados Unidos e União Soviética atuavam indiretamente, financiando os países envolvidos. Esse mesmo conflito encerrou a relação entre URSS e Somália; e o país africano com o apoio dos Estados Unidos perde a guerra no mesmo ano, fato que acarreta consequências para o regime de Siad Barre (ZABLONSKY, 2018, p. 395).

[25] Pan Somália faz referência a um movimento de unificação dos territórios sob uma mesma bandeira, representando a nação somali. O prosseguimento desse objetivo reverberou no conflito armado em 1977 na região de Ogaden. (ZABLONSKY, 2018, p. 394)

possuíam interesses pessoais na permanência de poder, e mesmo o país tendo adquirido sua independência, ainda sofria sob uma forte relação de "dominação e influência", o que tornava a independência de fato, ainda condicionada a costumes antigos. Nesse caso observa-se que:

> Durante quase uma década o país teve eleições presidenciais e foi comandado por dois partidos políticos: *Somali Youth League e Somali National League*, os quais estiveram diretamente envolvidos nas negociações de independências de ambas as colônias somalis. Desta forma, a elite política que passa a governar o país é composta por alguns poucos intelectuais que haviam estudado na Europa. Mas, sobretudo, por homens que tiveram estreitas ligações com o colonialismo e ocuparam posições de poder neste período (chefes das polícias coloniais, integrantes dentro da sociedade somali, seja por status familiar ou por poder aquisitivo) (ZABLONSKY, 2018, p. 394).

Para Ismail (2010) um dos principais problemas na construção do Estado somali assim como para os líderes políticos era o de organizar, e conseguir unificar de fato os desejos e objetivos distintos dos dois territórios que haviam sido colonizados e separados por décadas, possuindo cada um, tradições políticas distintas e até mesmo divergentes possuindo sempre interesses específicos baseados no sistema clânico. As diferenças e particularidades de cada povo era extremamente nítida, tendo cada povo seus próprios interesses e necessidade, fator este, que dificultava ainda mais a gestão desse novo governo.

Logo, o objetivo do primeiro governo independente da Somália, representado pelo então presidente Abdirashiid Ali Shermaarke, era de promover a "Grande Somália" através da unificação dos clãs (mesmo com suas diferenças e variedades étnicas e culturais), e recuperar o território de Ogaden (KI-ZEERBO, 1982). Ambos os objetivos do então presidente somali não foram atingidos, sendo ele assassinado após dois anos de governo (1967 a 1969) e o país sofrendo um golpe de Estado como poderá ser mais bem explorado na seção seguinte.

1.2 Antecedentes do Golpe (1969) e o Papel dos Militares

Depois de todo o processo eleitoral da Somália no qual o então presidente Abdirashiid Ali Shermaarke tomou posse (1967), foi criada uma Constituição Nacional e uma Assembleia Nacional com o intuito de dar espaço e representatividade aos diversos clãs que ali existiam (KIMENYI et al, 2010).

Segundo Ismail (2010), o novo presidente adotava uma política externa mais passiva e branda para com os vizinhos, e tentava apaziguar os movimentos internos dos clãs que como citado anteriormente, possuíam problemas muito anteriores ao seu

mandato, sofrendo forte agravamento por influência do processo de colonização, mas buscando através dos líderes regionais tratar essas diferenças de modo pacífico buscando sempre mediar os conflitos.

Ainda no mesmo ano de posse (1967), Shermaarke assinou um acordo junto ao governo do Quênia para um cessar fogo, tudo isso reforçava o desejo de melhorar as relações com os países vizinhos, e apesar de tratar as questões Pan-Somali com cautela, ele se mostrava aberto ao diálogo como mecanismo de resolução de conflitos, ainda que, os problemas sociais, econômicos e políticos não fossem possíveis de resolver de forma rápida e apenas com o diálogo, assim como não houve tempo para concretizar tais tentativas até o final do seu mandato (MELTZ, 1992).

No dia 15 de outubro de 1969, enquanto visitava uma das cidades devastadas pela seca, ele foi assassinado por um de seus guarda costas e, sem tempo para qualquer reação política, em 21 de outubro de 1969 os militares tomaram o poder, liderados pelo general Muhammad Siad Barre (ZABLONSKY, 2018, p. 394). De acordo com Haper (2012, p.54), aparentemente o assassinato do então presidente Shermaarke, não teve ligação com o posterior golpe político, e sim, com alguma revanche ligada a disputa de clãs, logo, o que ocorreu foi um adiantamento do que teria ocorrido em outro momento, se utilizando de um momento oportuno para ganhar vantagem.

Haper (2012) analisa que a insatisfação dos militares para com o governo já vinha se alastrando desde o início do mandato do primeiro presidente Osman, sem conseguir resolver os problemas internos (que eram estruturais), sobretudo em relação as condições de pobreza do povo somali, atrelado ao descaso, nepotismo e corrupção, e esse sentimento foi crescente durante as eleições que elegeram o Shermaarke, sendo a todo momento acusado de fraude nas eleições por parte dos militares – o autor reforça que desde a independência do país, os milites estavam de fora da política.

Santos (2018) analisa que após o assassinato do presidente, os indícios eram de que o Primeiro-Ministro, Mohamed Haji Ibrahim Egal assumiria a presidência, fazendo com que o modelo de governo de Shermaake tivesse continuidade, todavia, o exército já havia planejado seu golpe, ocupando estrategicamente a capital Mogadíscio para então atuar com o general Barre, e posteriormente prender (como fizeram) todos os membros do antigo governo bem como os líderes políticos.

Para Santos (2018) a insatisfação dos militares com o governo vinha do processo de colonização, o autor destaca que apesar do país se unir para proclamar sua independência, norte e sul não se uniram de fato, as regiões tinham funcionários que trabalhavam para o

governo em condições diferentes, salários diferentes, tradições jurídicas diferentes, tendo seus sistemas tarifários independentes e sem nenhuma ligação conjunta, além do idioma falado ser o italiano, no Sul, e o inglês, no Norte. Tudo isso não só dificultava uma aproximação como acabava sendo uma "barreira" em um aspecto social.

Visentini (2020) observa que durante a década de 1970 o continente africano passou por diversas revoluções, transições de governo e golpes militares. O golpe orquestrado por Siad Barre foi bem planejado, seis dias após a morte do então presidente Shermaarke, e quase sem derramamento de sangue, ainda considerando a rapidez com a qual conseguiu formar um Conselho Revolucionário Supremo (VISENTINI, 2020).

> A composição do órgão dirigente era de 25 militares acima da patente de capitão e 6 chefes da polícia, que onde estavam representados os clãs e regiões, e se tratavam por *Jaalle* (Camarada). O Gabinete incluía vários civis da *intelligentsia*, graduados na Itália e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Formalmente o regime buscava legitimação no combate a corrupção, ao nepotismo, ao suborno, ao roubo, e, também, criticava o sistema de clãs. Muitos oficiais tinham formação no exterior, especialmente no Egito de Nasser, e vários deles foram colocados na administração para vigiar os civis (OTTAWAY 1982).

Como um dos primeiros atos de sua posse no país, o general Barre mudou a Constituição através da criação rápida de um Conselho Supremo Revolucionário, como efeito disso, Barre baniu todos os partidos políticos do país e fez a implantação do seu governo ditatorial (RODRIGUES, 2000, p. 23). A antiga República da Somália passou a ser República Democrática da Somália, e o slogan oficial da nova Somália era: "tribalismo divide, Socialismo une" (CARDOSO, 2015).

Como justificativa para seus atos inconstitucionais, o general Barre alegava que todos os partidos políticos tinham como objetivo uma disputa de interesses velada pelos clãs, ou seja, que os partidos eram ferramentas e objetos dos clãs, fator este que o levou a uma campanha direta de tirania aos clãs (FARAH et al, 2002). Para Moreno (2014), Barre queria não só acabar com a voz dos clãs e seus representantes, mas confiava na ajuda de suas redes familiares para esse movimento, utilizando todos os mecanismos possíveis para silenciar qualquer opositor.

Assim, a mobilização por parte do então presidente Barre se tornou específica, passando a generalizar a proibição de menção aos clãs durante o seu governo, principalmente nas escolas – o que surtiu efeito direto na formação das identidades Somalis, diferentemente do utilizado no discurso dominante (AVANCI, 2015, p. 281). "[...] A identidade que emerge como proeminente num dado momento é contextualmente

específica e historicamente condicionada e, não, como nos sugere o discurso dominante, inalterável" (MORENO, 2014, p. 53).

De acordo com Lesson (2007, p. 694), Siad Barre pertencia ao clã dos Marehan, e durante seu governo, ele constantemente privilegiava seu clã em detrimento de outros, gerando com isso, ainda mais tensão entre os clãs somalis, que enxergavam o que o autor chama de "favoritismo étnico". Diante disso, começou a ser formados os principais grupos de oposição ao governo de Barre, tendo a criação do Movimento Nacional Somali (MNS) em 1981, como um dos mais consistentes contra o governo autoritário de Barre (LESSON, 2007).

Vale enfatizar com isso que nem todos na sociedade pertenciam e/ou se identificavam com o sistema, conseguindo se opor ao governo ditatorial de Barre, sem necessariamente se afiliar aos clãs, que passaram a ter o objetivo de deposição deste governo (MORENO, 2014). Ou seja, nem todos pertenciam à clãs, assim como existiam grupos fora desse sistema. Desse modo, destaca-se que as causas principais dos conflitos e problemas entre Barre e os grupos formados em oposição ao seu governo, foram além dos difundidos por ele e anos mais tarde pela mídia (MORENO, 2014).

> [...] as causas dos conflitos não foram, tais como os meios de comunicação expuseram exaustivamente, as rivalidades clânicas ancestrais, mas sim: (i) os crescentes investimentos nas identidades clânicas por parte do governo Barre na década de 80, (ii) a emergência de uma virulenta competição de classe num ambiente de influxos massivos de ajuda externa, e (iii) a crescente militarização do Chifre da África, internacionalmente apoiada (MORENO, 2014, p. 54).

A obtenção de recursos para manter seu governo se deu através do apoio externo que garantiu a distribuição de recursos, capital e benefícios que eram comandados pelo Estado graças a aliança com os Estados Unidos (EUA) – essas ajudas eram recebidas em forma de programas que focavam no desenvolvimento (MORENO, 2014, p. 47).

Preiss (2005) explica que o período da Guerra Fria[26] foi decisivo no acirramento da disputa entre Estados Unidos e URSS – Capitalismo versus Socialismo –
e a busca pela tentativa de se manter influente para com os Estados africanos, o que acirrou ainda mais essa rivalidade. A autora ainda destaca que apesar de manter acordos com os EUA, o governo de Siad Barre foi implementado com orientação socialista, tendo grande influência das ideias disseminadas pela URSS (PREISS, 2005).

[26] Disputa Pós Segunda Guerra Mundial entre Estados Unidos e União Soviética (1947 a 1991) em uma corrida para assumir a frente do que considerava ser o topo e determinar qual a maior potência (militar, político e ideológico).

Segundo Visentini (2020) a influência do socialismo era tão forte que, em 1970 os bancos foram nacionalizados, assim como as distribuidoras de petróleo, sendo em sua maioria estrangeiras, e em seguida o governo proclamou sua união ao socialismo científico (não árabe, africano ou islâmico).

Santos (2018) destaca que a relação com a URSS despontou em 1974 depois que um tratado de cooperação e amizade entre os países foi assinado, onde a Somália disponibilizava parte de seu território para que bases de apoio naval fossem instaladas e em troca recebiam assistência técnica, treinamento e equipamentos militares.

Como já foi dito, as disputas entre EUA e URSS pela influência sob os países africanos era um dos motivos de acirramento entre eles, mas os países africanos também tentavam obter vantagens de ambos os lados. Apesar de ter um tratado com a Somália a União Soviética junto com Cuba foram os principais responsáveis pelo apoio a Etiópia – que ganhou a guerra – na guerra contra a Somália em 1977 em disputa pelo deserto de Ogaden (ver mapa 4.) (CARDOSO; OLIVEIRA, 2015).

Mapa 4 - Região de Ogaden em 1974



Fonte: Imagem extraída do MapSof. "Karte Ogaden Haud Somali, 1974". Disponível em: <https://www.mapsof.net/ethiopia/karte-ogaden-haud-somali?image=full>.

Essa colaboração da URSS com a Etiópia fez ruir a relação com a Somália, que logo em seguida, procurou estabelecer novas relações e contou com a ajuda dos EUA para dar um passo na tentativa de restabelecer a economia e segurança do país, que foi o responsável posteriormente, pelo comando das tentativas de intervenções humanitárias que será visto mais adiante.

A Somália não só recebeu armamento para a guerra do Ogaden (depois que perdeu o apoio da URSS), como também ajuda financeira para melhorar o setor econômico durante e após o conflito, e nessa cooperação entre os países, em contrapartida, os EUA ganhou em 1980 a base naval em Berbera que foi construída pelos Soviéticos (MELTZ, 1992). Desse modo, cada país ofereceu o que dispunha e que detinha o interesse do outro, além de fortalecer as relações através da cooperação.

Para Cardoso e Oliveira (2015), a derrota da Somália frente a Etiópia fez com que houvesse um agravamento na crise interna e econômica do país, além de despertar a fúria e consequentemente aumentar o autoritarismo de Barre. Além de todos os problemas citados, a insatisfação popular com o governo aumentava, o que levou a uma nova tentativa de golpe em 1978, estruturada por um grupo de militares que eram contra o atual governo.

Callejas (2013) destaca que, apesar da nova tentativa de golpe não ter funcionado, ela influenciou no agravamento da crise interna e insatisfação popular, além de corroborar com a saída de diversos militares em busca da Etiópia para formarem a Frente de Salvação Democrática da Somália (FSDS). Em 1981 foi criado o Movimento Nacional Somali (MNS) que era formado por descendentes de um clã da antiga Somalilândia, e tinha os mesmos objetivos do SSDF, indo de encontro ao governo de Barre e realizando investidas armadas na Somália pela Etiópia. Tudo isso fez com que na década de 1980 o país começasse a ter um fluxo migratório considerável, sobretudo nas regiões do norte do país, em busca dos países vizinhos como Etiópia e Djibouti.

Meltz (1992) desta que, o governo de Barre conseguiu se manter durante a década de 1980 graças à ajuda externa, ao mesmo tempo em que havia se tornado dependente dela, através de doações e empréstimos flexíveis do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), além de ajuda alimentar através da Agência Americana para a Cooperação de Desenvolvimento Internacional (AACDI), que tinha como foco principal, os campos de refugiados e deslocados internos do país. Vale ressaltar que, apesar da flexibilização citada pelo BM e FMI, ambos impuseram que reformas

estruturais fossem feitas na Somália, através da desvalorização da moeda, privatizações e corte em orçamentos e subsídios.

Em 1980, as tensões da guerra fria começaram a diminuir e o socialismo se mostrou um problema menos impactante para o ocidente, toda essa constatação foi necessária para entender a diminuição e frequência do envio de recursos para a Somália, sendo um problema somado a outros de administração do governo do General Barre, que não conseguia implementar políticas econômicas fortes, sendo um agravante que em 1990 deixou o país à beira de um colapso (KIMENY, 2010, p. 350).

Meltz (1992) ainda destaca que, impactado pela derrota na disputa com a Etiópia pelo território de Ogaden, se sentindo desmoralizado, Barre decidiu apoiar seu próprio clã, que junto a tantos outros, dividiam o país cada vez mais, em disputas constantes pela dominação do território Somália. Como citado, o fim da Guerra fria trouxe o corte da ajuda militar e econômica por parte dos EUA ao país, e não havendo nenhuma possibilidade de retomada de poder, Barre deixa Mogadíscio em janeiro de 1991, e a intensificação das disputas resultaram em 14 mil mortos em um primeiro momento dos confrontos até o início das posteriores intervenções (CARNEIRO, 2012, p. 16).

Ferreira (2005) analisa que, a saída de Barre se deu sobretudo pela insatisfação dos países ocidentais, e por pressão dos Estados Unidos, sobretudo, e aprovaram em 1979 uma nova constituição, realizando as primeiras eleições desde 1969. Apesar desse feito, e da garantia dos direitos civis aos somalis novamente, nada mudou de fato na administração do país.

A administração da Somália ficou nas mãos do Conselho de Segurança Revolucionário (CSR) – o mesmo conselho que dissolveu o parlamento e suspendeu a constituição no golpe em 1969 – sendo uma estratégia política-diplomática de Barre para seguir atuando no comando do país, e receber ajuda financeira e militar, o que ficou perceptível para a população somali. Isso gerou ainda mais insatisfação nos grupos de oposição ao seu governo e os clãs, que perceberam a negligência estatal e abriu margem para a formação de novos grupos armados (LEWIS, 2008, p. 68). Esse fato, atrelado a negligência e incapacidade de seguir controlando o país, fez surgir a união de diversas facções por todo o país, com o intuito de tirar o general do poder.

Emerenciano (2015, p. 26) destaca que, a administração estatal de Barre já estava estagnada e frágil e teve suas atividades encerradas oficialmente em 1991 com uma nova "revolução" popular que já vinha insatisfeita a muito tempo com o seu governo. A "revolução somaliana" foi encabeçada pelos líderes dos principais clãs do país, que

enxergavam o país sem uma estrutura estatal sólida; um governo falido e um Estado sem leis, entretanto, a saída do ditador apenas agravou a situação do país ainda mais.

A Somália ficou sem uma figura "central" para governar o país, a guerrilha entre os clãs na qual o único objetivo se voltava a dominação e tomada de poder se intensificou, ficando o povo a deriva de suas necessidades básicas (EMERENCIANO, 2015, p. 26). Esse fato é mais um agravante na história somali, o controle da capital se perdeu junto a lacuna deixada pelo fracasso do governo de Barre.

Nogueira (1997), destaca que em novembro de 1991 iniciou-se uma disputa entre facções onde uma apoiava o General Mohamed Farah Aiddid, que era presidente do Congresso Somali Unido (CSU), enquanto outra facção apoiava o presidente provisório Ali Mahdi Mohamed, tendo como palco desse embate a capital Mogadíscio, que foi tomada pelo completo caos, sem administração política, sem poder judiciário e sem policiamento.

Na disputa citada, o Congresso Unido Somali sai vencedor e abre margem para a criação de duas novas facções: a Aliança de Salvação Somali (SSA) e o Congresso Somali Unido com uma rivalidade irreconciliável, essas facções eram comandadas respectivamente por Ali Mahdi Mohamed que era o presidente interino desde 1991, e a outra era comandada pelo General Mohamed Farrah (RODRIGUES, 2000).

Santos (2018) destaca que, com as diversas disputas clânicas[27] e a ausência de um líder na Somália, fez com que todo o território se tornasse um campo de batalhas, onde diversos grupos armados lutavam entre si com o objetivo de tentar tomar o controle do país, sendo que nenhum outro movimento conseguiu firmar esse poder, sendo necessário para isso, que todos os outros clãs se subordinassem ao controle de um único clã.

Como resultado da grande crise interna e conflitos, o país sofre uma catástrofe humanitária, sem nenhum tipo de institucionalidade e abre margem para intervenção da comunidade internacional que surge com a proposta de ajudar o país sob os cuidados da Organização das Nações Unidas (ONU) e os Órgãos Não-Governamentais (ONG´s) (RODRIGUES, 2000).

Por causa de todos os problemas agravados com a saída de Barre do poder e as batalhas entre os clãs, a fome e o caos se expandiram por todo o país, chamando a atenção

[27] "Essa situação de conflito entre os diferentes clãs é uma característica bem delimitada da história da Somália, onde o povo não desenvolveu uma identidade nacional comum. Consequência da colonização europeia com o contexto realista em que estava inserido o país, onde havia privilégio de determinados clãs em detrimento dos demais" (KI-ZEERBO, 1982).

primeiramente dos países vizinhos que recebiam uma quantidade em massa de somalis famintos fugindo de seu país, quanto dos países desenvolvidos, após a divulgação da mídia. Vicente (2009, p. 9) reforça que a mídia teve sua importância para abrir os olhos da sociedade internacional a respeito do que estava acontecendo a muito tempo na Somália, logo, só houve repercussão internacional e por parte das agências internacionais quando não conseguiram mais esconder a situação local.

De acordo com Fernandez e Moreno (2014), a falta de segurança acabou gerando a falta de comida o que, por sua vez, reverberou em um círculo vicioso e de "fome generalizada", isso sem esquecer-se de mencionar os números absurdos de mortes que eram somados a cada dia no país. As diversas mortes e a brutalidade dos confrontos ultrapassaram as barreiras do Estado somali, e ganhara repercussão internacional anos mais tarde, ainda assim, não houve uma melhora no quadro político, ou social, que fizesse com que os confrontos diminuíssem, além de apresentar um cenário caótico, onde a população sofria pelas mãos do próprio povo.

Após toda a repercussão midiática do conflito, Neir (1998) reforça que a comunidade internacional através de entidades humanitárias estrangeiras começou a enviar alimentos ao país, em uma tentativa de minimizar ainda que temporariamente um dos diversos problemas enfrentados no país em meio a toda a crise civil, a fome, todavia, os alimentos enviados eram confiscados por grupos armados de um dos principais clãs da época que era o clã Aiddid.

Segundo Rodrigues (2000), o então presidente dos Estados Unidos George H. W. Bush, enviou trinta mil soldados norte-americanos para o território somali, com o objetivo de supostamente oferecer ajuda com a distribuição dos alimentos que eram constantemente interceptados pelas milícias e saqueados, não chegando até ao seu destino que era a população civil necessitada.

O cenário caótico do país, junto à falta de instituições jurídicas e políticas, além do número de migrações em massa e todos os problemas ambientais como as grandes secas e a falta de chuvas naquela região, deixou o país a estagnação e a espera da morte, tendo em vista que já haviam morrido mais de trezentos mil em decorrência da fome (WEISS, 1994). Tudo isso fez com que a comunidade internacional passasse a ver o caso Somali como um problema global e de responsabilidade de todos, abrindo margem para que as intervenções humanitárias ganhassem espaço em solo somali, entretanto, não da forma esperada, além de não solucionar o problema, e ainda agravá-los, como será visto adiante.

1.3 O impacto do golpe de 1969 no fracasso das intervenções humanitárias

Nos anos que sucederam o início do século XXI, a Somália continuou enfrentando problemas em sua estrutura política interna. As guerras civis ainda presentes no país e o estado de miséria, – abaixo da linha da pobreza, ainda é um fator relevante na sociedade somali. Embora as missões de ajuda humanitária com o intuito de sanar problemas como a fome, tenham sido criadas com a intenção de cessar o confronto e salvaguardar o povo, a visão colonialista por vezes acabava não garantindo a eficácia dessas missões, sendo necessária uma análise bem mais profunda a respeito do conflito.

Este cenário, somado à veiculação por parte da mídia do sofrimento vivido pela população somali, fizera com que a opinião pública internacional fosse mobilizada, pressionando a ONU a tomar uma atitude diante daquele conflito. Isso acirrou ainda mais a necessidade de ajuda externa, nesse caso, os Estados Unidos e quaisquer outros países que estivessem dispostos a atender ao chamado do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (RODRIGUES, 2007).

De acordo com Ismail (2010), as consequências pela derrota da disputa pelo território de Ogaden que refletiram na saída de Barre, ainda teve como resultado a falta de confiança da população no governo, a perda da ajuda dos EUA, e um exército estagnado moralmente e fisicamente, logo, tudo isso atrelado ao contexto ambiental no qual o país se encontrava, em meio a uma seca devastadora, em paralelo a uma crise econômica, que contava com uma alta taxa de juros internacional contribuindo assim para o aumento da dívida externa do país.

Para Lewis (2008), todos os problemas somalis já citados e mais uma série de outros fatores combinados, contribuíram para o aumento das imigrações, chegando a atingir em 1979 a marca de 400 mil refugiados, chegando a quase dobrar esse número nos campos de refugiados nos anos seguinte. A tomada de poder por parte de Muhhamad Siad Barre através do golpe militar, foi decisiva para que o país passasse pelo processo de abertura as intervenções humanitárias, além de ter abandonado o país ao próprio caos, já que sua saída não trouxe estabilidade ao país.

Weiss (1994) destaca que, ainda quando contava com o apoio direto dos EUA, muitos armamentos estadunidenses foram enviados para as tropas armadas de Barre, todavia, após sua saída com a derrubada dos governo e as diversas revoluções internas, cheias de conflitos em busca da tomada de poder. Isso resultou em confronto direto com as tropas dos Estados Unidos, utilizando o armamento enviado por eles que acabou caindo

nas mãos da milícia rival dos vários grupos locais, na qual eles impediam a distribuição dos alimentos pelo país.

Apesar dos conflitos entre as tribos e clãs rivais ser algo centenário, a queda de Barre não só acirrou como intensificou esses conflitos, colocando o país em um estado de miséria bem mais profundo do que já vinha sendo presenciado diariamente no Leste da África, todos esses problemas eram analisados externamente pela ONU, no qual enxergava o envio de medicamentos e comida à população como a solução dos problemas, que como visto, era cunho social, estrutural e identitário bem mais profundo do que apenas um problema de "fome".

A Somália se encontrava como que em um estado de natureza Hobbesiano, representado por uma "guerra de todos contra todos", na qual a busca pelo poder era o único objetivo de todos os grupos, e o bem-estar coletivo não era algo a ser se quer considerado, em um cenário anárquico, violento e extremamente pobre, o que obrigou seu próprio povo a se deslocar (MOHAMED, 2009).

Ainda em fevereiro de 1991, com a saída de Barre da Somália, o General Mohamed Ali Mahdi (líder do CSU), aproveitou o momento de fragilidade interna do país, e com o apoio de algumas facções, se autodeclarou presidente, quebrando o acordo feito entre as três principais facções do país (Congresso Somali Unido, Movimento Nacional Somali – MNS), que se comprometiam a não negociar com o regime ou tomar decisões sem consultar os demais (MOHAMED, 2009).

Apesar de se autodeclarar presidente, Mahdi contou com a negativa do apoio, sobretudo, por parte do General Mohamed Farrah Aiddid[28], que não só não apoiou como foi contra, todavia, não tomou nenhuma atitude de imediato pois estava lutando contra tropas de Barre no sul da Somália. Do mesmo modo no Norte, o MNS também não reconheceu o regime de Mahdi, logo, a negativa de apoio e reconhecimento fez romper não só o acordo firmado, como abriu espaço para confrontos posteriores em forma de retaliação por este ato (MOHAMED, 2009, p. 16).

Todo esse cenário foi decisivo para iniciar o enfrentamento de forças entre Mahdi e Aiddid, tornando Mogadíscio em uma zona de guerra, sem administração política,

[28] Mohamed Farrah Hassan Aiddid foi General e líder do Congresso Unido Somali e da Aliança Nacional Somali, além de ter sido responsável pelas tropar militares do governo Barre. Ele também ficou conhecido internacionalmente por ser uma figura impiedosa e sanguinária, chegando a ser chamado de "Hitler somali" por sua forma de exterminar qualquer um que ameaçasse sua autoridade ou suas ordens (ALEXANDRE, 2020).

judiciário ou policiamento, sem governo central e todos os problemas a ele atrelado (RODRIGUES, 2000).

Osterdahl (1997), analisa que mesmo com a ajuda externa, a priori, de forma exclusiva pelos Estados Unidos, os milicianos do exército de Mohamed Farrah Aiddid– conhecido como o "Hitler da Somália" por sua forma de comandar as tropas e executar seus rivais – interceptava todos os carregamentos com mantimentos, medicações, água, entre outros, fornecidos para ajudar a população necessitada do país, com isso, o slogan que passou a ser repetido e ouvido pelos soldados estadunidenses era: "The only good somali is a dead somali"[29].

Iniciou-se aí o que seria a resistência armada às posteriores intervenções humanitárias autorizadas pelo CSNU e operadas pela ONU, logo, Aiddid se tornou uma figura central no conflito civil somali, sendo ele responsável pela maioria dos ataques às tropas norte americanas, dificultando por anos qualquer tentativa de diálogo ou um cessar fogo por parte dos milicianos – fato este que influencia diretamente nas decisões tomadas pelo CSNU para intervir com mais de uma missão, que não obteve sucesso, e ainda agravou os problemas já existentes como poderá ser visto nas seções seguintes.

Nos anos que sucederam às intervenções humanitárias, a atuação de Aiddid na tentativa de controlar qualquer entrada de assistência humanitária ao país tornou-se muito mais clara após a guerra que ficou conhecida como Batalha de Mogadíscio[30]em 1993, tudo isso fez a comunidade internacional desinteressar-se quase que totalmente pela região – partindo também de uma visão geopolítica e geoestratégica – ainda que, a pressão popular buscou um posicionamento dos Estados Unidos para intervir no conflito civil e acabar com os sucessivos massacres oriundos das guerras civis que ocorriam no país e eram transmitidas por imagens para o mundo todo (ALEXANDRE, 2020, p. 18).

Aiddid foi um dos principais responsáveis pela perseguição e expulsão dos estadunidenses nas missões da ONU, mais especificamente com a ONUSOM II,

[29] "Somali bom é um Somali Morto" – Tradução nossa.

[30] Ocorreu em outubro de 1993, e foi marcado pela batalha sangrenta entre as tropas de Mohammed Farrah Aiddid e o próprio povo Somali, na qual a população faminta e desnutrida em busca de comida foi executada impiedosamente enquanto as tropas norte americanas assistiam a esse fato sem nenhuma reação, uma vez que, só podiam reagir se o ataque fosse diretamente às suas tropas (as tropas estadunidenses), isso fazia parte do acordo da Missão ONUSOM II ,e , após ganhar visibilidade internacional através da mídia, abriu margem para um longo questionamento acerca do "dever de intervir e proteger" da comunidade internacional, para que episódios como os da segunda guerra mundial não se repetissem (DUTRA, 2014). Logo, a garantia pela paz era responsabilidade internacional, e consequentemente com a pressão popular acerca dos fatos ocorridos na Somália, fez a ONU intervir e tentar colaborar para o fim dos conflitos civis (DUTRA, 2014).

dificultando toda e qualquer tentativa do governo norte americano de se instalar de fato no país, ou cooperar com o povo (PENAFORTE; OLIVEIRA, 2017, p. 36).

Apesar de parte da população dar boas-vindas as tropas norte americanas, grande parte não aceitava as intervenções. Isso levou a mídia internacional a manter registrado os passos que eram dados com as intervenções, como forma de mostrar à população que as providências para o cessar fogo no país, estavam sendo tomadas, além de dar um retorno a própria população que cobrava um posicionamento dos EUA, diante das fortes imagens divulgadas do conflito no país africano.

O vazio deixado por Barre foi sentido por anos, não pelo seu governo, mas pela falta de uma figura central, que deixou espaços, e passaram a ser preenchidos ao longo do país por diversos grupos armados e todos com um mesmo objetivo em comum, assumir o controle do estado, e isso consequentemente agravava ainda mais as guerras civis.

Mogadíscio virou um campo de batalha e palco de disputas locais, do mesmo modo que a falta de um governo fez seguir imerso o estado de anarquia, em que as instituições públicas não funcionavam e bases como a educação, saúde e segurança desintegraram-se e deixou à deriva as próprias necessidades do povo (RANDIG, 2008, p. 21). De acordo com Dutra (2014), no início dos anos de 1990, as regiões da Somália sucumbiram à desordem das instituições políticas internas, que junto ao caos e conflitos constantes, abriu margem para que casas e estabelecimentos comerciais acabassem saqueados e quase que totalmente destruídos, devido à falta de segurança.

Para Randig (2008), a situação devastadora que ocorria há anos na Somália, motivou a autorização do CSNU em 1992, para trabalhar com intervenções humanitárias no país. Uma dessas intervenções foi liderada pelos Estados Unidos, todavia, o fracasso foi enorme, marcado por imagens de soldados norte-americanos mortos, tendo seus corpos arrastados por somalis pelas ruas do país.

Essas imagens tiveram um impacto negativo tão forte, que a opinião pública passou a questionar por anos a participação dos EUA em outros países ou em crises internacionais. Notou-se que havia relutância a nível global sobre o envio de missões de paz após o fracasso em território somali – isso segundo o autor, está ligado diretamente a demora na resposta internacional ao genocídio de Ruanda em 1994 – refletido no efeito negativo das intervenções na Somália (RANDIG, 2008, p.22).

Partindo de uma visão militarizada, Vaz (2004) analisa que em um contexto de "guerra justa"[31], é por diversas vezes questionado a necessidade de cumprir ordens sob qualquer circunstância, sendo colocado em questão valores éticos e valores morais sob a perspectiva de requisitos da missão, isso ressalta a indispensabilidade de conciliar ambos.

Através de uma visão da opinião pública, moldada através da mídia, por vezes a "guerra justa" é considerada por parte da comunidade internacional, que junto à opinião pública, tende a reconhecer o papel dos militares nas missões como algo de "alto valor", uma vez que, se não houvesse a questão moral, e a legitimação por parte da sociedade, as intervenções internacionais acabariam gerando desconfiança e afastamento, o que dificultaria a ação; deixando o governo pressionado a agir (VAZ, 2004, p. 99). Tudo isso atrelado a uma questão de levar segurança e pacificar os locais de conflito.

O fim do regime ditador de Siad Barre na Somália se deu de fato com a entrada na ONU no país através das missões de paz, que segundo Macqueen (2004, p. 132), o país africano não conseguia mais ter utilidade no seu papel de "cliente ocidental", logo, como não oferecia mais nenhuma vantagem em termos estratégicos e sobretudo econômicos, e ainda poderia gerar problemas pela falta de controle interno no próprio país, viu nas intervenções como uma oportunidade de acabar com toda a situação e ainda se justificar perante a comunidade internacional, nessa "necessidade" de colaboração externa.

Muitos são os fatores que justificam o fracasso das intervenções humanitárias na Somália (como será visto na seção seguinte), sobretudo, partindo de uma ótica colonial que trata as intervenções com propostas a curto e médio prazo, sem aprofundar-se, de fato, na causa central do conflito, além de ignorar aspectos sociais e locais na implementação das missões de paz, que simplesmente seguem um mesmo modelo padronizado e eurocêntrico.

Esse padrão é analisado na visão crítica, como algo característico dos países ocidentais e dos colonizadores, que tratam de forma superficial os problemas dos países, e esperam uma solução imediatista; pouca prática e rentável, dando ao mesmo tempo uma reposta a comunidade internacional e à opinião pública, que em conflitos de repercussão mundial, exigem respostas e soluções.

[31] O conceito de Guerra justa está associado a uma ideia militar, na qual o indivíduo adepto do cristianismo, passa a atuar no serviço militar (SILVA, 2019, p. 13). Essa ideia remete a um ideal de que a paz obtida através dessa guerra justa, é válida. Ou seja, a guerra justa em prol da paz é de algum modo justificada.

2 HISTÓRICO DAS INTERVENÇÕES NA SOMÁLIA

> As intervenções são usadas na tentativa de solidificar a autonomia nacional, entretanto, mesmo que as operações tenham caráter de auxiliar autoridades e governos, a forma que eles lidam com as situações é inevitavelmente invasiva, não considerando o quão benéficas ou com boas intenções possam ser implementadas (PARIS; SISK, 2007).

2.1 Origem das intervenções

As *peacekeeping*[32] *operations* (PKO's) (operações de manutenção da paz) da Organização das Nações Unidas (ONU), tiveram início em 1948, pouco depois da sua criação em 1945, e estas operações tinham que seguir três princípios, a ver: a imparcialidade, o não uso da força (exceto em casos de defesa pessoal ou se manifestado pelos responsáveis pela implementação da missão – o mandato[33]) e o consentimento das partes envolvidas no conflito (CEPIK; KUELE, 2015, p. 22). Ainda de acordo com Cepik e Kuele (2015), as missões são implementadas a partir de um mandato que é regido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com base nos capítulos VI e VII[34] da Carta da ONU, na qual são direcionadas pelo Departamento de Manutenção da Paz e o Departamento de Suporte – ambos subordinados ao secretariado.

As intervenções por parte da comunidade internacional, são vistas como mecanismos para a gestão de conflitos em países que não conseguem autopromover a sua segurança (SOUSA, 2014, p. 59). Ainda de acordo com Sousa (2014), a relação entre conflito e intervenção tem origem interna, o que dificulta a identificação sobre essas intervenções estarem causando ou serem respostas a um padrão de conflitos.

Apesar dos diferentes objetivos a serem alcançados com as intervenções, vale ressaltar que existem diferentes tipos de intervenções, sendo estas, as intervenções militares, econômicas ou diplomática, na qual ambas podem ser de suporte a apenas uma das partes envolvidas, ou adotando apenas um posicionamento neutro, ou, podem ser

---

[32]*A* manutenção da paz da ONU tem como objetivo, ajudar os países que precisam de assistência, em momentos de conflitos. Essa colaboração pode ocorrer de diversas formas, dentre elas, através do envio de tropas, salvaguardando os civis e integrando forças de paz para sanar os conflitos locais, e assim cumprir com os mandatos estabelecidos pelo Conselho de Segurança da ONU e pela Assembleia Geral (UN PEACEKEEPING).

[33]O mandato é uma delegação atribuída a determinadas pessoas ou missões - no caso das operações de paz, que possuem objetivos e visam a garantia de cumprimento deles. Vale ressaltar que o uso da força para defesa do que era posto no mandato da missão, apenas foi alterado e incluído como exceção a partir do ano de 2000 (UNGA; UNSC, 2000).

[34]Não existe um consenso de interpretação sobre a Carta da ONU para as PKO, desse modo, destacam-se os capítulos VI e VII como base para o mandato. Ver mais em:< http://oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>.

operações de manutenção da paz, normalmente com um mandato neutro (SOUSA, 2014, p. 59).

Assim como as PKO's, que estão diretamente ligadas a forma como ocorre essa manutenção da paz, também é extremamente importante destacar a ideia da responsabilidade de proteger (R2P), que se consolidou como referência no debate sobre segurança internacional no âmbito das Nações Unidas (FONSECA; BELLI, 2013, p. 11). De acordo com Bellamy (2008, p. 182), a ideia de proteção como responsabilidade global, se dá como mecanismo de apoio a respeito do máximo de "proteção possível", que possa ser oferecida aos países que necessitam dela, logo isso só ocorre quando de fato se entende a natureza dos problemas e as causas do sofrimento civil, podendo adaptar uma resposta eficiente para lidar com essas questões.

Para Bellamy (2008, p. 177), as missões ajudam Estados falidos, que possuem dificuldades em salvaguardar seu próprio povo, desse modo, o R2P ajuda no desenvolvimento daquele país, em ter capacidade necessária para proteger a sua população. Aqui podemos citar a relação entre proteção e busca pela paz, em que ocorrem acordos e negociações em paralelo a operações de manutenção da paz. Vale ressaltar que muitas vezes as exigências nesses acordos podem dificultar os esforços para a construção da paz (BELLAMY, 2008, p.177).

Após a saída de Siad Barre (que havia governado o país, durante os últimos vinte anos) em janeiro de 1991, como mencionado no capítulo anterior, os conflitos internos na Somália se intensificaram. Em 1992, o país ganhou atenção da mídia internacional, através da divulgação de imagens de somalis famintos e desnutridos pelas ruas de Mogadíscio - capital do país, além de divulgar como o próprio povo somali estava se autodestruindo, apontando as disputas por poder, que ocorriam após a saída de Barre (GARDNER; BUSHRA, 2004).

Ainda de acordo com Gardner e Bushra (2004), anos mais tarde, a mídia também cobriria a entrada das tropas norte americanas no país africano, que lideraram uma das intervenções humanitárias na Somália, que tinha como objetivo restaurar a paz e acabar com a fome, mas que acabou sendo uma tentativa ineficaz e desastrosa de acordo com as autoras.

As intervenções na Somália ocorreram como uma necessidade de resposta da comunidade internacional, após ver um Estado considerado falido, que precisava de apoio e ajuda. Essa era a resposta da ONU, que justificava a investida das missões na Somália. Entre 1992 e 1995 ocorreram três intervenções: ONUSOM I, UNITAF e ONUSOM II. A

Somália também passou por um período de observação (pela comunidade internacional) entre o fim da última intervenção da ONU, com a ONUSOM II em 1995, e o início da AMISOM com seu mandato no final de 2006 e execução no início de 2007.

As intervenções humanitárias na Somália, tinham como principal objetivo restaurar a paz e manter a segurança, considerando que a falta de estabilidade no país poderia causar problemas futuros para toda a comunidade internacional – afetando a segurança internacional.

Segundo Faganello (2013, p. 81), de acordo com a Carta da ONU, o Conselho de Segurança tem a missão de zelar pela paz e segurança, e sendo ele o responsável por definir quais medidas devem ser tomadas na aplicação e execução de cada tarefa. Desse modo, os capítulos VI, VII e VIII são responsáveis por oferecer medidas para a concretização desse objetivo.

Diante do avanço da natureza dos conflitos e das dificuldades apresentadas, atingindo o ponto mais grave, com a violação de direitos humanos e dos acordos de paz, o CSNU passou a adotar o capítulo VII em suas resoluções, que autoriza o uso da força quando o Estado é incapaz de manter a ordem pública em seu território (FAGANELLO, 2013, p. 81-82).

2.2 ONUSOM I

Como resultado da guerra civil na Somália, que dividia cada vez mais o país, não era possível identificar qualquer tipo de liderança que pudesse falar em nome do povo e representar os somalis – ou pelo menos era esse o argumento utilizado pela Organização das Nações Unidas, para reforçar a necessidade de uma intervenção. Visto que, toda e qualquer tipo de ajuda humanitária que chegava ao país, era rapidamente saqueada, sendo necessário a atuação de algum agente que pudesse auxiliar e acabar com os conflitos e restaurar a paz.

Em dezembro de 1991, Javier Pérez de Cuéllar o então Secretário Geral das Nações Unidas, anunciou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que tinha intenção de tentar “devolver” a paz ao país (Somália) (*United Nations Operation in Somália* – UNOSOM I).

Vale ressaltar que através de uma visão superficial sobre os problemas presentes na Somália, a mídia teve papel fundamental, destacando através de imagens, o sofrimento do povo que morreria de fome em meio à crise no país, fazendo com que aqueles que

assistiam a essas imagens, se comovesse (como ocorreu com diversas agências humanitárias) – o bombardeio de notícias sobre caos, morte, fome e até mesmo descaso, foi primordial para que os olhos do mundo se voltassem para a Somália (*United Nations Operation in Somália* – UNOSOM I).

Vale ressaltar que o país já sofria com instabilidade política desde a sua colonização, e os problemas no país foram se intensificando cada vez mais, logo, não é como se o mundo não soubesse dos problemas que ocorriam na Somália, apenas, não se importavam o suficiente para tomarem quaisquer atitudes. Desse modo, a pressão popular através das divulgações midiáticas do conflito, de certo modo forçou uma resposta do cenário internacional, frente a isso. Assim, a ONU que assumia esse papel e daria início a sua atuação na Somália com o objetivo de cessar o conflito.

Mesmo com a saída do ditador Siad Barre, a Somália seguiu sendo palco de conflitos internos, sendo os civis os mais afetados. Cepik e Kuele (2015, p. 29) destacam que a Organização das Nações Unidas se uniu a outras organizações e em cooperação com a Organização da União Africana (OUA), tentou cessar o conflito, e a partir disso, em janeiro de 1992, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu por um embargo de armas à Somália, após demandar que ambas as partes cessassem os conflitos e hostilidades.

Foi em meio a esse cenário que o país ganhou a atenção da ONU através da resolução 733[35] aprovada em 23 de janeiro de 1992 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, determinou um cessar fogo no país, e, posteriormente, entendeu que era necessária uma missão atuando diretamente no conflito. Desse modo, a organização estabeleceu em 24 de abril de 1992, "através da resolução 751[36] do conselho de segurança (CS), uma pequena missão que objetivava monitorar o cessar fogo de Mogadíscio, a ONUSOM I - Operação das Nações Unidas na Somália" (ESTRE, 2011, p. 10).

De acordo com Cepik e Kuele (2015), o Secretário-Geral da ONU tentou intervir, fazendo negociações entre as partes que a priori concordaram em um cessar-fogo, e na proteção dos responsáveis por fornecer ajuda humanitária – essa espécie de acordo viria a ser monitorado por membros da ONU na capital Mogadishu. Com esses objetivos estabelecido como mandato, se formava a Operação das Nações Unidas na Somália

[35] A resolução 733 expressava sua preocupação com a Somália e recordava a responsabilidade que está na Carta das Nações Unidas a respeito da garantia da paz e segurança internacional (S/RES733, ONU).
[36] A resolução 751 tinha como objetivo proteger as missões humanitárias, destinadas a restauração do país (S/RES751, ONU).

(ONUSOM I), e em 28 de agosto de 1992, esses objetivos anteriormente citados, seriam ampliados através da inclusão de proteção a comboios humanitários (CEPIK; KUELE, 2015).

Segundo Rodrigues (2000), o secretário das Nações Unidas James Jonah foi enviado a Somália e junto a Liga dos Estados Árabes (LEA), a Organização da Unidade Americana (OUA), a Organização da Conferência Islâmica (OCI) e o então "presidente" Mohammed Farah Aiddid[37], foram chamados para participar de uma reunião com o objetivo de um cessar fogo, o qual foi assinado em março de 1992.

A ONUSOM I tinha como meta central, monitorar o cessar fogo entre os clãs; proteger e facilitar o trabalho dos grupos responsáveis pela ajuda humanitária. Vale ressaltar que a ONUSOM I agia de acordo com os preceitos do capítulo VI da carta das Nações:

> [...] o desafio não era tanto evitar a eclosão da fome, mas contê-la o mais rápido possível e salvar milhões de pessoas em risco de morte. A guerra civil já devastava o campo há mais de um ano, principalmente no sul agrícola, e grande parte da população havia sido deslocada (THE UNITED NATIONS, 1996, p. 20).

De acordo com Shay (2014, p.16), entre os principais objetivos da ONUSOM I, estava o de atuar na distribuição de alimentos para a população, além de fornecer ajuda humanitária, era dever da missão desarmar os responsáveis pelos conflitos internos, e posteriormente formar um governo central – vale ressaltar que esse governo central era baseado em um modelo ocidental.

Para Azevedo (2012, p. 98), a ONUSOM I, ficou conhecida como uma intervenção exclusivamente humanitária, sendo a distribuição de alimentos e medicamentos o seu principal trabalho - vale ressaltar que nesse mesmo ano (1992), a fome no país se agravou e muitos Somalis estavam morrendo em decorrência de enfermidades e da fome. E tendo como principal dificuldade, o enfrentamento de algumas facções que saqueavam esses suprimentos e não deixava a ajuda chegar ao restante da população somali.

Ainda em 1992, houve o desembarque de mais de quinhentos observadores desarmados da ONU na capital da Somália, apenas com o intuito de monitorar o acordo

[37] Mesmo após confrontos com Ali *Mahdi* Muhammad (como visto no capítulo anterior), o Secretário Geral da ONU solicitou em 1992, o envio de representantes tanto de Mahdi quanto de Aiddid (chefes dos principais clãs que se enfrentavam na busca pela tomada de poder) para junto com outras organizações, conseguirem um consenso e solução sobre um cessar fogo e conter o conflito existente no país (AZEVEDO, 2012, p. 134).

de cessar fogo, junto com outros quinhentos paquistaneses que formavam o grupo de segurança dos observadores da ONU (RODRIGUES, 2000, p.126). De acordo com Azevedo (2012, p. 135), os esforços humanitários que eram realizados na Somália, ficou dividido entre seis organizações da ONU e outras trinta Organizações apoiadoras – como colaboradores externos.

Rodrigues (2000, p.126) destaca que, a Somália acabou se tornando um "quase-Estado", que ficou dividido entre doze facções, e que estas lutavam entre si na busca pelo controle do país ou uma parte dele. Ainda de acordo com o autor, em setembro de 1992, aproximadamente quinhentas mil pessoas estavam quase morrendo por falta de comida, e diante desse número, sendo setenta e cinco por cento crianças de até cinco anos de idade. Desse modo, a fome era mais um agravante em meio a todo o cenário caótico, que a Somália já vinha enfrentando nos últimos anos, desde o seu processo de colonização.

Apesar de todos os esforços da ONUSOM I, o cessar fogo não foi alcançado, assim como a segurança e a violência persistiam em fazer parte do dia a dia tanto dos cidadãos somalis, quanto daqueles que faziam parte da assistência humanitária. Além disto, a situação acabava sendo agravada ainda mais, pelo baixo número de ajudantes dispostos ao longo de todo o país - que tinha uma extensão territorial considerável.

A operação necessitava de reforço e reestruturação das ações, desse modo, em 27 de julho foi estabelecida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a resolução 767[38], que tinha como objetivo a divisão do país em quatro zonas de operação: Mogadíscio, Kismayo, Berbera e Bossasso, para uma melhor assistência, atuando em uma área maior (THE UNITED NATION, 1996).

Entretanto, mesmo com toda atuação da missão, a capital do país seguia um caos. Eram os militares que atuavam nas intervenções da ONU, juntamente com voluntários, porém, eles não tinham domínio sobre a região, o que, segundo eles, ocorria porque não era permitida reação a qualquer tipo de resistência local. Iniciava aí o apelo para uma missão mais agressiva, como viria a acontecer com a autorização do uso da força na missão seguinte. Ademais, eles só poderiam reagir com armas de fogo, em caso de ataques diretos, além de disporem de um poderio militar muito abaixo do utilizado pelas facções rivais (THE UNITED NATION, 1996).

[38] A Resolução 767 tinha o objetivo de reforçar as resoluções 733, 746 e 151 (todas de 1992). Ver mais em:< https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/342/21/PDF/N9234221.pdf?OpenElement>.

Esse discurso utilizado pelos militares que atuavam na missão, reforçava que os Somalis eram intrinsecamente agressivos, e eles não tinham como responder a tais formas de ataques, sendo necessário uma intervenção com características mais incisivas. Vale lembrar que a ONU nunca havia operado em missões com respostas de ataques diretos, sendo o uso da força algo nunca visto, mas diante dos fatos relatados pelos militares, algo necessário para a eficácia da missão.

Apesar da ONUSOM I ter atuado, a princípio, com a permissão das principais facções vigentes no país, ainda no mesmo ano de seu início houve a recusa de colaboração por parte do General Aiddid – que esteve como parte da resistência que tirou do poder Siad Barre (que aplicou o golpe militar em 1969 no país) e, consequentemente, o pedido de retirada das tropas norte americanas do país - estas, que faziam justamente a segurança dos comboios de ajuda humanitária (NETO, 2011, p. 32).

Para muitos somalis, a ONUSOM I foi extremamente ineficaz, o que deixou a população com a sensação de terem sido traídos, como enfatiza Gardner; Bushra (2004 p. 186). Ainda de acordo com a autora, a operação da ONUSOM I, liderada pela ONU foi acolhida pelos civis, mas em junho de 1993, 35 somalis foram mortos durante uma busca e apreensão de armas em uma Rádio na capital Mogadishu, essa situação foi justificada pelos soldados da missão, como sendo necessário, já que se viram em guerra com o general Aiddid.

De acordo com dados do PNUD (GARDNER; BUSHRA, 2004, p. 187), a ONUSOM I acabou se envolvendo em conflitos, ao invés de sanar as hostilidades que já ocorriam dentro do país, além disso, essa falta de sensibilidade na percepção dos problemas existentes, acabou por dar legitimidade aos senhores da guerra, enfatizando ainda mais as estruturas de poder das facções locais. O que por sua vez, intensificava ainda mais os conflitos e disputas por poder.

Para Maceda (2007), a ONUSOM I foi uma missão ineficiente de apenas 500 pessoas, que não contava com as reviravoltas que os conflitos podiam apresentar, e necessitava de um aperfeiçoamento em sua missão, diante disso, existia uma necessidade de substituição dela, e foi assim que a Unified Task Force (UNITAF) surgiu, substituindo a ONUSOM I.

2.3 UNITAF

Após o fracasso da Operação das Nações Unidas na Somália I (ONUSOM I), a Organização das Nações Unidas se viu com a necessidade de tentar métodos novos para

garantir os objetivos iniciais da missão, que se pautavam na restauração da paz e cessar o conflito. Desse modo, em 09 de dezembro de 1992, surge a *Unified Task Force* (UNITAF), colocando em prática uma atuação mais arriscada, com os mesmos objetivos de cessar os conflitos entre as facções, mas dessa vez, legitimados pelo uso da força, sendo assim, essa missão se desenhou como uma transição entre a ONUSOM I e missão posterior a UNITAF (AZEVÊDO, 2012, p. 98). Essa missão tinha como objetivo restaurar a paz, a lei e a ordem, dando seguimento à missão à ONUSOM I, ou seja, a UNITAF acabou se transformando em um complemento para a primeira missão oficial. (BIZZARIA, 2012)

Segundo Estre (2011, p. 10), a mídia teve papel no conflito, pressionando a comunidade internacional a intervir. Toda essa pressão surtiu efeito e em dezembro de 1992 o Conselho de Segurança (CS) adotou a resolução 794[39], que permitiu que os países membros criassem a Unified Task Force (UNITAF), mais conhecida como "operação restaurar a esperança", que tinha como objetivo, garantir a segurança da assistência humanitária em colaboração com a própria ONUSOM I (CEPIK; KUELE, 2015, p. 29).

A UNITAF foi estabelecida com base no capítulo VII da carta das Nações Unidas, que permitia o uso da força, para garantir um ambiente mais seguro para a continuidade da assistência humanitária, e o bem-estar da população. Tudo isso ocorreria em cooperação com outros países, sendo liderada pelos Estados Unidos que possuíam autonomia para salvaguardar o povo somali – esse foi o discurso adotado pelos EUA para liderar a nova missão da ONU.

Vale ressaltar ainda, que esta foi à primeira missão com essa característica de uso da força, se valendo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que autoriza o uso legítimo da força para fins humanitários, não sendo necessária uma autorização prévia do Estado que está recebendo a intervenção, que no caso da Somália, era ainda mais marginalizada a opinião, uma vez que, se considerava a Somália um Estado falido (BIZZARIA, 2012).

Salienta-se que a ineficiência da distribuição de alimentos era de fato um grave problema ao país, mas não ao ponto de interferir na segurança internacional de outros países, não existiam fatos que comprovassem tal associação como assertiva.

---

[39] A resolução 794 destacou a grave crise na somalia, e considerou a situação local como intolerável. Ver mais em:< https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/772/11/PDF/N9277211.pdf?OpenElement>.

Segundo Ribeiro (2018, p. 33), o CSNU votou de forma unânime (pelos 15 membros do conselho) a resolução 794 que permitia o uso da força, destacando que a China se posicionou a favor, e reforçou que a Somália possuía um caso nunca visto e diante dessa excepcionalidade, houve a autorização para atuação militar de forma mais agressiva.

Ainda no texto da resolução 794, podemos observar como o discurso enfatiza a necessidade de intervenção, e mais que isso, de forma indireta a necessidade de uso da força como possível solução para eficácia da missão (visto que, a UNITAF era uma espécie de aperfeiçoamento da ONUSOM I), expresso no texto abaixo:

> Expressando grave alarme com os relatos contínuos de violações generalizadas do direito internacional humanitário que ocorrem na Somália, incluindo relatos de violência e ameaças de violência contra o pessoal que participa legalmente em atividades imparciais de ajuda humanitária; ataques deliberados a não-combatentes, remessas e veículos de socorro e instalações médicas e de socorro; e impedindo a entrega de alimentos e suprimentos médicos essenciais para a sobrevivência da população civil (S/RES794, ONU).

De acordo com Azêvedo (2012, p. 140), foi esperado um efetivo de 28 mil soldados norte-americanos, e mais 17 mil militares vindos de mais de vinte países, dentre estes: Alemanha, Suécia, Marrocos, Noruega, Canadá, Austrália, Itália, Turquia, Reino Unido, Arábia Saudita, Nigéria, Egito, Irlanda do Norte, Túnizia, Grécia, Bélgica, Nova Zelândia, Emirados Árabes Unidos, França, Kuwait, Paquistão, Índia e Botsuana.

A UNITAF ao longo do seu trabalho contou com a colaboração massiva de tropas norte-americanas, além de outros militares vindos de países como França, Alemanha, Índia, entre outros (THE UNITED NATIONS, 1996). A princípio todo esse apoio pareceu corroborar na atuação mais efetiva da missão, mas como citado anteriormente, essa militarização acabou inibindo o verdadeiro objetivo da missão que era a ajuda humanitária. Devido tudo isso, uma das intenções da UNITAF era programar e executar um plano de ação de 100 dias:

> Este propôs oito objetivos principais: (1) provisão maciça de ajuda alimentar; (2) expansão dinâmica dos alimentos complementares; (3) prestação de serviços básicos de saúde e imunização em massa contra o sarampo; (4) fornecimento urgente de água potável, saneamento e higiene; (5) fornecimento de materiais de abrigo, cobertores e roupas; (6) distribuição de sementes, ferramentas e vacinas para animais ao mesmo tempo que rações alimentares; (7) prevenção de novos fluxos de refugiados e promoção de programas de repatriação (8) estabelecimento de instituições e reabilitação da sociedade civil. Dos US$ 82,7 milhões solicitados para implementação, um total de US$ 67,3 milhões foi recebido (ONUSOM I).

Com esse progresso inicial, houve uma assistência maior às vítimas, o número de ONGs que atuavam no país também aumentou, e consequentemente, o ambiente ficou

mais propício às atuações da missão, devido à segurança que foi gerada pelas tropas de auxílio – ou pelo menos, era assim que a missão divulgava seus resultados. Desse modo, a UNITAF conseguiu garantir um ambiente mais seguro, promovendo ordem no país, além de ter um maior controle na segurança para a distribuição de alimentos que passou a fluir melhor em todo o território. Tudo isso atrelado a um esforço no ambiente político, para torná-lo mais estável, sendo considerada a saída para acabar com as facções rivais e estabelecer a paz, visando o término da guerra civil (THE UNITED NATIONS, 1996).

De acordo com Azêvedo (2012, p. 141), em meio a essa conquista e tentativas de conciliação entre os clãs, a UNITAF realizou entre os dias 04 e 15 de janeiro de 1993, encontros entre líderes que estavam à frente dos grupos opositores (estando presentes, 14 movimentos políticos somalis), reunindo-os com o então Secretário Geral da ONU, em prol de um consenso para conseguirem mutuamente melhorias tanto na cooperação quanto na recepção da assistência. Em uma dessas reuniões foram criados dois importantes acordos:

> Acordo sobre o cumprimento do cessar fogo e sobre as modalidades de desarmamentos, que seria monitorado pelos militares da UNITAF e por tropas da ONU e o estabelecimento de uma comissão ad hoc[40] para a conferência (ONUSOM I).

Apesar das tentativas de conciliação, não houve garantia de que os acordos seriam cumpridos por partes dos líderes das facções, desse modo, mesmo o resultado das reuniões tendo sido positivos e tendo ajudado a população com a distribuição de alimentos e proporcionando um ambiente mais estável, o desarmamento não ocorreu e os acordos de cessar fogo não surtiram tanto efeito na prática. Em outras palavras, ficou claro que, "embora os principais líderes das facções somalis tenham concordado com os acordos da reunião preparatória, não havia garantia de que eles seriam cumpridos, pois não havia nenhuma força capaz de obrigá-los a tal" (THE UNITED NATIONS, 1996).

Iniciou-se uma avaliação sobre a necessidade de substituição da missão, e a percepção de que a militarização da intervenção também contribuiu diretamente no seu fracasso. Logo, a resolução 794 autorizava, de forma inédita, que as operações utilizassem todos os meios necessários para estabelecer um ambiente seguro e socorro humanitário, isso se traduziu na liberação do uso da força, e representou a militarização do socorro humanitário. Esse foi o início do fracasso da intervenção humanitária na Somália (CARNEIRO, 2012, p. 16).

---

[40] Expressão derivada do latim, que serve para falar sobre um determinado momento temporário. Comumente utilizado na área de Direito, e significa "para tal finalidade".

Começaram a ocorrer confrontos e tumultos antiamericanos na capital da Somália, na qual grande parte da população do país, acreditava que os norte-americanos estavam apoiando um retorno do ditador Siad Barre ao poder. Ainda em paralelo a estes confrontos, os fuzileiros navais dos Estados Unidos conseguiram separar os dois principais senhores da guerra na Somália na região de Kismayu, e fazer com que estabelecessem uma trégua – ainda que não totalmente à vontade (WHELLER; ROBERTS, 1993, p. 12). Ainda segundo os autores, os dois senhores da guerra Morgan e Jess, foram colocados sob vigilância, todavia, os membros de ambos os clãs continuaram na cidade e com acesso as armas que estes enterraram, pensando em usá-las no futuro.

Tudo isso atrelado à falta de coordenação dos EUA e ao efeito midiático sobre o conflito, impulsionou a opinião pública dos cidadãos norte-americanos, logo, essa mudança da percepção pública, fez com que os somalis não fossem mais "tão vítimas e carentes de ajuda, mas eram agora milicianos faccionários violentos [...]" (BIZZARIA, 2012). Logo, como a UNITAF estava sob o comando dos Estados Unidos, essa percepção pública acabou justificando as ações tomadas pela retirada das tropas norte-americanas da missão.

Segundo Bizzaria (2012), durante todo o período em que a ONU esteve atuando na Somália com missões de paz, a opinião pública norte-americana foi influenciada através de todos os meios de comunicação; jornais, revistas etc. Imagens transmitidas pelas Tvs mostravam corpos de soldados norte-americanos, sendo arrastados pelas ruas da capital somali. Dessa forma, a mudança de percepção pública passou a enxergar os somalis não mais como vítimas, mas agora como milicianos violentos, o que contribuiu em certa medida, para a retirada das tropas estadunidenses do país.

Após o impacto midiático negativo o Secretário Geral do Conselho de Segurança das Nações Unidas, determinou que existiu o pedido de substituição da missão UNITAF para a Operação das Nações Unidas na Somália II (ONUSOM II). Segundo Azevêdo (2012, p. 142), a nova operação de paz se baseava no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, e argumentava que esta missão deveria ter todo o poder coercitivo para alcançar os objetivos estabelecidos no início da primeira intervenção humanitária na Somália.

A ONUSOM II, daria seguimento ao trabalho realizado pela UNITAF (com o objetivo de restaurara a estabilidade e a paz), e ajudaria a população a reestabelecer sua política, sua economia e a sociedade, por meio de uma reconciliação nacional que permitiria a criação de uma Somália Democrática (AZEVÊDO, 2012, p. 142).

2.4 ONUSOM II

Em 26 de março de 1993 o CSNU lançou a resolução 814[41], que resultaria na substituição da UNITAF pela Operação das Nações Unidas na Somália II (ONUSOM II). O objetivo dessa intervenção continuou o mesmo das missões anteriores, todavia, o mandato da ONUSOM II foi ampliado e prolongado até o dia 31 de outubro de 1993, com uma maior atenção ao desarmamento e conciliação entre os grupos opositores no país, na tentativa de restabelecer o Estado (PENNA, 2011, p. 45). A ONUSOM II também contava com o pioneirismo, por tratar-se da primeira missão em que a ONU acompanhou de perto todos os passos das intervenções, e liderando-a ativamente.

É importante ressaltar que a ONUSOM I e a UNITAF foram lideradas pelos Estados Unidos, e que mesmo com o apoio da ONU, ainda possuiu autonomia total para agir em prol das iniciativas das missões. Vale destacar, que os EUA e ONU possuíam visões diferentes sobre o modo de executar as intervenções, em que respectivamente um se detinha exclusivamente a ajuda humanitária emergencial, ou seja, alimentar os famintos, e a outra possuía uma visão a médio e longo prazo que era ajuda humanitária com a intenção de não apenas levar comida, mas de tentar restabelecer o Estado somali (MORENO, 2011, p. 76).

Essa disputa de poder e de visões foi o que permitiu que os Estados Unidos considerassem a UNITAF um sucesso, considerando que de fato acabaram com a fome somali, e com isso concluíram o seu objetivo. Entretanto, eles tinham à crença, discursivamente construída, de que a militarização do país, durante o período da Guerra Fria, não era um problema para o país, eles consideravam que o conflito somali só existia porque armas modernas chegavam às mãos de somalis, e isso motivava a animosidade dos ancestrais. Logo, o desarmamento não era uma prioridade da missão UNITAF (MORENO, 2011, p. 76-77).

Logo, depois de toda essa divergência de visões e a necessidade de uma nova intervenção humanitária, a ONUSOM II foi aprovada pelo CSNU e autorizada pelo Capítulo VII da carta das Nações Unidas, na qual ela determinava algumas obrigações que deveriam ser cumpridas em todo o território somali. Estas medidas incluíam:

- Monitorar se todas as facções continuaram a respeitar a cessação das hostilidades e outros acordos que aceitaram;

[41]A resolução 814 reconhecia os esforços da UNITAF, mas enxergava a necessidade de substituição por não atingir mais os resultados esperados. Ver mais em:< https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/226/18/PDF/N9322618.pdf?OpenElement>.

- Prevenir a retomada da violência e, se necessário, tomar as medidas cabíveis;
- Manter o controle sobre as armas pesadas das facções organizadas que foram colocadas sob controle internacional;
- Confiscar armas leves de todos os elementos armados não autorizados;
- Proteger todos os portos, aeroportos e linhas de comunicação necessárias para a prestação de assistência humanitária;
- Proteger o pessoal, as instalações e os equipamentos das Nações Unidas e suas agências, do CICV e das ONGs;
- Continuar a remoção de minas, e;
- Repatriar refugiados e pessoas deslocadas na Somália (ONUSOM II).

Todas essas incumbências acima citadas, deveriam ser coordenadas e executadas em conjunto com as lideranças locais, fator primordial para o sucesso da missão, uma vez que, alterando os hábitos sanitários; alimentares; e de convívio dos cidadãos, poderia ocorrer um impasse em suas práticas culturais, regionais e até mesmo de cunho religioso. Fator pouco ou nada considerado ao longo das missões anteriores, que visavam exclusivamente o cessar fogo, sem levar em consideração o contexto cultural e social do povo naquele momento (NETO, 2011, p. 41).

Segundo Azêvedo (2012, p. 142), o Secretário Geral das Nações Unidas recomendou que a ONUSOM II atuasse a partir de um plano em quatro etapas, sendo elas: transição do controle geral da missão UNITAF para ONUSOM II; consolidação de controle operacional nas fronteiras somalis e em todo o país (pela ONU); redução de atividades militares da ONUSOM II, contrapondo com uma maior assistência as autoridades civis que atuariam diretamente com a responsabilidade de proteger, e por fim, redução militar das forças da ONUSOM II.

Porém, o papel da intervenção não foi tão simples quanto se esperava. Vale destacar que “foram disponibilizadas forças multilaterais da ONU, e um efetivo norte-americano, dotado de meios de transporte aéreos para darem início as ações da ONUSOM II, que ficaram sobre o controle do Chefe das Forças, o General turco Cevic Bir” (PILOWSKY, 2004).

Mesmo após toda a articulação a respeito das medidas que deveriam ser seguidas, e com todo o poderio militar que possuíam. Sabendo que estes estavam dispostos a utilizar de todos os meios necessários para garantir a eficácia da missão, houve resistência das facções somalis, que não se intimidaram e seguiram protagonizando “[...] ondas de violência, desestabilizando e dificultando as ações do pessoal de assistência humanitária quanto da própria ONU que não conseguia desarmar as facções” (RODRIGUES, 2000).

Tudo isso ainda fez com que a tensão interna aumentasse e a credibilidade da intervenção caísse.

Assim, em um ambiente cada vez mais hostil, foi se tornando cada vez menos possível que a missão da ONU obtivesse sucesso em seus objetivos, que era de restabelecer o Estado somali, garantindo a segurança dos cidadãos do país e daqueles que estavam trabalhando em prol desse objetivo. E se tornou ainda menos possível após as facções somalis iniciarem uma série de ataques as tropas militares norte-americanas, que eram as responsáveis pela segurança daqueles que executavam a ajuda humanitária. É extremamente importante ressaltar, que os civis eram os que mais sofriam em meio a tudo isso.

A partir daí, iniciou-se um processo de ataques e contra-ataques entre as tropas militares da intervenção da ONU e as facções somalis, desviando totalmente o foco inicial da missão, que era de prestar assistência as vítimas do conflito civil (PILOWSKY, 2004). Tudo isso encaminhava para o fim da ONUSOM II que apesar das várias tentativas de alcançar seus objetivos, não obteve tanto sucesso, pois desviou do foco que era a assistência humanitária.

De acordo com Azêvedo (2012, p. 143) apesar de ter firmado acordo de cessar fogo ainda na implementação da ONUSOM I, Aiddid não manteve o combinado, que foi novamente reforçado em março, na implementação da ONUSOM II. Ainda segundo o autor, as tentativas de desarmamento acabaram intensificando as tensões, e em 5 de junho de 1993 entraram em conflitos violentos de forma direta, que resultou no desaparecimento de 10 pessoas, 54 feridos e na morte de 25 soldados paquistaneses.

Na tentativa de capturar Aiddid - que havia se tornado o principal opositor e rival da missão da ONUSOM II, foi criado um plano de captura em 3 de outubro de 1993, com o objetivo de finalizar os objetivos da missão – até então, tudo corria conforme o esperado (AZEVEDO, 2012, p. 144).

As tropas norte-americanas não tinham nenhuma dúvida de que a missão da ONUSOM II na Somália seria cumprida com êxito, e que seus objetivos seriam concluídos com grande facilidade, pois tratava-se de um simples conflito civil entre facções na África – sendo considerado um continente de terceiro mundo, que não teria como igualar forças com uma potência hegemônica mundial (BOWDEN, 2001).

Ainda de acordo com Bowden (2001), os soldados norte-americanos não consideravam de forma alguma, a possibilidade de qualquer tipo de contratempo, ou dificuldade para alcançar os objetivos daquela missão de intervenção (mesmo após a falha

das outras duas operações anteriores). Para eles, era improvável a ideia de que os africanos possuíssem armamentos modernos ou de última geração, com uma tecnologia (e valor aquisitivo) capaz de se igualar ou chegar à altura para um confronto de forças equiparáveis.

Na tentativa de capturar Aiddid, e já com o plano em execução, os soldados estadunidenses foram surpreendidos ao serem recebidos com rajadas de tiros, por um expressivo número (quase dez mil) de somalis, que não se intimidaram com os norte-americanos e até então, não facilitavam a missão (BOWDEN, 2001).

Segundo Bowden (2001), uma parte dos norte-americanos temiam de certa forma, morrerem em combate, longe de suas famílias, ou simplesmente pensando apenas no fato de não conseguirem retornar ao país, enquanto os somalis que estavam lutando, "...não estavam preocupados em sobreviver, eram capazes de morrer por seu país e por este motivo, senhoras, senhores, idosos, jovens e crianças somalis entraram em guerra com a finalidade de acabar com as vidas norte-americanas e não pouparam atitudes para isso" (BOWDEN, 2001).

Para Azevêdo (2012, p. 145), ficou claro que diferente do que aconteceu com os representantes da ONU e tropas dos EUA nas missões anteriores, aqueles que ali estavam na capital Mogadíscio (membros da ONUSOM II), não estavam ali para levar comida aos que tinha fome, e muito menos garantir a paz, pelo contrário, eles estavam ali com o único objetivo de capturar Aiddid e desintegrar a infraestrutura de comando que ele havia criado no país, como enfrentamento aos militares norte-americanos – os estadunidenses acreditavam que Aiddid era o empecilho pelo qual não conseguiam executar a missão e estabelecer a paz na Somália.

Segundo Rodrigues (2000), este foi o início do que seria o fim das ações da Organização das Nações Unidas em território somali, pois mostrou ao mundo o despreparo da ONU para lidar com situações delicadas de instabilidade política, e caos, na qual as principais vítimas são civis. Na prática, mesmo com a utilização de toda a alta tecnologia (da época), e superioridade técnica, toda essa vantagem não obteve benefício de fato, pois não conseguiu contornar as ameaças de resistência e pressões do ambiente em que atuava, deixando as próprias tropas totalmente vulneráveis aos ataques somalis (PILOWSKY, 2004).

E mais uma vez (assim como ocorreu com a UNITAF) a mídia teve papel de influência sob a opinião popular, que consequentemente começou a pressionar os órgãos responsáveis pela missão. Canais como a CNN não apenas divulgava imagens do conflito,

como também destacavam o apelo popular para intervir no conflito, tornando-se totalmente tendenciosos. (CARVALHO, 2003).

É importante dizer que a opinião popular estadunidense não concordava com o fato de milhares de militares que estavam em outro país em prol de oferecer ajuda, eram mortos e expostos de formas tão bárbaras, logo, começou a ser questionado se realmente a Somália precisava e merecia essa ajuda, se tudo o que era visto (com a morte dos militares norte-americanos) não se parecia com isso.

Vale ressaltar que os meios de comunicação pagavam as milícias, para ter liberdade e proteção de transitar pelo país cobrindo aquele evento. De acordo com Carvalho (2003), durante a intervenção na Somália, essa liberdade dos veículos de imprensa era tamanha, que pouco tinha sido visto em outras operações. Como resultado disso, a divulgação da desumanização que ocorria no país, e a forma como os soldados norte-americanos eram brutalmente massacrados, era o que mais vinha a público – muitos dos conteúdos divulgados eram distorcidos ou não possuíam a veracidade dos fatos.

Segundo Carvalho (2003), muitas dessas informações que chegavam ao público nos EUA era irreal, com uma apresentação parcial, limitada e totalmente tendenciosa, o que agravava ainda mais na dimensão do problema, graças as muitas informações incorretas. Logo, a opinião pública dos EUA, não seria mais a favor de novas intervenções no país, sem que houvesse de fato algum interesse – fosse geopolítico, econômico ou de qualquer outro tipo.

Mesmo após essas exposições da mídia e a ineficiência da missão em restaurar a paz no país, outras resoluções foram aprovadas e o mandato da ONUSOM II prolongado, até que em 4 de novembro de 1994, com a resolução 954[42], foi definido que em 31 de março de 1995 seria uma data propícia para o fim da missão na Somália – que teve como retirada completa da missão em 28 de março de 1995 (AZEVEDO, 2012, p. 152).

Ainda que a ONUSOM II tenha conseguido alguns sucessos através da intervenção, sua permanência no país não modificava a situação do conflito civil, e, por vezes o agravava, devido os ataques entre as facções somalis e as tropas de intervenção da ONU. Diante deste contexto, o CSNU determinou por meio da resolução do Conselho

[42]A resolução 954, destacou que o fim da missão ocorreria em março de 1995, e considerou que não existiam justificavas para estender o mandato por mais tempo. Ver mais em:< https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/431/95/PDF/N9443195.pdf?OpenElement>.

de Segurança 897[43], a retirada da proteção militar e da própria assistência humanitária, o que refletiu oficialmente fim à missão (CARNEIRO, 2012, p. 17).

Diante disso, as Organizações Não-Governamentais (ONGs)[44] passaram a exercer funções em conjunto – entre as próprias ONGs, para minimizar os impactos da saída da intervenção humanitária, que acabou gerando ainda mais os problemas internos, somados a tantos outros que o país já tinha e sofria.

Desse modo, após a saída da ONUSOM II da Somália, uma equipe da ONU permaneceu no país, com o objetivo de coletar informações e para apoiar o processo de decisões a serem tomadas pela ONU, a respeito do que fazer no país (NETO, 2011, p. 42). Ainda de acordo com o autor, essa fase pós-intervenção foi primordial para as ONG´s humanitárias atuarem, firmando acordo entre elas através do desenvolvimento de programas e parcerias entre elas e a ONU, desta forma, o ACNUR, a UNICEF e a UNESCO, tomaram a frente dos acordos com a proposta de promover consultas e revisões sobre as ações que deveriam ser tomadas dali em diante.

2.5 AMISOM

Depois de ter sido sacudida com três intervenções humanitárias em um curto espaço de tempo, a Somália passou os anos seguintes à saída da última intervenção, de forma independente, mas sempre observada pela comunidade internacional. Dessa forma, o país passou a enfrentar novos problemas, como a chegada e avanço do Al-Shabaab[45], além dos problemas antigos, oriundos da guerra civil, fome e descaso da comunidade internacional (GASPERIN; BEAKLINI, 2017, p. 101). Mas tudo mudou após o 11 de setembro[46] em 2001, e com a iniciativa da chamada "Guerra ao Terror"[47].

---

[43]A resolução 897 enfatizava o objetivo da missão de cumprir o mandado até o fim. Ver mais em:< https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/065/62/PDF/N9406562.pdf?OpenElement>.

[44] As Organizações Não-Governamentais (ONGs) são de finalidade pública, e atuam em diversas áreas como: meio ambiente, saúde, educação, etc., sem fins lucrativos. Geralmente estas, atuam em áreas de pouca ou nenhuma atuação do Estado. As ONGs se mantêm através de financiamentos de governos e de empresas privadas. Grande parte da mão-de-obra utilizada é sempre constituída por voluntários.

[45] O Al-Shabaab tem orientação Wahhabita (movimento islâmico sunita) e se formou como uma espécie de "braço armado", a partir da União das Cortes Islâmicas (que surgiu após a rendição do último senhor da guerra na Somália), que formado por diversas facções somalis, tentavam restaurar a estabilidade do país, através de um projeto político moderado (e islâmico). Entretanto, esse projeto foi interrompido em 2006, após a Etiópica – financiada pelos EUA, investir em uma ação militar. Esse fato possibilitou a formação e crescimento de um grupo extremista, de caráter radical, e com objetivos diversos dos que tinha as cortes islâmicas (WISE, 2011).

[46] No dia 11 de setembro de 2001, aconteceu um atentado terrorista às torres gêmeas do *World Trade Center,* em New York.

[47] Guerra ao Terror foi o nome dado pelo então presidente George W. Bush, à campanha militar dos Estados Unidos contra o terrorismo, tendo 11 de setembro como estopim. Ver mais em:<

Vale ressaltar que mais de 95% da população somali tem identificação religiosa com o islamismo, logo, passou a chamar (mais uma vez) a atenção dos Estados Unidos, encerrando este fato como uma justificativa, de um possível local para o desenvolvimento de futuras organizações terroristas (GASPERIN; BEAKLINI, 2017, p.101).

Após o 11 de setembro, o então presidente dos EUA George W. Bush, fez uma viagem ao continente Africano (especificamente por cinco países: Senegal, África do Sul, Botsuana, Uganda e Nigéria), com intenção de sinalizar a todos ali, quais os próximos passos que seriam dados. Segundo Shay (2014, p. 187), apesar da viagem de Bush, um projeto de estabelecer bases norte americanas em toda a África, para evitar quaisquer atividades de organizações terroristas, já havia sido pensada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos (o Pentágono) - isso porque a agência de inteligência dos EUA, já indicava através de informações colhidas, que existiam atividades da Al-Qaeda[48], e outras organizações terroristas em progresso na Somália.

Gasperin; Beaklini (2017, p. 101) reforçam que, com base na "doutrina da guerra ao terrorismo", os EUA passaram a fortalecer sua capacidade militar, para evitar uma possível ameaça somali, através do Al-Shabaab – cuja sede é na Somália. Essa ideia de ameaça à segurança global, foi uma estratégia usada pelos EUA para justificar suas ações no continente africano dali em diante, criando posteriormente o Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM[49]). Além de instalar bases militares no continente africano, os EUA também desenvolveram e aplicaram projetos de cooperação militar em diversos países africanos – tudo isso fazia parte da estratégia do combate global à guerra ao terror (GASPERIN; BEAKLINI, 2007, p. 102).

Vale ressaltar, Segundo Shay (2014, p. 188), que durante os anos em que não houve nenhuma intervenção oficial na Somália (de 1995 a 2006), os Estados Unidos seguiram financiando armamento para os senhores da guerra na Somália, com o objetivo de garantir os seus interesses. Após as suspeitas de desenvolvimento de organizações terroristas como a Al-Qaeda, os EUA passaram a financiar o Governo etíope, para intervir

https://www.academia.edu/22057752/Guerra_e_terror_In_CASTELO_BRANCO_Guilherme_Terrorismo_de_Estado_Belo_Horizonte_Aut%C3%AAntica_2013>. (RODRIGUES, 2013).

[48] É uma organização fundação islâmica que atua de duas formas: praticando terrorismo através de atentados e sequestros, e a segunda por meio do Jihadismo (movimento islâmico militar), que pratica combates armados em locais específicos – a Síria é um exemplo (BURKE, 2004).

[49] A AFRICOM é um projeto dos EUA, que tem como objetivo a implantação de uma base militar de caráter permanente no continente Africano, em prol de garantir seus interesses e acompanhar os assuntos que julgarem relevantes. Vale ressaltar que esse projeto com base no continente africano é apenas um, dos nove espalhados por outros continentes (WHELAN, 2008).

militarmente na Somália – e seguir garantindo os seus interesses, já que os senhores da guerra não serviam mais para os seus objetivos.

Ainda de acordo com Shay (2014), desde 2006 o Governo etíope é financiado para intervir militarmente na Somália, e quando suas tropas entraram na Somália, receberam apoio de forma não exposta, até que em 26 de dezembro do mesmo ano, os Estados Unidos apoiaram abertamente essa operação – em 2009 houve a retirada das forças etíopes. O governo etíope se beneficiou tanto de treinamento militar, quanto de armamento para tais ações na Somália, mas nunca assumiu tais relações de acordo com os EUA, reforçando que os países mantem acordos e relações muito antigas (DIN, 2011).

Ainda de acordo com Gasperin; Beaklini (2017, p. 102), na tentativa de conter os avanços do Al-Shabaab, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), aprovou em 2007 uma operação de paz chamada de, Missão da União Africana para a Somália (AMISOM – sigla em inglês), e entregou o seu comando para a União Africana (UA[50]). Desde 2007 a *African Union Mission to Somalia* (AMISOM), atua na Somália com a missão de paz conduzida pela União Africana (UA), e tem como objetivos: treinar forças armadas do país, apoiar substituição de governo e auxiliar na logística de atuação da ajuda humanitária (FILHO; MOTTA, 2021, p. 109).

Dentre os objetivos da AMISOM, estava o de atuar junto as forças nacionais somalis, em busca de fortalecer a segurança e à estabilidade no país, além de se propor a lutar contra o Al-Shabaab e qualquer outro grupo que impeça o desenvolvimento de instituições do governo de central da Somália (AMISOM, 2016).

A AMISOM teve seu primeiro mandato em 2006-2007, para realizar Operações de Paz na Somália, e tentar manter o país estável e com condições de receber atividades de cunho humanitário com tomadas de decisões pelas Nações Unidas – através da ONU (AMISON, 2006-2007). Entre os objetivos e tarefas do primeiro mandato de atividade da AMISOM, estão:

> Apoiar o diálogo e a reconciliação na Somália, trabalhando com todas as partes interessadas; Fornecer proteção às Instituições Federais de Transição (TFIs) e infraestrutura-chave para permitir que cumpram suas funções; Auxiliar na implementação do Programa Nacional de Estabilização da Segurança (NSSP); Fornecer assistência técnica e outros apoios aos esforços de desarmamento e estabilização; Monitorar a situação de segurança nas áreas de operação; Facilitar as operações

[50] A União Africana é uma organização interdisciplinar fundada em 2002, que tem como objetivo a integração da África com as demais nações, através de incentivos de cooperação econômica e a criação de comitês supranacionais que tratem de assuntos relevantes às relações internacionais do continente africano (AFRICAN UNION, 2016).

> humanitárias, incluindo o repatriamento de refugiados e pessoas deslocadas internamente; Proteger o pessoal, instalações e equipamentos da AMISOM, incluindo autodefesa (AMISOM, 2006-2007).

Desse modo, após doze anos desde a saída da última intervenção da ONU no país, em 2007 a AMISOM começou a atuar na Somália, com as mesmas características de outras Operações Humanitárias de Paz, mas dessa vez, com uma característica de proximidade local, com uma atuação por militares locais que mais do que qualquer outro, entendiam a realidade do que ocorria no país, já que estavam dentro daquela estrutura (FREEAR; CONING, 2013). Ainda que houvesse o acompanhamento da comunidade internacional, no que acontecia e era desenvolvido pela AMISOM, a missão tinha características próprias e poder de decisão sobre a extensão ou modificação dos mandatos.

Apesar de ter um mantado inicial com objetivos a curto prazo (que seriam de seis meses), a AMISOM acabou ganhando uma grande proporção política com o apoio das Nações Unidas, assim como, também ganhou uma grande proporção geográfica. A AMISOM começou a atuar em áreas específicas da capital Mogadishu, e posteriormente se expandiu, e por fim, a AMISOM também ganhou proporção militar - destacando um aumento de 8.000 para mais de 22.000 soldados (entre 2007 e novembro de 2013) (WILLIAMS, 2018, p. 55).

Ainda sobre a expansão geográfica, que foi um dos fatores mais significativos, e que influenciaram na aplicação de outros mandatos[51] da AMISOM. Como dito anteriormente, a área de atuação inicial voltava-se para pequenas áreas estratégicas na capital da Somália, mas começou a expandir tanto, que passou para todo o centro-sul do país, com uma área aproximada de 400.000 km2 – quase o tamanho do Iraque (WILLIANS, 2018, p. 56).

Durantes os seis primeiros anos da AMISOM, ocorreram muitas modificações, necessárias para apresentar respostas aos problemas locais, e respostas para a comunidade internacional. A AMISOM contou ainda com a colaboração de outros países com o envio de tropas, sendo eles: Serra Leoa com o envio de 850; Djibouti com o envio de 950; Kenya com o envio de 4.000; Burundi enviando 5.000, e Uganda com o envio de 7.000 soldados (WILLIAMS, 2013, p. 2). Essa colaboração foi importante pois não só fortaleceu relações com esses países, como também ajudou efetivamente a cobrir áreas

[51] A AMISOM teve atualização e renovação para nove mandatos: 2011, 2012, 2013, 2014, 2016, 2017, 2019, com seu fim em abril de 2022, como será analisado no capítulo seguinte. Ver mais em:< https://amisom-au.org/amisom-mandate/>.

maiores e desse modo, lidar com os problemas locais, e enfrentamentos diretos com o Al-Shabaab.

Mesmo atuando no país com Operações Humanitárias, a Somália que seguia sendo palco de conflitos internos, teve que lidar paralelamente com interferência externa mais uma vez. Segundo Shay (2014, p. 189), em 2011 os Estados Unidos começaram a comandar ataques por drones na Somália – o objetivo era atingir o grupo extremista Al-Shabaab. Mas em meio as mortes de Jihadistas e membros da Al-Qaeda, houve pelo menos 57 mortes de civis inocentes.

Segundo Shay (2014, p. 189), os EUA equiparam e treinaram milhares de soldados africanos, principalmente com empreiteiros privados, logo após a retirada das forças etíopes da Somália em 2009. Para eles, terceirizar o combate para os países africanos oferece menos riscos aos EUA, do que com o envio de tropas próprias.

Paralelamente a esses fatos, por coincidência ou não, a AMISOM teve o mandato prorrogado em 2011 com enceramento em 31 de outubro de 2012, adotando o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, na qual o Conselho solicitou que a União Africana aumentasse em caráter de Urgência o seu efetivo militar (com 12.000 soldados uniformizados) (AMISOM, 2011).

Desde então, o mandato da AMISOM foi sendo expandido pelo CSNU, e diante das necessidades houve a formação e treinamento de um exército e uma força policial somali a partir de 2012, além do apoio ao recém-criado Governo Federal da Somália (GFS), que lançava sua autoridade em todo o país, ajudando o país e com o objetivo de conduzir de forma transparente as eleições até 2016 (de acordo com a Constituição Provisória) na Somália (WILLIAMS, 2018, p.57).

Assim, em julho de 2016 houve a atualização do mandato da AMISOM (após os mandatos de 2012, 2013 e 2014). De acordo com Williams (2018, p. 58), esse mandato foi a base para os dois mandatos posteriores, que foram os últimos, e contou com a autorização do CSNU para trabalhar com a missão a partir de uma série de objetivos primários e secundários, sendo estes: três objetivos estratégicos; quatro tarefas prioritárias e seis tarefas essenciais.

Assim, os três objetivos estratégicos eram: diminuir a ameaça apresentada pelo Al-Shabaab e qualquer outro grupo que apresentasse ameaças; promover a segurança para viabilizar as ações e concretizar o objetivo anterior; e trabalhar com transparência, sobre as responsabilidades da AMISOM (WILLIAMS, 2018).

Sobre as quatro tarefas prioritárias, seriam elas: seguir com operações ofensivas contra o Al-Shabaab e todos os demais grupos armados; manter a presença da AMISOM por todo o país, a fim de legitimar suas ações com a ajuda das forças militares somalis; fornecer segurança para o transito livre e seguro de todos os envolvidos no processo de paz, além da segurança no processo eleitoral; e proteger as rotas de abastecimentos para a colaboração humanitária (a parte logística era reponsabilidade da União Africana e a ONU) (WILLIAMS, 2018, p. 58).

As seis tarefas essenciais da AMISOM eram: conduzir operações conjuntas com as forças de segurança somalis, além de contribuir para a orientação das forças de segurança do GFS; promover segurança para a prestação da assistência humanitária; realocar e reintegrar a população nas áreas recuperadas, além de desenvolver o diálogo entre a AMISOM e as populações – isso também permitiria uma atuação melhor da ONU e outros atores no país; possibilitar a proteção às autoridades somalis, ajudando estas na realização das funções de governo que são segurança e infraestrutura; proteger todas as instalações e pessoas ligadas a missão. Assim como o pessoal da ONU que executam funções mandatadas pelo Conselho de Segurança; e por fim, receber todos os desertores, conforme estabelecido em coordenação com a ONU (WILLIAMS, 2018, p. 59).

Em 2019 a AMISOM teve mais um mandato, de acordo com a resolução 2472[52] adotada pelo CSNU em 31 de maio de 2019, reforçando os objetivos dos mandatos anteriores, reafirmando o respeito pela soberania e liberdade política da Somália, além de condenar os ataques do Al-Shabaab ao país (AMISOM, 2019). Nesse mandato, além de todos os pontos anteriormente citados em outros mandatos, e o enfrentamento aos ataques brutais do grupo extremista Al-Shabaab, foi apresentado a intenção do CS em manter a configuração da AMISOM sob a revisão do Secretário Geral, além de participação do CS, sobre o envolvimento internacional no país após o ano de 2021, e isso incluía o papel da União Africana, da ONU e de outros parceiros internacionais (AMISOM, 2019).

A AMISOM teve seu mandato de 2019, renovado pelo Conselho de Segurança, no qual era reconhecido o progresso que a missão já tinha conseguido com os mandatos interiores, na garantia da paz e estabilidade no país, reduzindo os níveis de conflitos internos, e enfrentando o Al-Shabaab (que já havia recuado um pouco – perdendo parte do seu domínio no sul da Somália), mas notando a fragilidade dos ganhos sobre segurança

[52]A resolução enfatizou a preocupação com o grupo terrorista Al-Shabaab, e a segurança local. Ver mais em:< https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N19/160/44/PDF/N1916044.pdf?OpenElement>.

e situação política, foi implementado mais um mandato, visando não apenas a reparação das fragilidades dos mandatos anteriores, mas também pensando na eficácia e segurança no processo político e transição de 2020/2021 (AMISOM, 2019).

Esse mandato também estipulava o fim da AMISOM, que de acordo com a resolução 2628[53] do CSNU, autorizou o Conselho de Paz e Segurança na União Africana a remodelar a AMISOM com intuito de dar novas características a missão, então substituiu pela Missão de Transição da União Africana na Somália (ATMIS[54]), que entrou em vigor em 1 de abril de 2022 (AMISOM).

[53]A resolução 2628 foi adotada pelo Conselho de Segurança, em 31 de março de 2022. Ver mais em:< https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/306/06/PDF/N2230606.pdf?OpenElement>.
[54] Site oficial da ATMIS. Ver mais em:< https://atmis-au.org/>.

3 RESULTADO DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS

> [...] a violência que é comumente apresentada como tendo causas endógenas, não pode ser explicada adequadamente com referência às formações culturais, locais, ou ao fenômeno dos Estados Falidos (DARBY, 2008).

3.1 A AMISON em perspectiva: análise comparada com as missões anteriores

Desde que a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a intervir na Somália, em 1992, com missões de paz, o país passou por diversos processos de transição e atualização dos mandatos vigentes, sendo a substituições das missões, um forte agravante aos problemas locais. Vale ressaltar, que mesmo após o reconhecimento de falhas, a ONU nunca reconheceu o impacto de tais falhas como agravantes para os problemas locais da Somália.

Segundo Chomsky (2003), no final do século XX e início do século XXI, os Direitos Humanos e os princípios do Direito Internacional foram usados para justificar (Ver Quadro 1.) as Intervenções Humanitárias, através de ações unilaterais e de interesse das grandes potências. O autor ressalta que a ideia de um "novo internacionalismo[55], se justificaria pela intolerância a toda repressão brutal de grupos étnicos. Abaixo podemos visualizar uma tabela com os principais argumentos utilizados, para a justificativa de Intervir com Missões de Paz.

Quadro 1- Justificativa de Intervir com Missões de Paz

Realismo		Comunidade Internacional Contemporânea				Globalismo
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
O poder Exercido como direito	Auto-preservação	Aval do governo sujeito a intervenção	Falta de estrutura Estatal do Estado sujeito à intervenção	Concordância da Comunidade Internacional	Reconhecimento de valores e princípios universais	Autoridade Governamental Global

Fonte: Extraído e adaptado de Regis[56] (2007, p. 60)

O Quadro acima representa uma escala evolutiva em relação a justiça global não-estatal, responsável por liderar as Intervenções Humanitárias. Desse modo, a iniciativa

[55] Ideia defendida por Bill Clinton (Presidente dos Estados Unidos entre 1993-2001) e Tony Blair (Ex. Primeiro-Ministro do Reino Unido (entre 1997-2007) (LIMA, 2008).
[56] Ver mais em:< http://dhnet.org.br/direitos/sip/dih/regis_intervencoes_humanitarias.pdf>.

das missões não é condicionada a um único fato, mas pode ser considerada por mais de um (REGIS, 2007, p. 60).

De acordo com Fisher (2018, p. 2), na última década, o número de militares africanos atuando frente às missões de intervenção aumentaram, sendo sugerido frequentemente pelos líderes dos Estados africanos, que esses militares regionais sabem quais as necessidades e contextos locais de outros estados africanos, bem melhor do que qualquer intervencionista de outros continentes.

Vale evidenciar que, o conhecimento desses militares africanos, ajudou na tentativa de reconstrução das políticas locais e legítimas, diferente do que ocorreu com as missões da década de 1990. Além disso, a AMISOM foi totalmente administrada por militares somalis e ainda incorporou tropas de outros cinco países do continente africano, sendo uma das missões que mais se destacou nesse tipo de colaboração (FISHER, 2018, p. 2). Em parte, o sucesso da AMISOM se deu ao fato de ser uma das primeiras missões, com a micro gestão (mínima) de uma Organização africana – a União Africana (FREAR; CONNING, 2013).

Segundo Frear; Conning (2013, p. 8), durante a implementação da AMISOM, conquistar e manter o apoio popular foi fundamental. A AMISOM priorizou atividades locais, e usou laços culturais para atrair o apoio da população, fato que também difere das outras intervenções da ONU na Somália. Essas atividades locais incluíam reuniões com líderes comunitários, ambulatórios para tratamento de civis, além de doações de água potável, tudo isso foi pensado de forma estratégica, com o intuito de não cometer os mesmos erros de missões anteriores.

Entretanto, apesar da AMISOM ter características parecidas com as missões anteriores (ONUSOM I, UNITAF, ONUSOM II), ela enfrentou uma série de novos problemas, incluindo a ascensão de grupos terroristas dentro da Somália, que dificultam o progresso da missão, e o objetivo de assegurar a paz.

Segundo Victoria; Din (2011), as forças militares das missões da ONU foram encaradas pelos militantes do Al-Shabaab como invasores e, até hoje, ambas se confrontam constantemente – contribuindo para que o país ainda permaneça numa situação de instabilidade, semelhante à ocorrida dos grupos internos na tentativa de assumir o controle do país, desde a queda do governo Siad Barre, em 1991. Dado esse contexto, a AMISOM ao passo que logrou o caráter de *Peace Enforcement*[57] em julho de

[57] *Peace Enforcement Operations* (PEO), são ferramentas utilizadas pela ONU, aprovadas pelo Conselho de Segurança da Organização, que são utilizadas para a gestão de conflitos internacionais (SANTOS, 2017).

2010 – concedendo a possibilidade da utilização dos meios necessários para atingir seus objetivos de paz (GASPERIN; BEAKLINI, 2017, p. 102).

A seguir, serão mencionados alguns Bancos de Dados para a paz, que ajudam a mensurar o desenvolvimento da Somália na busca desse objetivo. Os Bancos escolhidos em questão, se destacam pela profundidade de análise e objetividade. É importante examinar o desenvolvimento da AMISOM com a renovação de mandatos e o enfretamento as novas ameaças, como o terrorismo, que uma das maiores preocupações da missão. Tudo isso pode ser visto a partir de uma análise mais profunda, que é feita através dos bancos de dados.

De acordo com uma análise do Instituto de Paz dos Estados Unidos[58] (IPEU), por causa do Al-Shabab, a AMISOM junto a Somália fortaleceu relações com os Estados Unidos, na tentativa de acabar com a ameaça à paz e enfraquecer as investidas do grupo terrorista. Ainda segundo o IPEU, forças especiais dos EUA treina e fortalece a capacidade operacional das forças somalis há vários anos. Esse fortalecimento da segurança somali ainda é uma questão crítica para enfrentar o Al-Shabab.

Segundo o *Kroc Institute for International Peace Studies*[59] *(KIIPS)*, uma das estratégias mais eficazes na busca pela paz na Somália, seria não excluir o Al-Shabaab das negociações, mas sim, encorajar a participação conforme tentam criar um processo de paz inclusivo. O KIIPS ainda destaca que, os EUA devem fazer um processo de desmilitarização da sua política, em favor da diplomacia, e deixar o papel de liderança na construção da paz para os civis em parceria com organizações da sociedade civil somali.

Segundo Williams (2018, p. 16), de 2009 a 2011, ocorreu uma descaracterização ocidental sobre o conflito e a falta de legitimidade do Governo Federal de Transição (GFT) - (2004-2012). Primeiramente o conflito somali foi descaracterizado inúmeras vezes, enquanto funcionários do governo dos EUA e membros da imprensa ocidental resumiam a violência no país, a um simples conflito entre um governo apoiado pelo Ocidente e um movimento terrorista, contudo, os somalis entendiam esse mesmo conflito

---

Disponível em:< http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/3605#:~:text=As%20Peace%20Enforcement%20Operations%20(PEO,o%20documento%20constitutivo%20da%20ONU.>.

[58]Site oficial do Institudo de Paz dos Estados Unidos (IPEU). Ver mais em:< https://www.usip.org/publications/2022/06/somalias-critical-transition-comes-amid-al-shabab-and-hunger-challenges>.

[59] Site oficial do *Kroc Institute for International Peace Studies (KIIPS*). Ver mais em:< https://peacepolicy.nd.edu/2012/01/25/al-shabaab-part-of-the-problem-or-part-of-the-solution/>.

como um confronto entre dois grupos radicais financiados e dirigidos por estrangeiros (WILLIAMS, 2018).

É importante evidenciar o papel da mídia, que não só cobriu o que acontecia na Somália, como também influenciou a opinião pública sobre a percepção acerca da colaboração enviada ao país. De acordo com Santos (2010, p. 11), a agenda pública é afetada e passa a influenciar pessoas a partir da intensidade de cobertura midiática que é dada a um determinado evento. A repetição e acompanhamento de um fato gera cada vez mais interesse público, e consequentemente leva ao desenvolvimento de uma opinião.

Vale enfatizar que a mídia ocidental não se apresentava como neutra no conflito somali, "o 'civilizado' mundo estava horrorizado com as cenas transmitidas, via satélite, que mostravam o 'espetáculo da fome na Somália'" (PREISS, 2005, p.9). Após conflitos com grupos de resistência locais, militares estadunidenses foram mortos e as imagens dos corpos foram expostos para o mundo.

Segundo Santos (2010), houve novamente uma pressão da população norte americana, que junto ao governo dos EUA, e deu início a retirada gradativa dos seus soldados em 1994, até que a própria ONU anunciou de modo formal o fim da missão, com retirada dos últimos funcionários em 1995. A ONU se retirou da Somália "deixando para trás uma situação não muito diferente da encontrada na chegada em maio de 1992" (SANTOS, 2010, p. 17).

De acordo com o departamento de pesquisa de paz e conflitos da Universidade de Uppsala[60], através das resoluções 2093[61] e 2111[62] o CS decidiu que o embargo de armas, imposto em 1992, não se aplica ao fornecimento de equipamentos miliares de apoio às forças de segurança do GFS, da AMISOM e de parceiros da ONU, entretanto, as armas também não podem ser utilizadas fora de serviço. Essa seria outra característica no mandato da AMISOM, diferindo-a das anteriores. Além de ter sido a missão que permaneceu mais tempo atuando na Somália (2007-2022).

Apesar da AMISOM ter sido renovada e ter durado mais do que as três intervenções anteriores, existem muitas críticas a ela, o que impulsionou a sua

---

[60] Site oficial do Departamento de Pesquisas de paz e conflitos da Universidade de Uppsala. Ver mais em:< https://pcr.uu.se/research/smartsanctions/spits-sanctions-list/somalia/>.

[61]A resolução 2093 destacou a importância de renovação do mandato da AMISOM até 28 de fevereiro de 2014, autorizando a tomar todas as medidas necessárias para cumprir o mandato. Ver mais em:< https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N13/250/96/PDF/N1325096.pdf?OpenElement>.

[62]A resolução 2111 destacou os critérios para as sanções e embargos de armas em território somali. Ver mais em:< https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N13/406/44/PDF/N1340644.pdf?OpenElement>.

substituição – o que para muitos, não passa de uma renomeação mantendo as mesmas características das demais intervenções (FISHER, 2018). Ver Quadro Abaixo:

Quadro 2- Operações de Paz na Somália e sua duração (1992-2022)

ONUSOM I	UNITAF	ONUSOM II	AMISOM
Abril de 1992 a Dezembro de 1992.	Dezembro de 1992 a Março de 1993.	Março de 1993 a Março de 1995.	Janeiro de 2007 a Março de 2022.
8 meses de duração	3 meses de duração	2 anos de duração	15 anos de duração

Fonte: Figura da autora[63]

Nesse período de onze anos sem intervenção, a Somália precisou enfrentar as consequências do fracasso das intervenções anteriores e agregado aos problemas que existiam antes delas, o país que já era dividido desde o processo de colonização, passou a se dividir ainda mais, com a formação de novos grupos em busca de poder e ocupar a posição de chefia no país, junto a outros tantos problemas internos que o país sofria, abriu margem para no início dos anos 2000, ocorrerem investidas de organizações terroristas no país (WISE, 2011).

Vale ressaltar que em todo o período pós-intervenções na década de 1990, a Somália seguiu sendo observada pela comunidade internacional, que achou necessário em 2006 um mandato com vigência no início de 2007 para uma nova missão, a AMISOM. Segundo Wondemagegnehu; Kebede (2017), a partir do início dos anos 2000, atores regionais e diversos setores da comunidade somali tentaram reconstruir a autoridade Estado, diante dos confrontos violentos por diversos grupos armados.

As tentativas de reconstrução foram resultado de um país devastado após o fracasso das intervenções da década de 1990; um modelo de pacificação fragmentado e a falta de atenção da comunidade internacional, sobre como lidar com os problemas locais, somalis, que necessitava de atenção (WONDEMAGEGNEHU; KEBEDE, 2017).

Segundo Williams (2013), a tarefa da AMISOM, a princípio, era de proteger o governo de transição na capital Mogadíscio, já que este governo era reconhecido internacionalmente, ao mesmo tempo em que era impopular em grande parte da Somália. Para a comunidade internacional era imprescindível apresentar condições (ainda que pouco eficientes), para uma tentativa de construção e solução política sustentável. O apoio internacional também significava que existia influência sob o novo governo estabelecido.

[63] Elaborado com base nos mandatos das missões: ONUSOM I, UNITAF, ONUSOM II e AMISOM.

De acordo com Wondemagegnehu; Kebede (2017), a AMISOM serviu como mais uma ferramenta para a tentativa de reconstrução e proteção do Estado somali. A proteção era necessária, pelo surgimento de ameaças, com o Al-Shabaab que controlava a maior parte do centro-sul do país, e da existência de várias facções somalis que se opunham as iniciativas da comunidade internacional, que seguiam com a iniciativa de restaurar a paz na Somália.

Ainda de acordo com os autores acima, a AMISOM foi criada para operar de forma diferente das tradicionais, em que se criou desafios para sua adaptação. Em primeiro lugar, a AMISOM teve que se adequar ao local, como sendo parte do conflito, protegendo as instituições federais de transição do governo somali, e realizando operações contra o terrorismo local.

Em segundo lugar, a AMISOM incorporou tropas vizinhas a sua força tarefa, com intuito de reforçar a característica de apoio local. E por fim, apesar de receber apoio da ONU, o apoio logístico não foi mais liderado por ela - como em missões anteriores – visto que, não se adequava já que havia sido projetado para operações tradicionais. Desse modo, a AMISOM passou a ser acompanhada pela União Africana (WONDEMAGEGNEHU; KEBEDE, 2017).

De acordo com Frear; Conning (2013, p. 4), a AMISOM usou estrategicamente o apoio político dos países que contribuíram com tropas, contando com unidades policiais formadas que se envolviam no desenvolvimento estratégico da missão. Além disso, houve a contratação dos Chefes das Forças de Defesa e outros funcionários que ocupavam cargos importantes militares e diplomáticos. Tudo isso facilitou as decisões em pedidos de apoio a missão, ganhando notoriedade, além do apoio nacional.

Entretanto, segundo o *Global Observatory IPI*[64]*,* apesar do apoio externo e das tropas que se integravam a missão serem de suma importância, elas levantavam debates sobre os objetivos da AMISOM. Ainda que a missão tenha recebido tantas colaborações no âmbito militar, com militares do Quênia, Etiópia, Egito, Sudão, entre outros, muitas tropas contribuintes passaram a travar suas próprias guerras de modo individual, utilizando a bandeira da AMISOM como forma de legitimação. Isso ocorreu, sobretudo, em enfrentamentos contra o Al-Shabaab.

Dentre as questões mencionadas, o formato da AMISOM parecia desgastado depois de tantos anos de implementação e renovações de mandatos, o que fez com que a

[64] Site oficial do *Global Observatory IPI*. Ver mais em:< https://theglobalobservatory.org/2022/01/revised-agreement-on-african-union-mission-in-somalia/>.

União Africana decidisse pelo fim da missão (AMADI, 2014). Mas sem encerrar por completo, já que a AMISOM se provou mais eficaz do que todas as outras missões anteriores, ocorreu então em abril de 2022 a transição para uma nova missão, a ATMIS.

3.2 O que mudou na implementação das missões da ONU em trinta anos

Falar em mudança nas Operações de Paz da ONU, é falar sobre o princípio do uso da força, que como visto anteriormente, a Somália (com a UNITAF, em 1992) foi palco de uma das primeiras intervenções, que teve o uso da força legitimado pela próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Segundo Faganello (2013, p. 75), a ampliação do objetivo do uso da força ocorreu, após as diversas experiências malsucedidas da década de 1990, que legitimaram o uso da força desproporcional, tornando os ambientes de atuação das intervenções ainda mais hostis e, portanto, não impediram quaisquer massacres e genocídios.

Segundo Bellamy; Wheller (2005), as missões de paz sempre tiveram o entendimento de fazer parte do sistema de segurança coletivo das Nações Unidas, logo, nunca precisaram de uma previsão expressa sobre suas implicações. Desse modo, não considerar medidas coletivas, contanto que o objetivo descrito acima seja atingido, é utilizado como argumento legal para as operações de manutenção da paz.

A complexidade das Relações Internacionais contemporâneas faz com que as posições em relação a adequação de tais operações de paz, sejam objetos de controvérsias entre os defensores dos Direitos Humanos e do regime Internacional (REIS, 2006).

Existe pouca clareza sobre as possíveis consequências entre o sistema internacional vertical, que é determinado pelas assimetrias de poder, e a lógica horizontal dos direitos humanos, desse modo, as intervenções de caráter humanitário, geram desconfiança não em relação a sua função, mas pela representatividade (ou falta dela) na estrutura de organização e dos processos decisórios, que estão cada vez mais centralizadas na análise da política internacional e dos direitos humanos (REIS, 2006).

Dentre os vários questionamentos levantados sobre as Operações de Paz na década de 1990, vale ressaltar que o Conselho de Segurança não conseguiu autorizar mandados suficientes ou fornecer recursos para manter as missões, além da falta de apoio político, e isso impactou diretamente em como elas foram executadas.

Segundo Branco (2003, p.84), para compreender as causas dos sucessos[65] e fracassos das intervenções da ONU na década de 1990, é necessário analisar a falta de experiência da Organização e os altos custos das missões. De acordo com o autor, diferentemente do que aconteceu em Moçambique em 1992 com a *United Nations Operation in Mozambique (UNOMOZ*[66]), os mandatos da ONU para a Somália eram muito mais ambiciosos, já que envolvia a ideia de uma reconstrução nacional.

Reforçou-se a ideia de que não havia como estabelecer a paz em áreas onde as armas ainda não haviam sido silenciadas, e dentre os principais exemplos de fracassos da ONU, destacam-se a Missão de Ruanda, *United Nations Assistance Mission for Rwanda* (*UNAMIR*[67]), *a United Nations Protection Force* (*UNPROFOR*[68]) na antiga Iugoslávia, e a Operação da ONU na Somália II (ONUSOM II), considerando as outras duas intervenções (ONUSOM I, UNITAF), que também falharam (UNITED NATIONS[69]).

Segundo Faganello (2013, p. 76), o uso da força quando usado de forma desproporcional, deslegitima e consequentemente atrapalha a eficácia das missões de paz, uma vez que, a população local passa a não ter mais confiança, o que desestimula a própria comunidade internacional em apoias as iniciativas das Nações Unidas. Como visto anteriormente, isso também ocorre através de uma pressão da mídia, que reforça o impacto negativo que as missões podem ter.

Para Santos (2017, p. 30), se fosse feita uma interpretação literal do que está disposto na Carta da ONU sobre o uso da forma, seria possível notar que não existe de fato um amparo jurídico que atrele a legalidade da intervenção humanitária, e o uso da força - como uma tentativa de justificá-los. Logo, o que se entende a priori, é que a auto interpretação do Conselho de Segurança, sobre o princípio do uso da força, foi o que permitiu a utilização desse meio em missões de paz.

Ainda de acordo com Santos (2017, p. 90-91), foi possível avaliar um raro consenso entre os membros do Conselho de Segurança a respeito da resolução 746 (que legitimava o uso da força das missões na Somália), e da natureza dos conflitos somalis,

---

[65] O autor destaca a missão de 1992 em Moçambique com a *UNOMOZ*, como um exemplo de sucesso, diferente do caso da Somália, com a ONUSOM II.

[66] Site oficial da missão em Moçambique. Ver mais em:< https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/onumoz.htm>.

[67] Site oficial da missão em Ruanda. Ver mais em:< https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unamir.htm>.

[68] Site oficial da missão na antiga Iugoslávia. Ver mais em:< https://peacekeeping.un.org/en/mission/unprofor>.

[69] Artigo sobre o início das manutenções de paz da ONU em 1948. Site oficial das Nações Unidas. Ver mais em:< https://peacekeeping.un.org/en/our-history>.

considerando a incapacidade Estatal de manter a paz no local, além de constituir uma ameaça à segurança internacional. Desse modo, os membros do CS agiram em conjunto, através das mesmas percepções, em que analisam que a Somália não tinha um governo legítimo – reconhecido pela comunidade internacional (SANTOS, 2017).

Países africanos como Quênia e Marrocos também se manifestaram a favor da decisão de intervenção e legalidade do uso da força, em que averiguavam o colapso da Somália, pela proporção de deslocados que recebiam em seus países (SANTOS, 2017). Desse modo:

> As discussões que resultaram na resolução 746 (1992b) mostram a pressão exercida pelos Estados africanos e mulçumanos sobre a necessidade de atuação imediata do CS na Somália [...]. A África ficaria satisfeita em ver uma melhor demonstração de uma disposição política por parte da comunidade internacional para lidar seriamente com a situação somaliana de uma forma que envie uma mensagem clara às facções em guerra que a continuação da carnificina não é [apenas] sem sentido, mas inaceitável (CS, 1992)[70].

As missões na Somália foram estabelecidas onde os conflitos existiam por causas maiores do que um simples desarranjo político, portanto, não havia como estabelecer a paz, sem antes reconhecer a causa interna dos conflitos, e para isso, seria necessário um olhar menos ocidentalizado e com outras perspectivas (FAGANELLO, 2013, p. 100). Ainda de acordo com Faganello (2013, p. 184-185), após inúmeras falhas das intervenções da ONU na década de 1990, relatórios apontaram a incapacidade das forças militares da ONU em impedir massacres e genocídios às populações civis; o aumento e fluxo de refugiados e deslocados; e todos os tipos de violações de direitos humanos.

Por causa das inúmeras falhas, e com o aumento das hostilidades, as missões passaram a não ser mais bem vistas, e com isso a reputação das Forças de Paz da ONU foi abalada. Com esse retrocesso na década de 1990, o Conselho de Segurança limitou o número de novas missões, iniciando assim um processo de reflexão para tentar evitar novas falhas em missões futuras (UNITED NATIONS). No início do século XXI, a ONU passou a examinar os desafios para a manutenção da paz, considerando as falhas anteriores, desse modo, através de reformas passou a fortalecer a capacidade de gerenciamento de conflitos, passando a sustentar efetivamente as operações de campo (UNITED NATIONS).

Além de todas as questões envolvidas na iniciativa de implementação das missões, Williams (2013) destaca os altos custos, diretos e indiretos, que os conflitos em África

[70] Tradução de Santos (2017, p. 91).

tiveram desde o ano 2000, totalizando em termos financeiros o equivalente a cerca de 900 mil milhões de dólares. Muito mais do que o gasto financeiro, fica evidente que a falta de flexibilidade das missões acaba causando esses prejuízos, que vão além do financeiro, e que afetam o cotidiano dos civis daqueles locais das missões.

De acordo com o KIIPS[71], desde a iniciativa da "guerra ao terror", tem sido difícil uma mudança social construtiva, que se concentre no ser humano de forma respeitosa, visto que, a política dos EUA aborda os ciclos de violência na Somália sem considerar os possíveis danos. Uma saída para essa mudança da estrutura política dos EUA em atuação na Somália, seria trabalhar com a experiência e perspectiva de somalis, que contribuiria com uma maior participação da sociedade civil no desenvolvimento de oportunidades econômicas e governança responsiva/coletiva, possibilitando mais propriedade na criação de uma paz sustentável (KIIPS, 2012).

Além de todas as questões sobre a necessidade ou não de novas intervenções na Somália, ficou claro que o país sofreu influência externa e com isso, o discurso ocidentalizado de Estado Falido permanece vigente, se tratando de Somália. Segundo Fisher (2018, p. 13), diversos líderes políticos da África Oriental, em suas próprias políticas, rejeitaram à imposição de rótulos sobre fragilidade do Estado, entretanto, não hesitaram em atribuir tais rótulos a Somália nos últimos anos. Diante disso, autoridades ugandenses tentaram persuadir parlamentares a votar a favor da contribuição de tropas da Uganda para a AMISOM em 2007.

Uma das principais justificativas para a iniciativa da ONU em intervir na Somália na década de 1990 e seguir com um novo modelo de intervenção, passando o poder de condução dela para a UA, foi com o propósito de reestabelecer o país e restaurar a paz (MORENO, 2014). Segundo dados do *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*[72], ainda não é possível sonhar com uma Somália estável, pois com a retirada da AMISOM, existe uma ameaça a todos os outros programas de estabilização no país.

Ainda de acordo com o *SIPRI,* em 2018 foi feito um levantamento com o número de mortes no país desde a criação da AMISOM em 2007, e de 43.769 mortes, aproximadamente 5.113 ocorreram na Somália por causa dos conflitos violentos.

Existe divergência para alguns autores como Williams (2013), quanto a eficácia e legitimidade da AMISOM nos seus primeiros anos de execução. De acordo com o autor,

---

[71] Ver mais em:< https://peacepolicy.nd.edu/2012f/01/25/removing-the-barriers-to-engagement/>.
[72]Site oficial *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI).* Ver mais em:< https://www.sipri.org/commentary/blog/2019/rethinking-stabilization-efforts-somalia>.

a missão foi considerada pela própria população somali como ilegítima, pois não conseguiu proteger os civis da violência - descumprindo um dos objetivos do seu mandato. Em contrapartida, a AMISOM passou a desenvolver esforços para reverter essa situação, o que ajudou no reconhecimento e legitimidade a nível local; o respeito pelo direito humanitário internacional e a eficácia da missão na Somália (WILLIAMS, 2013).

Segundo informações do *Geneva Peacebulding Plataform*[73]*(GPP),* em grande parte da África Oriental, em especial o Chifre da África, tem ocorrido grandes conflitos armados ao longo dos anos; continua a ganhar atenção internacional e tem sido cenário de frustração na tentativa de manter os esforços de construção da paz – contrastando com avanços positivos em outras partes da África.

Segundo Williams (2013), outro grande problema das Operações de manutenção da paz, é que além de não acabar com a violência; confrontar de forma eficaz grupos armados, e proteger os civis, ocorre ainda algo mais grave, inúmeros agentes que atuam nas missões são acusados de incompetência, corrupção e exploração sexual, pelas próprias pessoas das quais eles têm obrigação de proteger. Nesse caso, as intervenções que deveriam fazer parte da solução, se tornam parte do problema.

Ainda de acordo com Williams (2013), os Estados do ocidente, ao mesmo tempo em que pressionam pela realização de operações ambiciosas em África, se mostram relutantes na mobilização para o envio de soldados de seus países, preferindo oferecer assistência logística, treino e ajuda financeira. Isso explicaria o aumento de militares africanos em missões locais, como uma "falsa ideia" de protagonismo e reconhecimento dessa necessidade de protagonismo, quando na verdade se trata de uma estratégia dos países ocidentais, para não elevar ainda mais os custos das missões, com envio de militares próprios.

De acordo com o GPP, nas últimas três décadas as graves crises, guerras e conflitos internos tem comandado a agenda global para a mobilização de forças de paz, todavia, as medidas regionais e internacionais para tais eventos apenas produziram soluções a curto prazo, e em alguns casos, agravaram ainda mais os problemas locais. Apesar das crises na África Oriental serem diversas, o que dificulta a generalização para caracterizar tais eventos, alguns desafios para a construção de paz são semelhantes na

[73] Site oficial *Geneva Peacebulding Plataform (GPP)*. Ver mais em:< https://www.gpplatform.ch/sites/default/files/WPS%202%20-%20East%20Africa%20-%20Jok-Menkhaus-Sheek_1_0.pdf>.

maioria das regiões, incluindo: história da guerra civil, má governança, proliferação de armas de pequeno porte, construção do Estado e governos de transição, entre outros.

Para Williams (2013), as dificuldades na gestão das missões de paz é o que as tornam inviáveis, muitas vezes. Vale ressaltar que as missões que foram interrompidas e se revelaram insustentáveis, muitas vezes falharam pela falta de recursos. Isso quer dizer que no planejamento de Operações de manutenção da paz, é necessário não apenas um planejamento financeiro, mas sobretudo, uma mediação bem conduzida e que seja apoiada por dirigentes políticos relevantes, bem como a permanência em termos de organização.

Segundo Williams (2013), a ONU argumenta que dispõe de um grupo pequeno de especialistas em mediação, enquanto a União Africana não tem ninguém com esse domínio, o que faz com que a UA necessite do apoio da ONU, mesmo que não esteja a frente de missões no continente africano. Isso também pode ser visto como uma tentativa de justificar a influência sob missões lideradas por uma Organização africana em Estados africanos.

Segundo o Observatório de Relações Exteriores da Universidade de Lisboa[74] (OREUL), nos últimos anos as Intervenções Humanitárias das Nações Unidas, por vezes, só começam a agir após a imposição da paz através das forças regionais ou continentais, ou até mesmo, após o esgotamento delas. A manutenção da paz, em África, em parte, depende da colaboração da União Africana, bem como da colaboração e financiamentos diversificados, que assegurem também a liderança africana frente as missões. No caso da Somália, a AMISOM enfrentou problemas com a falta de equipamentos, de transporte e de comunicações (OREUL, 2010).

Em 2010 a ONU autorizou a *European Union Training Mission in Somalia (EUTM*[75]*),* seu objetivo consiste no treinamento militar, além de contribuir como um reforço para o Governo Federal Somali e das demais instituições no País. Essa missão surgiu como um complemento para a AMISOM, além de dar suporte com o treinamento de todas as tropas que foram fornecidas por outros países, para a AMISOM.

Segundo Amadi (2014), apesar do desenvolvimento de muitas pesquisas sobre isso, não existe mais um consenso entre os estudiosos, sobre o papel das operações de paz

---

[74] Ver mais em:< https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_3_3_6.pdf>.
[75] Contando com um total de 6 mandatos (renovados), e com o propósito de encerramento em dezembro de 2022, ajudando no processo de transição da AMISOM para a ATMIS. Ver mais em:< https://www.eutm-somalia.eu/>.

na política global, tendo em vista que, a intervenção na Somália foi enquadrada por inseguranças ocidentais sobre "desordem" no contexto do neoliberalismo. Isso não só causou sérios problemas a Somália, como reforçou a incapacidade do ocidente sob a sua auto intitulação de defensores da paz mundial.

Ainda de acordo com dados do Observatório de Relações Exteriores da Universidade de Lisboa (OREUL, 2010), 44% dos países africanos que superam o período de guerra civil, posteriormente, voltam a submergir em conflitos violentos nos cinco anos subsequentes. Isso mostra que para a obtenção da paz, não apenas a ausência da guerra importa, mas há necessidade de condições para a consolidação dela, que deve ser pensada a longo prazo.

3.3 Críticas à visão mainstream

Segundo Carneiro (2012, p.8), as intervenções humanitárias desempenhavam suas funções não só com fim humanitário, mas sobretudo, com um fim político através da utilização de um poderio militar e da cooperação entre as grandes potências, destacavam a importância de exercer influência sobre os países tidos como incapacitados de manter sua própria segurança. Assim, as grandes potências possuem um claro interesse nas intervenções, que é manter a abrangente estrutura de estados territoriais estáveis (MCQUEEN, 2004, p. 135). Desse modo:

> [...] a motivação para o envolvimento multilateral não cuidava tanto de evitar fricções neocoloniais quanto de preencher um vácuo de segurança num momento em que as superpotências já não estavam interessadas e/ou capazes de projetar a sua autoridade e proteger os regimes clientes. Esta é claramente uma das principais razões para o recrudescimento espetacular das missões de manutenção de paz da ONU após a Guerra Fria. Mas também é particularmente evidente naquelas partes de África onde os estados, subitamente sem suporte externo que lhes mantivesse a estabilidade, se viram confrontados com dificuldades inesperadas. (MCQUEEN, 2004, p. 131)

Na perspectiva chomskyana, são as grandes potências ocidentais que praticam crimes internacionais (crimes contra a humanidade, genocídio), através de Organizações como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)[76], nos dias atuais, em que se constrói uma noção de democracia e respeito aos Direitos Humanos, mas na prática ocorre uma inversão na perspectiva tradicionalmente aceita (LIMA, 2008, p. 131).

[76]Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), é uma Organização Intergovernamental formada por 30 países, que tem como objetivo garantir a liberdade e segurança dos países membro através de ações políticas e militares.

Segundo Lessa (2015), os problemas políticos-administrativos das Somália, são consequência de um passado recente e fruto dos diversos conflitos geopolíticos do Chifre da África, bem como a incapacidade dos Estados modernos ocidentalizados, de se adequar à realidade das sociedades africanas tradicionais.

Segundo Bizzaria (2012), no discurso utilizado pelos Estados Unidos, pós-intervenção humanitária, a ótica do conflito se baseava em: vítimas e opressores – o segundo ligado diretamente aos clãs – além da utilização de falas carregadas de estereótipos, para corroborar também com a ideia sobre como se caracterizava a natureza da população somali. Essa percepção dos EUA baseava-se principalmente na noção de que os somalis e os conflitos internos do país, não passavam de disputas violentas e irracionais de um povo naturalmente agressivo (BIZZARIA, 2012).

As primeiras intervenções na Somália foram uma tentativa (falha), de mostrar ao mundo a capacidade ocidental para resolver problemas. Além disso, houve a criação de uma estabilidade momentânea, que aparentava minimizar a desordem causada pelas intervenções, entretanto, as intervenções falharam pelo excesso de imagens incontroláveis, que mostravam ao mundo a diferença local de perspectiva dessas missões, reforçando a lacuna que separa a ideologia neoliberal da realidade do mundo (AMADI, 2014, p. 33).

Para Bizarria (2012), a própria construção do argumento utilizado pelos Estados Unidos sobre a Somália e seu povo como primitivos e agressivos, influenciou na forma como o conflito foi visto pelo público, e através da mídia. Que incessantemente divulgava imagens impactantes de corpos jogados pelas ruas das cidades, e justificava aquelas imagens de sangria, como a selvageria interna de grupos historicamente violentos e atrasados em desenvolvimento.

Segundo Mata (2014, p. 30), se faz necessário um olhar crítico para examinar as relações hegemônicas e a própria conformação da tendência hierarquizadora. Essa tendência visa desmistificar a qualidade pejorativa de inferioridade intrínseca e de pertencimento a um local/lugar naturalmente posto como subalterno, além de dar voz às minorias que acabam sendo silenciadas pela narrativa dominante, contrapondo aqueles que se apossaram da verdade tornando-a fato.

Essas narrativas afetam a natureza da violência e excluem outras vozes no cenário internacional, ou seja, expõe abordagens e narrativas muitas vezes equivocadas, e como consequência disso, não só impactam como estimulam o problema, se colocando à frente da construção de narrativas universais (BIZZARIA, 2012).

No caso somali, as operações de paz lidaram com a problemática somali com uma visão inovadora, todavia, utilizando padrões discursivos e estéticos, (re)produzindo com frequência a construção de estereótipos, reforçando preconceitos e processos violentos de racismo, similar às práticas coloniais que não apenas silenciava outras narrativas como apenas enfatizava a dominante (BIZZARIA, 2012).

Vale ressaltar o suposto altruísmo dos países à frente das intervenções humanitárias, que por sua vez, acabam não tendo de fato soluções a longo prazo (MATA, 2014, p. 29). As intervenções acabam sendo imediatistas, embora, apresentando-se a comunidade internacional como protetoras do mundo, apenas reforçam a dimensão eurocêntrica das intervenções.

De acordo com Moreno (2011, p. 85), os países interventores junto à ONU argumentam, que os principais problemas enfrentados para a eficácia dos esforços da ONU de reconstrução e modernização dos seus Estados, são decorrentes de uma violência supostamente intrínseca a estes países colonizados. Desta forma, as Operações de paz, seguem a lógica modernizadora da época colonial, dividindo entre o Ocidente e o Oriente, classificando a sociedade em grupos, e atuando com intervenções cada vez mais invasivas (MORENO, 2011, p. 86).

É neste contexto, portanto, que podemos observar o fracasso das intervenções humanitárias da ONU na Somália, partindo do pressuposto de que a visão eurocêntrica na qual estavam pautadas as missões foram a base para a forma como ocorreu a implantação e execução delas em território somali.

Para Carneiro (2012, p. 12), o início das intervenções com objetivo humanitário começou a fracassar desde a sua origem, impulsionadas pela falta de controle e de neutralidade[77] sobre elas, gerando conflitos locais constantes. Tudo isso reforça ainda mais o conceito de um Estado de natureza Hobbesiano, que sugere a ideia de um ambiente naturalmente violento, em que o Estado não possui condições mínimas para a sua manutenção e garantia da segurança. Desse modo, as guerras civis tornam a Somália incapaz de exercer a vida política e social do país, se não, com amparo internacional.

Para Moreno (2014), o principal problema enfrentado pela Somália, estava atrelado à sobreposição de elementos atrelados à modernidade da sociedade somali. A

[77]A neutralidade nesse caso está relacionada à falta de atenção ao objeto de estudo local, ou seja, neutro em relação a todo o contexto interno e histórico a respeito dos motivos centrais para os conflitos e em como levar em consideração a própria questão cultural e de identidade, poderia levar a outros resultados, que não, o fracasso da missão. (CARNEIRO, 2012, p. 12)

concepção de uma Somália baseada, exclusivamente, em um sistema de clãs, reforçou o entendimento antropológico sobre a formação do Estado, indicando como deveria se mover (MORENO, 2014). A falta de entendimento sobre a importância e complexidade da sociedade somali e a estruturação dos clãs, é uma forma de justificativa ocidental sobre a ineficácia das missões.

A sociedade somali apresenta dinamismo e complexidade, assim como, uma variedade de identidades sociais que se modificam e substituem as identidades clânicas. A identidade que se apresenta em um determinado momento, é contextualmente específica e historicamente condicionada, o que contrapõe o argumento do discurso dominante, que define essas identidades como imutáveis (MORENO, 2014). Isso sugere que há falta de entendimento sobre o local de atuação, o que dificulta a eficácia das missões.

Após o fim da ONUSOM I, UNITAF, e ONUSOM II, a ONU seguiu associando o caos interno da Somália à falta de estabilidade estrutural, tornando o ocidente mais uma vez, legitimo ao posto de protetor dos direitos humanos. Logo, ocorreu não só uma marginalização sobre os grupos locais somalis, como foi esse tipo de discurso que caracterizou a ONU como uma inimiga para os somalis, intensificando a rejeição a ela (ESTRE, 2011, p. 11).

A disputa de poder entre a ONU e os EUA com as intervenções humanitárias – lembrando que a UNITAF foi liderada pelos EUA, e a ONUSOM I e II tiveram a própria ONU à frente, gerou um grande desconforto, além de tirar o foco central que era a ajuda humanitária (MORENO, 2011). Essa disputa de poder se baseava na intenção de tomada de decisões perante o outro, em que tanto os EUA quanto a ONU queriam demonstrar quem tinha mais autonomia e poder sobre as intervenções.

Para Allard (2002, p.80), os Estados Unidos continuam tendo grande influência não só na Somália, mas como em todo o continente africano, e consegue projetar seu poder quando necessário, ao mesmo tempo em que evita compromissos indefinidos à custa de suas outras responsabilidades em todo o mundo.

De acordo com Moreno (2014, p. 54), o fracasso das intervenções lideradas pela ONU, foi resultado exclusivamente dos próprios enganos cometidos pelos agentes das missões humanitárias na Somália. Além da ONU simplificar as causas do conflito, o que impedia uma visão neutra nas atuações, uma vez que, utilizaram modelos ocidentais de intervenções como um padrão.

Vale ressaltar que, apesar de serem entendidas como mecanismos de apoio em busca da restauração da paz social, as intervenções humanitárias, por utilizarem uma ótica ocidental com discursos dominantes, continuam tendo participação nos desdobramentos de novos conflitos, como resultado da ineficácia das missões, além de reforçar as rivalidades que hoje impacta diversos Estados pós-coloniais (MORENO, 2014, p. 56).

Desse modo, dentre as principais críticas às intervenções da ONU, destaca-se a própria falta de preparo da ONU em não só simplificar os problemas internos somalis, resumindo-o a uma simples distribuição de alimentos, para tentar sanar o problema da fome, mas também, pela burocracia (SAHNOUN, 1994).

Segundo Williams (2013), seria fundamental o reconhecimento sobre os objetivos e impactos das intervenções humanitárias, identificando de que forma e quando seria o melhor momento para encerrar sua atuação em um país. Ainda de acordo com o autor, essas são questões pouco debatidas, e quanto maior o consenso internacional sobre estas questões fundamentais, melhor seria o aproveitamento para outras missões. A falta de um consenso dificulta a elaboração de estratégias para a retiradas das missões, assim como impede uma análise mais sistematizada do seu desempenho, e isso seria primordial, no caso de intervenções cujos mandatos abrangem a reconstrução do Estado; reforçam a autoridade de um Estado em face de opositores armados (como no caso da AMISOM).

Segundo Estre (2011), dentre os motivos já mencionados, que contribuíram para que a ONU e seus agentes fossem rejeitados e hostilizados, destaca-se também a falta de atenção às características históricas de formação do Estado somali, negligenciando as violências cometidas pelos países europeus no processo de colonização. Logo, parte da responsabilidade pela instabilidade pós-descolonização não é, como muitos parecem acreditar, resultado de alguma inaptidão, incapacidade, de uma condição historicamente anterior, inferior, dos povos não europeus (ESTRE, 2011, p. 12-13).

Para Amadi (2014, p. 28), as grandes potências ocidentais retratam as crises de países subdesenvolvidos, como uma constante em um mundo pós-colonial, no qual o Ocidente, regularmente, rejeita a responsabilidade sobre os efeitos do colonialismo. Moreno e Fernandez (2014, p. 59), destacam que os ativistas de direitos humanos que trabalhavam nas intervenções da ONU na Somália, perpetuavam a ideia de que os somalis eram guerreiros naturais, o que por sua vez, explicava a natureza violenta e a forma como eram tratados – para eles, intrínseco dos países periféricos.

Em situações de guerra civil com Estados considerados colapsados, a solução proposta pela ONU acaba se tornando uma imposição generalizada de um modelo liberal,

considerando a ajuda humanitária como eficiente. Além disso, o modelo liberal dessas intervenções, acredita que com a imposição elas conseguem abordam o cerne dos problemas da anarquia e tirania, ao passo que consegue fazer uma reconstrução democrática, baseada em direitos institucionais, desse modo, estaria resolvendo a causa do problema à medida em que cumpre o propósito da missão (AMADI, 2014, p. 32).

Para Smith (2008, p. 2), antes de analisar todas as possíveis contribuições africanas para a compreensão das RI, é necessário esclarecer o que se entende por "africano" nesse contexto, e sobretudo, quem pode falar em nome de "África". Muitos levantam esse questionamento, e diversos estudiosos têm trabalhado para chegar a um consenso sobre isso, mas permanece indefinido.

No período colonial, parte desse projeto era o silenciamento das narrativas locais, e retratava os africanos como incapazes de falar por si, e isso só mudou com as lutas de independência e conquista da soberania, em que as vozes africanas finalmente foram ouvidas (SMITH, 2008, p. 2). Existe ainda a tentativa de invalidar, no campo científico, a produção de muitos intelectuais africanos, que migraram de seus países e tiveram sua carreira profissional na Europa.

Segundo Smith (2008, p. 3), a produção de conhecimento é uma atividade que não pode ser determinada geograficamente, desse modo, toda produção de "conhecimento africano" é válida, e isso também se aplica aos intelectuais africanos e africanistas que exercem suas produções no Ocidente. O reconhecimento da pluralidade das fontes de conhecimento africano, fortalece a produção de conhecimento.

Vale ressaltar que o termo "africano", é utilizado conscientemente, como uma generalização. No entanto, a justificativa para isso é que no contexto das falas anteriores, refere-se as semelhanças e diferentes experiências africanos, considerando que todas são periféricas e amplamente excluídas do núcleo de Relações Internacionais (SMITH, 2008, p. 3).

Ainda de acordo com Smith (2008, p. 3), durante um simpósio internacional sobre globalização e ciências sociais na África em 1998, defendeu-se que o conhecimento africano deve seu desenvolvimento a uma série de fatores e tradições intelectuais, que possui origens tanto exógenas quanto endógenas, logo, não existe um conhecimento unificado sobre África. Isso não quer dizer que o *mainstream*[78] possui domínio sobre a própria história da África, ou mais do que os próprios africanos.

[78] Tradicionais; visão ocidental.

Segundo Bizzaria (2012), se faz necessária uma análise crítica, com o objetivo de desconstruir o caráter de inevitabilidade, neutralidade e universalidade das normas internacionais contemporâneas, quando aplicadas em operações de paz. Bem como, a observação sobre os impactos das intervenções, e a importância de dar voz à narrativa local, com o objetivo de melhorar os resultados das missões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise dos diversos fatores que envolveram o processo de colonização somali, e todos os problemas oriundos dele, não há como ignorar o impacto disso na vida e desenvolvimento de toda uma sociedade. É possível perceber que a crise nas estruturas políticas, sociais e econômicas da sociedade e do Estado somali, atravessa os cenários de conflito, para além de uma mera crise política que abala as estruturas internas. O problema da Somália é extremamente mais profundo, e que necessita de um olhar menos carregado de certezas.

Através de seus colonizadores, com o processo de separação e junção dos grupos étnicos e clãs; que possuíam divergências – separando grupos de mesma identidade étnica e cultural, e juntando outros sem uma mesma identificação, contribuiu para o início do que se tornaria uma das maiores causas para os conflitos somalis.

O ocidentalismo, que está enraizado em todas as histórias reproduzidas, nos faz acreditar que existe uma verdade única, quando na verdade não há. É necessário um olhar crítico para enxergar por outras lentes o mesmo problema. Evitando o estabelecimento de práticas e discursos homogeneizantes, que visam à manutenção do domínio *mainstream*. Em meio a isso, existe uma lacuna que só pode ser preenchida com o reconhecimento, e devido espaço que deve ser dado as narrativas locais.

No quadro abaixo (Ver quadro 3.), podemos visualizar as principais observações feitas pelos bancos de dados que mensuram a paz, em relação aos conflitos somalis. Esses Bancos de Dados fornecem análises detalhadas das mais diversas variantes dos conflitos somalis, bem como, ajudam a elucidar os maiores desafios para a paz local.

Quadro 3- Bancos de Dados para a Paz e suas principais observações sobre a Somália

BANCOS DE DADOS	PRINCIPAIS LEITURAS
Departamento de Pesquisa de Paz e Conflitos da Universidade de Uppsala	Destacou os mandatos sobre a AMISOM e a mudança de entendimento sobre o embargo de armas na Somália. Considerando a utilização apenas para as missões de paz.
Kroc Institute for International Peace Studies	Reforçou a preocupação com o grupo Al-Shabaab, e necessidade de inseri-los nos debates políticos do País. Ao mesmo tempo em que enxerga a urgência de desmilitarização dos EUA em território somali, para amenizar os conflitos com o grupo terrorista.

Stockholm International Peace Research Institute	Enfatizou que não é possível, ainda, imaginar um cenário em que a Somália tenha algum tipo de estabilidade. Exemplificando que mesmo com a AMISOM atuando, o país contou com um grande número de mortos em conflitos violentos.
Geneva Peacebulding Plataform	Ressaltou que o Chifre da África tem sido palco de conflitos constantes nos últimos anos, e que lideram a agenda global. Todavia, as ações internacionais e regionais para lidar com esses eventos, apenas soluciona os problemas a curto prazo. O que não cessa o problema e ainda o agrava.
Global Observatory IPI	Analisou que apesar do apoio regional e a inserção de tropas militares de outros Estados africanos, a AMISOM teve que lidar com um problema inesperado, na qual se referia a batalhas paralelas (especialmente contra o Al-Shabaab), que ocorriam entre as tropas desses outros países, utilizando o nome da AMISOM.

Fonte: Figura da autora[79]

Os dados demonstram que apesar do avanço da AMISOM, e de todas as medidas tomadas com o intuito de salvaguardar o povo e cessar os conflitos locais, o que tem ocorrido durante os últimos trinta anos é uma repetição de erros. Na qual os Órgãos Internacionais, como a ONU, tratam os problemas em uma esfera internacional, mas que de fato, não se preocupam em sanar os problemas de forma definitiva.

A preocupação com o AL-Shabaab foi uma das principais justificativas para a criação da AMISOM, após o 11 de Setembro. A AMISOM seguiu mantendo os interesses de países como os Estados Unidos, ainda que, tenha sido liderada pela União Africana. Se tornando um meio menos direto de atuação da ONU, mas sem perder a influência sob o País. Isso reforça mais uma vez que o interesse do Ocidente na África não é uma questão especulativa, mas de interesses, por vezes, velados.

Dentro dessa perspectiva, analisou-se as justificativas na implementação e execução das intervenções humanitárias, assim como a validação delas pela própria comunidade internacional. No caso da Somália, ficou claro que a falta de preparo da Organização das Nações Unidas, que não tinha o propósito de sanar os problemas locais, mas sim, reproduzir um modelo de missão padronizado, sem considerar quaisquer fatores internos, esperando que surtisse resultados, foi um, entre outros, (muitos) erros da ONU que culminaram no fracasso das intervenções.

[79] Elaborado com base nos bancos de dados acima.

Vale enfatizar também o papel da mídia estadunidense, que em todas as missões humanitárias exerceu algum tipo de influência sob a execução; substituição; ou retirada das missões. Isso mostra que além da influência externa da comunidade internacional em território somali, outro fator externo também afetava não só a percepção das pessoas em relação as missões, como também avaliava de modo indireto a eficácia ou não, mensurando a eficiência dos resultados através de uma opinião, longe da neutralidade. A Somália passou por décadas de conflitos ao mesmo tempo em que sofreu descaso da comunidade internacional, e só após surgirem imagens do sofrimento somali; com somalis famintos, a opinião pública pressionou o Governo dos Estados Unidos e este passou a intervir junto a ONU.

A mídia moldou a forma como as missões foram vistas, e transformou a opinião popular em um novo tipo de ferramenta que, reforçou a marginalização sob a população somali, na medida em que divulgava imagens apelativas, e muitas vezes distorcidas sobre os conflitos internos que ocorriam na Somália. É importante destacar, que mesmo com o peso da influência midiática no conflito somali, poucos estudiosos se debruçaram para investigar esse fato. Nos estudos de Relações Internacionais, apesar da relevância do tema, ainda é pouco discutido a importância da mídia, e como ela pode impactar em diversos cenários – conflituosos ou não, o caso da Somália é mais um exemplo disso.

Dentre outras críticas que justificaram o fracasso das intervenções na Somália na década de 1990, se deu principalmente ao caráter imediatista que as missões da ONU possuíram. Não apenas por não tentar se integrar aos fatos que culminaram nas guerras civis, mas também por ignorar, deliberadamente, o impacto do processo de colonização e seus efeitos a longo prazo. Foi visto que, a própria separação da sociedade somali ocorreu no período da colonização, na qual povos com identidades étnicas iguais, foram separados, enquanto grupos diferentes foram colocados juntos para conviver. Isso não só afetou a harmonia da sociedade, como incitou ainda mais os conflitos civis.

Diante dessa falta de reconhecimento histórico sob os conflitos somalis, a ONU passou a tentar justificar a ineficácia das missões como sendo por uma causa local, considerando que existia uma falta de civilidade da sociedade somali, e isso reforçava todas as características pejorativas e carregadas de pré-conceitos que a visão eurocêntrica e ocidentalizada fazia. Enfatizando que os somalis eram um povo historicamente violento e agressivo, e por isso, não se deixavam ajudar. Isso não só tirava a responsabilidade da ONU no fracasso das missões de paz, como responsabilizava todos os demais, no local de atuação das missões.

É nesse sentido que a perspectiva crítica nas RI foi importante, não apenas por questionar toda a lógica da narrativa dominante, mas por descaracterizar toda a invalidação sobre a produção de conhecimento fora do padrão Ocidental. Portanto, as teorizações críticas sob o modelo liberal das intervenções humanitárias, se conectam pela relevância da análise, enfatizando as contribuições de atores excluídos, oprimidos e marginalizados na produção de conhecimento. O arcabouço teórico crítico é o que fornece reconhecimento às outras narrativas, com o intuito de trazer contribuições significativas no desenvolvimento de novas pesquisas. Além de dar legitimidade a todos aqueles que foram excluídos da sua própria história.

Desenvolver uma investigação e análise histórica de uma país, de uma sociedade, não é algo simples, sobretudo por se tratar de temas tão sensíveis quando a cultura e identidade de um povo, e que no campo das Relações Internacionais, com destaque nos estudos de segurança internacional, e teorias críticas se tornam aspectos fundamentais nas abordagens e análises metodológicas utilizadas nesta pesquisa.

Desse modo, o presente trabalho não teve a intenção de descredibilizar a atuação da ONU e das missões de paz, ao invés disso, mas, propôs-se a fazer uma breve contextualização do processo histórico-social da Somália, com o intuito de fornecer não só uma outra lente para enxergar os conflitos internos, como para apresentar a importância que outras narrativas têm, partindo do pressuposto de que não existe uma história com fatos únicos e acontecimentos específicos, mas sim, diversas perspectivas, que consequentemente influenciam na apresentação e compreensão dos fatos.

A metodologia da perspectiva crítica permitiu trazer questionamentos, outrora não reconhecidos, como o questionamento sob os reais objetivos das grandes potências na região da Somália, que como visto, tem grande importância geopolítica. Além disso, a perspectiva crítica analisou diferentes atores sociais, que disputam poder e o papel de ditar as normas políticas e sociais na Somália. As disputas clânicas, que possuem explicação histórica para os conflitos, são usadas como justificativa de insegurança local, e nesse sentido, abre margem para atores dominantes impor seus discursos e normas de segurança externa (pautadas na lógica liberal), com o intuito de restaurar a paz desses locais, chamados de Estados Falidos.

As primeiras intervenções na Somália, foram uma tentativa de demonstração de poder, junto a narrativa dominante, que legitimava as intervenções com a ONU, como protetora do mundo. Com a falta de sucesso na primeira missão, a resposta veio com a substituição e implementação de mais poder, tendo os EUA à frente do comando. Apesar

de ter o mesmo objetivo final, reestabelecer a paz, a segunda missão falhou, sendo novamente substituída pela terceira, e que teve maior repercussão, já que se utilizou da força (legitimada) para a execução da missão. A missão fracassou desde a sua implementação, até a sua retirada, com ataques diretos a civis; com o receio da população; com a falta de conhecimento local, não apenas estratégico e tático, mas por permanecer com um olhar enviesado, enxergando o conflito como o "eu", civilizado e o "outro" que necessitava de pacificação e não era civilizado.

Uma das principais mudanças nas missões da ONU, na década de 1990, se deu ao uso legitimado da força em 1992. Essa foi a primeira vez em que o Conselho de Segurança autorizou tal ação em missões de paz, e refletiu diretamente nas consequências e fracassos das missões posteriores. O uso da força foi usado como um mecanismo para impor as missões no território somali, ao passo em que justificava tal mudança com o intuito de salvaguardar os militares responsáveis pelas missões.

O discurso da ONU, mais uma vez, reforçava uma necessidade de proteção a uma agressividade da população local, o que supostamente dificultava a execução das missões, e a restauração da paz, que era um dos principais objetivos do mandato. Todavia, isso reforça que a ONU não reconhecia a sua incapacidade de adequação das missões para atuar na Somália, e com a legitimação da utilização de todos os meios necessários – o uso da força, tentou lidar com os conflitos internos, causando ainda mais conflitos.

Portanto, a partir da investigação sobre as justificativas para a implementação das intervenções, conseguimos analisar as principais mudanças nas Operações de Paz da ONU, nos anos seguintes ao fracasso das missões da década de 1990 em território somali. A própria reorganização das estruturas das missões e o claro interesse na região da Somália, que apesar de passar por um período de onze anos sem intervenção, nunca deixou de ser observada pela comunidade internacional, que em 2007, com o objetivo de não perder sua influência na região, passou a intervir com uma nova missão chamada de AMISOM. Basicamente se tratava de uma missão com uma falsa ideia de poder local, mas que seguiu sob influência da ONU e outros atores internacionais.

É importante ressaltar esses apontamentos sobre o desenvolvimento das missões e suas consequências, em que um país que já não tinha um amparo internacional, passou a lidar com investidas invasivas de atores internacionais, e impactou significativamente da tentativa de sobrevivência do povo somali. Desse modo, levantar tais observações ajuda no desenvolvimento de uma agenda de pesquisa sobre os estudos críticos e de paz, e mesmo nas Relações Internacionais, ajudam a dar mais reconhecimento sobre outras

narrativas; cientes também, da necessidade de ampliação da perspectiva crítica no desenvolvimento teórico das ciências sociais.

Ainda para à disciplina de RI, pode ser desenvolvida uma agenda de pesquisa com o seguinte propósito: reforçar e intensificar a necessidade de estudos com as narrativas de somalis sobre a política internacional para os países africanos, desenvolvendo uma análise crítica, sob uma perspectiva local. Outra contribuição, se daria com o desenvolvimento de conscientização da ONU, não apenas sob o seu papel, mas a flexibilidade que é necessária quando considerado uma missão de intervenção; os moldes flexíveis permitiriam adaptações às condições que podem surgir no local das missões.

REFERÊNCIAS

AFRICAN UNION. **AU in a Nutshell. 2016**. Disponível em: < http://au.int/en/about/nutshell>. Acesso em: 21 julho, 2022.

ALEXANDRE, A. M. G. **Uma Análise Geopolítica do Corno da África**. Revista de Ciências Militares, novembro, 2020, VIII (2), 13-43.

AMADI, I. **An analysis of peacekeeping strategies in Africa: The case of the African Union mission in Somalia (AMISOM).** Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Artes e Gestão de Conflitos) – Universidade de Nairóbi, Quênia, 2014.

ALLARD, K. **Somalia Operations: Lessons Learned.** CRRP Publication Series, 2002. p.1-97

AMISOM 2011 Press Release – **AMISOM Disciplinary Hearings**. Disponível em:< http:// amisom-au.org/2011/09/amisom-disciplinary-hearings/>. Acesso em: 01 de julho, 2022.

AMISOM. **Amisom Mandate. 2006-2007**. Disponível em: <https://amisom-au.org/mandate-2006-2007/>. Acesso em: 03 julho, 2022.

AMISOM. **Amisom Mandate. 2016**. Disponível em: < https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2297(2016)>. Acesso em: 05 julho, 2022.

AMISOM. **Amisom Mandate. 2019**. Disponível em: < https://amisom-au.org/wp-content/uploads/2019/11/UNSCR_2472.pdf>. Acesso em: 03 julho, 2022.

AVANCI, Michelle. **Entre Estado e clãs: A estrutura sócio-política da Somália**. Relações Internacionais no Mundo Atual, v. 1, n. 20, p. 275-306. Curitiba, 2015.

AZEVEDO, C. C. **Das Intervenções Humanitárias no Cenário Pós-Guerra Fria: Um Estudo de Caso da Somália – 1993 a 1995**. Caderno de Relações Internacionais– V.3, N.4 (2012).

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Database**. Total GDP 2002. World Bank, July 2003.

BARTH, F. **Sohar: Culture and Society in na Omani Town**. Jornal Washington, Vol. 38, Ed. 1, 1984, p. 24

BELLAMY A.; WHEELER, N. Humanitarian intervention in world politics. In: BAYLIS, J. e Smith, S. (org). **The Globalization od world politics: Na introduction to international relations**. Nova York: Oxford University Press, 2005.

BELLAMY; A. **A responsabilidade de proteger e o problema da intervenção militar.** Assuntos Internacionais. Volume 84, Edição 4, Julho de 2008, P. 615-639, https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2008.00729.x.

BIZARRIA, M. **As sociedades pós-coloniais e a atuação da ONU: Estudos críticos das Operações de paz no continente Africano**. Instituto de Relações Internacionais, 2012. Disponível em: <http://docplayer.com.br/23497659-As-sociedades-pos-coloniais-e-a-atuacao-da-onu-estudos-criticos-das-operacoes-de-paz-no-continente africano.html>. Acesso em: 13 de Setembro, 2021.

BOAHEN, A. A. **História geral da África**, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. p. 1040.

BOBBIO, N. Diário de um século. **Autobiografia**. Rio de Janeiro: Campus. 1998.

BOWDEN, M. **Falcão Negro em Perigo:** a história de uma Guerra Moderna (tradução) Cássia Maria Nasser). São Paulo: Editora Landscape, 2001.

BRANCO, L. C. **As Missões da ONU na África Austral: Sucessos e Fracassos**. Nação e Defesa: Instituto da Defesa Nacional. 2ª Série;Nº 105. 2003. Disponível em:< https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1401>. Acesso em: 05 de Setembro, 2022.

BRANDÃO, P. R. B. **Excertos da Geografia Somali na Literatura: Uma Apreciação da Obra "O pomar das almas perdidas".** Geosul, Florianópolis, v. 33, n. 68, p.350-365, set./dez. 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2018v33n68p350

BRUNSCHWING, H. **A partilha da África Negra** – tradução SILVA, J. J.— São Paulo: Perspectiva, 2004.

CALLEJAS, J. S. Z. **Más de Dos Décadas de La Falla Estatal em Somalia**. Revista de Ciencia Política. N. o 2. Medellín, Julho, 2013. ISSN 2339-321

CARDOSO, N. C. F., OLIVEIRA, G. Z. **Intervenções Militares Africanas: Da OUA à UA.** 5º Encontro Nacional da ABRI: Redefinindo a diplomacia num mundo em transformação. Belo Horizonte, julho de 2015.

CARNEIRO, W. P. **Assistência humanitária no Pós-Guerra Fria: O triste fim da neutralidade?** Revista de Estudos Internacionais, Vol. 3, 2012.

CARVALHO, A. R. **Intervenções humanitárias, soberania e interesses estatais:** obstáculos à construção de um regime internacional de direitos humanos**.** Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2003.

CEPIK, M.; KUELE, G. **Inteligência em Operações de Paz da ONU (1945-2000).**. Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Vol. 10, n. 1, jan-jun. 2015 (p.21 a 38).

CHOMSKY, N. **Uma nova geração decide o limite: os verdadeiros critérios das potências ocidentais para suas intervenções militares**. Rio de Janeiro: Record. 2003.

CORRÊA, R. **Guerra civil na Somália e suas consequências.** Salão do Conhecimento, [S.l.], set. 2016. ISSN 2318-2385. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/7069>. Acesso em: 13 set. 2021.

Department of Peacekeeping Operations (DPKO). Disponível em:<https://peacekeeping.un.org/en>. Acesso em: 15 de Junho, 2022.

DIN, V**. Understanding Terrorism in the Horn of Africa: American Perceptions of Somalia, Kenya, and al Qaeda**. 2011. CMC Senior Thesis. Disponível em: <http://scholarship.claremont.edu/cmc_theses/164/>. Acesso em: 05 julho, 2022.

DUTRA, L. M. **Cinema e Relações internacionais: O Filme Falcão Negro em Perigo e a Somália em 1993.** Revista Científica dos Cursos de Direito e Relações Internacionais do UNIBH - Belo Horizonte, volume VII, número 2, dezembro de 14 - ISSN: 1984-2716. Disponível em: www.unibh.br/revistas/ecivitas.

ELAIGWU, J. I. **Construção da nação e evolução das estruturas políticas**. In: MAZRUI, A. A. (Org.). História Geral da África VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 509-554.

EMERENCIANO, C. V. **Soberania nos Estados Fracassados: O Caso da Somália.** Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Direito Internacional) – Universidade Católica de Santos, Santo, 2015.

ESTRE, F. B. **Soberania e diferença nas Nações Unidas**. Associação Brasileira de Relações Internacionais: São Paulo, 2011.

FAGANELLO, P. **Operações de manutenção da Paz da ONU**: De que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da Paz. Brasília : FUNAG, 2013. p. 372

FARAH, I.; HUSSEIN, A.; LIND, J. **Deegaan, Politics and War in Somalia**. In: LIND, Jeremy; STURMAN, Kathryn (Editor) Scarcity and Surfeit: The ecology of Africa's conflicts. Pretoria: Institute for Security Studies, 2002. pp 321-356.

FERNANDEZ, M. R; MORENO, G. **Discursos em disputa: uma leitura alternativa acerca dos dilemas da ação internacional na Somália durante a década de 1990**. rev. bra. Pol. Int: Brasília, vol. 57, n°.1, 2014, p. 59-76. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400104>. Acesso em: 13 de Setembro de 2021.

FERREIRA, P. M. **O papel das Organizações Regionais na resolução do conflito**. Lisboa: Janus, 2005. Disponível em: http://janusonline.pt/dossiers/dossiers_2005_4_2_3_b.html. Acesso em: 20 de Março, 2022.

FILHO, P.; MOTTA, H**. Democracia na África: O notável caso da somalilândia.** Revista Brasileira de Estudos Africanos | Porto Alegre | v. 6, n. 11, Jan./Jun. 2021 | p. 109-128.

FISHER, J. **AMISOM and the regional contruction of a failed state in Somalia**. African Affairs. Published by Oxford University Press, 2018. p.1-22.

FONSECA, G.; BELLI, B. **Desafios da reponsabilidade de proteger**. Política Externa Unesp. Vol 21. Nº 4. Junho, 2013. Disponível em: < https://ieei.unesp.br/portal/wp-

content/uploads/2013/05/Politica-Externa-21-04-Gelson-Fonseca.pdf>. Acesso em: 12 de Setembro, 2022.

FREEAR, M; CONING, C 2013 **Lessons from the African Union Mission for Somalia (AMISOM) for Peace Operations in Mali.** Stability: International Journal of Security & Development, 2(2): 23, pp. 1-11.

GARDNER; BUSHRA. **War through the eyes of Somali women**. II. 2004. Pluto Press. Londres.

GASPERIN, H. B. e BEAKLINI, B. L. R. (2017). **Intervenção, conflitos étnicos e fronteiras porosas: um panorama das relações Quênia-Somália no pós-2011**. Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas, 4(3), p. 99-112. doi: 10.5752/P.2317-773X.2016v4n3p99.

HAPER, M. **Getting Somalia Wring? Faith, War and Hope in a Shattered State**, London, Zed books, 2012.

HINDS, R. (2013). **Somali networks: structures of clan and society**. GSDRC Helpdesk Research Report 949. Birmingham, UK: GSDRC, Universidade de Birmingham.

HOSELITZ, Bert F. **Sociological Factors in Economic Development**. Glencoe, U.K.: Free Press. 1960.

HRBEK, I. **A África setentrional e o chifre da África**. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Editores). História geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p.151-190.

ISMAIL, A. A. **Somali State Failure: Players, Incentives and Institution**. Helsinki: Editora Prima, 2010.

JACKSON, R. **Soberania Substituta? "Estados Falidos" e a Grande Responsabilidade de Proteger.** The University of British Columbia, Instituto de Relações Internacionais. nº .25, Novembro, 1998.

KIMENYI, M. S; MBAKU, J.; MOYO, N. **Reconstituting Africa's failed states: The case of Somalia**. Social Research. v. 77. n. 4, 2010 p. 1339-1366.

KI-ZEERBO, P. **História da África Negra**. Lisboa: Publicações Europa-America, 1972.

_____(org). História Geral da África. São Paulo: Ática/Unesco, vol. 7 e 8, 1982.

LEDESMA, P. A, "**Procesos electorales en la República de Somalia. Entre la política exterior y la legitimidad popular (1960-1969**)", en Investigaçõess Históricas, época moderna e contemporânea, 39 (2019), pp. 703-732.

LESSA, L. **Ascensão e declínio da pirataria marítima no Chifre da África: Territórios, territorialidades, escalas de ação e políticas de seguridade internacional.** Estado e Democracia em mudança no século XXI: 1 Seminário Intenacional de Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Setembro, 2015.

LESSON, P. (2007). **Journal of Comparative Economics**. 35: 689-710. Disponível em:http://www.peterleeson.com/better_off_stateless.pdf . Acesso em: 1 de Maio, 2022.

LEWIS, I. M. (1994) **Blood and Bone: The Call of Kinship in Somali Society**. Lawrenceville, NJ: The Red Sea Press Inc5.

_____. **Peoples of the Horn of Africa: Somali, Afar and Saho.** International African Institute. Londres. 1955. p. 200.

_____. **Understanding Somalia and Somaliland**: Culture, History, Society. London, Hurst, & Company, 2008.

LIMA, J. **Noam Chomsky e o poder da retórica global em face das intervenções humanitárias.** Lua Nova, 73. 2008. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ln/a/BnQ7PQLQLp8PYTJdFWgG65b/abstract/?lang.> Acesso em: 02 de Setembro, 2022.

MACEDA, S. **Dysfunction Junction: Intelligence, Peacekeeping, and the United Nations**. Trabalho de Conclusão de curso: Mestrado em Artes e Estudos de Segurança) — Escola de Pós-Graduação Naval Monterei, Califórnia. 2007.

MACQUEEN, N. **A intervenção das Nações Unidas e a crise do Estado Africano.** Revista de Relações internacionais, dezembro 2004, p.127-145. Disponível em:< http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r4/RI4_NM.pdf>. Acesso em: 11 de Setembro, 2021.

MATA, I. **Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas**. Civitas-Revista de Ciências Sociais: Porto Alegre, Vol. 14, n° 1, janeiro/abril 2014, p. 27-42.

MAXTED, J.; ZEGEYE, A. Human Stability and Conflict in the Horn of África. In: MOUFIDA GOUCHA and JAKKIE CILLIERS. **Peace, Human Security and Conflict Prevention in Africa**. Institute for Security Studies (ISS), Pretoria, South Africa, 23-24, Julho, 2001.

MELTZ, H. **Somalia: a Country Study**. Washington, Library of Congress, 1992. Disponível em:<http://countrystudies.us/somalia/>. Acesso em: 26 de maio, 2022.

MOHAMED, A. N. **Somalia: A victim of Cold War**. Hiiraan. Mogadíscio, 2009, 14 de Fevereiro. Disponível em:<http://www.hiiraan.com/op4/2009/feb/17814/somalia_a_victim_of_cold_war.aspx. >. Acesso em: 04 de Julho, 2022.

MOHAMED, J. **Kinship and contract in somali politics. Africa**: The Journal of the International African Institute. (Edinburgh University Press). v. 77, n. 2, 2007, p. 226-249, Jun/2007. ISSN: 00019720.

MORENO, M. **Narrativas alternativas sobre o conflito somali: descontinuidades e especificidades históricas**. Conjuntura Internacional: Belo Horizonte, vol. 11, n° 1, maio 2014, p.43-57

MORENO, M.. **Uma Leitura Pós-Colonial sobre as "Novas" Operações de Paz da ONU: o caso da Somália**. 2011. 455f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro.

NAÇÕES UNIDAS. **Resolution 814** (1993). Disponível em: https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/226/18/IMG/N9322618.pdf?OpenElement. Acesso em 20 de junho, 2022.

NEIR, A. **Bloody Somalia**.: Nation, v. 246, n 25, junho de 1988, p. 8884-885.

NETO, J. C. **Atividades humanitárias das Organizações Internacionais: Alguns casos de atuação da ONU**. Revista IUS Gentium. Curitiba, n 9, janeiro/junho, 2011. P. 23-47.

NOGUEIRA, J. P. **Estado, Identidade e Soberania na Intervenção da ONU na Somália**. Contexto Internacional. Vol. 19, n.1., Jan/Jun 1997, p.131-150.

OMAR, M. O. **A Nation Driven to Despair: A case of leadership failure**. New Delhi. 2002. Somali Publications. P. 168-210.

_____. **The Road To Zero: Somali´s Self- Destruction.** Londow. 1992. HAAN Associates, p. 13-34.

_____. **The Scramble in the Horn of Africa: History of Africa (1827-1977).** New Delhi. 2001. Somali Publications Co. Ltd. P. 11-28

Operación de Las Naciones Unidas en Somália I. Disponível em: <http://www.un.org/spanish/Depts/dpko/dpko/co_mission/unosomi.htm>. Acesso em: 22 junho, 2022

Organização das Nações Unidas. UNOSOM II. Disponível em: <http://www.gmu.edu/departments/t-po/peace/UNOSOMii.html.p.6>. Acesso em: 27 de Julho, 2022.

OSTERDAHL, I. By All Means, Intervene! **The Security Council and the Use of Force under Chapter VII of the UN Charter in Iraq** (to protect the Kurds), in Bosnia, Somalia, Rwanda and H iti). In: Nordic Journal of International Law, v. 66 Issue 2/3, maio de 1997, p241-271.

OTTAWAY, M. 1982**. Soviet and American influence in the Horn of Africa**. Nova York: Praeger.

PARIS, R.; SISK, T. D. **Managing Contradictions**: The Inherent Dilemmas of Postwar Statebuilding. International Peace Academy Publications, 2007.

PENAFORTE, C.; OLIVEIRA, F. B. **Modelos de cooperação para a Segurança Internacional**: **Propostas para o caso da Segunda Intervenção das Nações Unidas na Somália e suas consequências**. Revista Intellector - Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais: Rio de Janeiro, Vol. XIV, n° 27, junho/dezembro 2017.

PENNA. P. **Guerra e fome na Somália**. Meridiano 47 – Journal of Global Studies. Vol. 12, n° 128, Novembro/Dezembro 2011, p. 42-49. Disponível em: < http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/5685>. Acesso em: 12 de Setembro de 2021.

PILOWSKY, Coronel Carl Marowsky. **Mogadíscio: novas formas de combate**. Military Review 2004. Disponível em:< <http://usacar.army.mil/CAC/milreview/portuguese/3rdQtr04/pilowsky.pdf>. Acesso em: 2 de Dezembro, 2021.

PREISS, José Luiz da Silva. **Conflito na Somália na década de 1990: a tentativa da comunidade internacional de restaurar a esperança no Chifre da África**. Porto Alegre, n.1, 2005.

PUREZA, J. M. **O desafio crítico dos estudos para a paz**. Revista de Relações Internacionais, dezembro 2011, p.5-22.

RANDIG, R. W. **Somália & Somalilândia: uma ilusão coletiva e um fato ignorado.** Meridiano 47 n. 100, nov. 2008 [p. 21 a 28].

RANGER, T. O. **Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquist**a. In: BOAHEN, Albert Adu (Editor). História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880- 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 51-72

REBOLLO, A. T. **Aproximación al concepto de estado fallido. El caso de Somalia.** Trabalho de Conclusão de Curso (Mestre em Desenvolvimento Regional) – Universidade de La Laguna, San Cristóbal de La Laguna,2017.

REIS, R. Os Direitos Humanos e a Política Internacional. **Dossiê Política Internacional: Temas Emergentes**. Rev. Sociol. Polit. (27), Novembro, 2006. p. 33-42. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/wFyNNWZ3V8xXJNfVFj8bTSj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 de Setembro, 2022.

REGIS, A. **Intervenções humanitárias: o problema da cooperação internacional**. Intervenções Humanitárias: O Problema da cooperação Internacional. In: Pessoa, João. "Prim@ facie Revista da Pós-graduação em Ciências Jurídicas". Universidade Federal da Paraíba – Paraíba. Vol. 6 nº11, 2007, p. 53-63.

Resolução 733 do Conselho de Segurança, 1992. Disponível em: < https://bo.io.gov.mo/bo/ii/2000/29/aviso03.asp>. Acesso em: 16 junho, 2022.

Resolução 733 do Conselho de Segurança, 1992. Disponível em: < https://bo.io.gov.mo/bo/ii/2000/29/aviso03.asp>. Acesso em: 16 junho, 2022.

Resolução 751 do Conselho de Segurança, 1992. Disponível em: < https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/013/32/PDF/NR001332.pdf?OpenElement>. Acesso em: 10 junho, 2022.

Resolução 767 do Conselho de Segurança, 1992. Disponível em: < https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/342/21/PDF/N9234221.pdf?OpenElement>. Acesso em: 16 junho, 2022.

Resolução 794 do Conselho de Segurança, 1992. Disponível em: < https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/772/11/PDF/N9277211.pdf?OpenElement>. Acesso em: 11 junho, 2022.

RIBEIRO, M. M. L. A (2018). **Potências emergentes e dinâmica normativa na política internacional: a atuação de Brasil e China face à responsabilidade de proteger**. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2018.

RODRIGUES, S. M. **A construção da África: uma reflexão sobre origem identidade no continente**. Revista ACOALFAplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, São Paulo, ano 2, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.mocambras.org> e ou <http://www.acoalfaplp.org>. Acesso em: 10 junho, 2022.

RODRIGUES, S. M. **Segurança Internacional e Direitos Humanos: A Prática da Intervenção Humanitária no pós- Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

RODRIGUES, T.**Terrorismo do Estado: Guerra e terror.** Belo Horizonte: Autêntica, 203-220. 2013. Disponível em:< https://www.academia.edu/22057752/Guerra_e_terror_In_CASTELO_BRANCO_Guilherme_Terrorismo_de_Estado_Belo_Horizonte_Aut%C3%AAntica_2013>. Acesso em: 03 de julho, 2022.

ROSTOW, W, W. **The Process of Economy Growth**. New York: W. W. Norton & Company, 1952.

SAHNOUN, M. (1994). **Somalia: The Missed Opportunities**. Washington, DC: Instituto de Paz dos Estados Unidos .Press, p. 89.

SAMATAR, A. I. **La destruicción del estado y la sociedad em Somália**. Nova Sociedade, nº 132. 1994.

SANTOS, B. S. L. **O papel da mídia em situações de conflito: a retirada dos EUA da Somália entre 1993 e 1994**. Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais, 9. 2010. 7-27. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/5242>.Acesso em: 14 de Setembro, 2022.

SANTOS, R. F. N. **O Surgimento do Al Shabaab na Somália.** 2018. Disponível em:< https://www.academia.edu/39827441/O_SURGIMENTO_DO_AL_SHABAAB_NA_SOM%C3%81LIA?auto=citations&from=cover_page> Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

SANTOS, R. M. **As modificações interpretativas na regulação do uso da força: uma análise dos principais argumentos justificadores da intervenção humanitária entre**

1990 e 2011e a criação de um novo viés estrutural. Tese de Doutorado (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SHAY, S. **Somalia in transition since 2006**. New Brunswick, New Jersey. 2014.

SILVA, J. K. C. **Paz Justa: a contribuição do cristianismo no pensamento para a paz.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SIPRI. ***www.sipri.org***. Diponível em:< https://sipri.org/commentary/essay/thu-06-25-2009-14-00/taking-stock-of-international-security-1>. Acesso em 12 de Agosto, 2022.

SMITH, K. **Has Africa got anything to say?African contributions to the theoretical development of International Relations: a preliminary investigation.** Department of Political Science. University of Stellenbosch, South Africa, 2008, p.1-22.

SOUSA, R. **External interventions and civil war intensity in south-central Somalia (1991-2010).** Cadernos de Estudos Africanos (2014) 28, 57-86. 2014. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

SPOHR, A., ANDRIOTTI, L., CERIOLI, L. **A Formação dos Estados Africanos: Conflitos e Construção de Capacidade Estatal.** Relações internacionais para educadores : África em foco / Klei Medeiros ... [et al.] ; organizado por Alexandre Piffero Spohr, Marjorie Stadnik, Klei Medeiros. -- Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2013. p. 244.

SSEREO, F. (2003). **Global Review of Ethnopolitics**. 2/3-4: 25-40. Disponível em:< http://www.ethnopolitics.org/ethnopolitics/archive/volume_II/issue_3-4/ssereo.pdf> Acesso em: 28 de Abril, 2022.

THE ECONOMIST, **The Centre Holds, But Only Just** , *The Economist*, Londres, 11 de maio de 2013. Disponível em: https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2013/05/11/the-centre-holds-but-only-just . Acesso em: 3 de maio, 2022.

The United Nations. 1996. Disponível em:< https://www.un.org/securitycouncil/content/resolutions-adopted-security-council-1996>. Acesso em: 20 de Maio, 2022.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY; **UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL — UNGA; UNSC**. 2000. *Document A/55/305–S/2000/809* — Report of the Panel on United Nations Peace Operations. New York. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/55/305>. Acesso em: 14 junho. 2022.

United Nations Operation in Somália. **UNOSOM I.** Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dpko/co_mission/unsom 1 backgr1.html>. Acesso em: 21 de junho, 2022.

VAZ, N. M. **Reflexões sobre o Campo de Batalha no Século XXI.** Nação e Defesa. Primavera 2004, N.º 107 - 2.ª Série. pp. 89-113.

VENTURA, M. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Rev SOCERJ. 2007; setembro/outubro, p. 383-386.

VICENTE, P, N. **Somália: contributos para uma reflexão à luz dos novos meios**. Revista Acadêmica da Federação Latinoamericana de Faculdades de Comunicacão Social. Diálogos da Comunicacão, n° 78, Janeiro – Julho, 2009.

VISENTINI, P. G. F. **Regimes Militares Marxistas Africanos, Ascensão e Queda: Condicionantes Internos e Dimensões Internacionais.** Revista Brasileira de Estudos Africanos | Porto Alegre | v. 5, n. 9, Jan./Jun. 2020 | p. 33-53.

WEISS, T. **The United Nations and changing world politics**. Westview Press,1994.

WHEELER, E.; ROBERTS, C. **Doorwey to Hell: Dissaster in Somalia**. 1993. Frontline Books; Illustrated edição, Outubro 2012.

WHELAN, T. – Subsecretária de Defesa para a Àfrica no Departamento de Defesa dos Estados Unidas da Amércia; **Paletra proferida no dia 15 de Fevereiro de 2008**; Centro de Conferências Joaquim Chissano: Maputo.

WILLIAMS, P. **AMISOM in transition: the future of the African Union Mission in Somalia.** Nairobi Forum**.** Rift Vallery Institute Briefing Paper, Fev. 2013.

_____. **Assessing the Effectiveness of the African Union Mission in Somalia (AMISOM)**. Report 1/2018. George Washington University. Estados Unidos, 2018.

_____. **Operações de Paz em África: Lições aprendidas desde o ano de 2000.** Centro de Estudos Estratégicos de África. nº 25. Julho 2013. Disponível em:< https://africacenter.org/wp-content/uploads/2015/12/ACSS-Africa-Security-Brief-No.-25-PT.pdf>. Acesso em: 05 de Setembro, 2022.

WISE, R. **Al Shabab**. AQAM Futures Project Case Study Series nº 2. Washington D.C.: Center for Strategic & International Studies, 2011.

WONDEMAGEGNEHU, D.; KEBEDE, D. **AMISOM: charting a new course for African Union peace missions.** African Security Review. Vol. 26, 2017 – Issue 2: https://doi.org/10.1080/10246029.2017.1297583. p. 199-219.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Somali Constitution, 1961**. Disponível em:< https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/so/so002en.pdf >. Acesso em: 01 de Maio, 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

ZABLONSKY, M. R. **A repressão civil na Somália de Siad Barre sob a perspectiva de Nuruddin Farah na obra Sweet and Sour Milk**. Revista Vernáculo, n° 41, 2018, p.392-404.